



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 245959/21

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Índice de Peças

1. Formulário de Encaminhamento
2. Extrato de Autuação
3. Formulário de Dados (I - Formulário de Dados de Prestação de)
4. Relatório da Administração (II - Relatório da Administração)
5. Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
6. Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
7. Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa -)
8. Dem
9. Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstração)
10. Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno)
11. Parecer do Controle Interno (X - Parecer do Controle Interno)
12. Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)
13. Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
14. Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
15. Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal)
16. Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro)
17. Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de)
18. Termo de Distribuição

1. Formulário de Encaminhamento



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2020**

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

Gestor atual: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

Gestor das Contas: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Dados (I - Formulário de Dados de Prestação de)
- Relatório da Administração (II - Relatório da Administração)
- Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa -)
- Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)
- Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)
- Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (X - Parecer do Controle Interno)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)
- Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
- Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
- Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal)
- Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro)
- Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de)

PETICIONÁRIO: **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, CNPJ 79.621.439/0001-91, através do(a) Representante Legal LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, CPF 329.602.648-78**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 26 de abril de 2021 18:03:10

2. Extrato de Autuação



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 245959/21

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 245959/21

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2020

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

Gestor atual: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

Gestor das Contas: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (I - Formulário de Dados de Prestação de)
- Relatório da Administração (II - Relatório da Administração)
- Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa -)
- Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrim)
- Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstraçõ)
- Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (X - Parecer do Controle Interno)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)
- Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
- Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)
- Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal)
- Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro)
- Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de)

PETICIONÁRIO: **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, CNPJ 79.621.439/0001-91, através do(a) Representante Legal LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, CPF 329.602.648-78**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 26 de abril de 2021 18:06:49

3. Formulário de Dados (I - Formulário de Dados de Prestação de)

PRESIDÊNCIA

FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL

1.	ASSUNTO
	PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2020
2.	ENTIDADE
	Nome: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA CNPJ: 79.621.439/0001-91
3.	GESTOR DAS CONTAS Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
	Ato de Nomeação: Decreto nº 143/2019 Cargo: Diretor Presidente Nome: Luiz Fernando Garcia da Silva CPF: 329.602.648-78
4.	GESTOR ATUAL
	Ato de Nomeação: Decreto nº 143/2019 Cargo: Diretor Presidente Nome: Luiz Fernando Garcia da Silva CPF: 329.602.648-78
5.	CONTROLADOR INTERNO
	Ato de Nomeação: Portaria nº 223/2020 Cargo: Coordenador de Controle Interno Nome: Flavio Jose Lopes Galli CPF: 067.500.639-26
6.	DECLARAÇÃO
	Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 158/2021 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Paranaguá, 22 de abril de 2021 Luiz Fernando Garcia da Silva Diretor-Presidente (Assinado digitalmente)

4. Relatório da Administração (II - Relatório da Administração)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Apresentação

A Portos do Paraná apresenta o Relatório da Administração, esta versão traz as principais atividades e ações realizadas ao longo do ano. Além disso, o relatório permite que usuários e clientes da empresa pública acompanhem a evolução dos serviços portuários, por meio de dados, gráficos e tabelas sobre a movimentação de cargas.

Acreditamos que o documento reforça o papel do Governo do Estado com a transparência na gestão pública e serve de apoio gerencial aos empregados, colaboradores e administradores, no planejamento de ações futuras e na continuidade do planejamento de longo e médio prazo.

Com leitura simples, o Relatório da Administração reúne os resultados das principais mudanças implantadas, além das ações de enfrentamento à maior crise sanitária e econômica dos últimos 100 anos.

Palavra do Governador

O Porto de Paranaguá é reflexo do sucesso do Estado do Paraná. Não seríamos um estado moderno, com toda esta pujança no agronegócio e potencial econômico se não tivéssemos a força dos nossos portos.

Em 2020, batemos mais um recorde de movimentação de cargas. Foram 57,3 milhões de toneladas de cargas movimentadas e atingimos esta marca um mês antes do recorde registrado no ano anterior. Um mês de antecedência e num ano totalmente difícil.

O Governo do Paraná não poupou esforços para garantir que os portos de Paranaguá e Antonina continuassem funcionando e que se tornassem seguros para todos aqueles que não podiam parar. Foram mais de R\$ 6,5 milhões em ações e equipamentos para proteger os trabalhadores e caminhoneiros que passam diariamente pelos terminais. As estruturas de atendimento, com médicos e enfermeiros, funcionam 24 horas, todos os dias da semana. Desde março, mais de 1,5 milhão de triagens de saúde já foram realizadas. Cuidados que foram essenciais para proteger a indústria e o agronegócio brasileiros.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Nada disso teria sido possível sem uma equipe técnica e dedicada, reconhecida nacionalmente pelo trabalho de excelência. Em 2020, a empresa Portos do Paraná recebeu o prêmio, do Ministério da Infraestrutura, pela melhor gestão pública do País.

O Estado foi o primeiro e o único a receber autonomia total na administração dos contratos de exploração dos portos organizados. Além disso, lidera o ranking de execução de investimentos planejados.

Por isso, neste ano tão difícil, meu agradecimento a todos que nos ajudaram a manter o Brasil em movimento. Desde o mais simples funcionário até as grandes empresas que acreditam nos portos paranaenses. O trabalho e a dedicação de todos preservou empregos e fez dos Portos do Paraná os mais eficientes do Brasil!

Obrigado!

Carlos Massa Ratinho Júnior
Governador do Paraná

Palavra do Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

A infraestrutura é primordial para a estratégia econômica de qualquer país. Afeta a competitividade dos negócios locais e tem impacto direto na prosperidade de nosso povo. É a infraestrutura que faz com que as matérias-primas sejam transportadas e abasteçam nossas indústrias; que permite que fábricas e empresas funcionem, vendam mais e cresçam.

O valor da infraestrutura está, principalmente, na habilidade de fazer o amanhã possível. As obras nos portos do Paraná, por exemplo, pensam na demanda para os próximos 20 anos. É o porto do futuro, construído hoje.

Uma visão sistêmica e estratégica que prevê investimentos de R\$ 609 milhões em obras, terrestres e marítimas, nos próximos anos. Somente no programa de dragagem continuada são R\$ 403,3 milhões investidos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Governo do Estado realiza, com recursos próprios da Portos do Paraná, o projeto executivo do novo Corredor de Exportação do Porto de Paranaguá; a reforma do Píer de Inflamáveis (R\$ 28,5 milhões); e a derrocagem da Pedra da Palangana (R\$ 23,2 milhões).

Em 2020, entregamos obras que eram aguardadas há anos pela comunidade, como a ampliação do cais e a modernização do berço 201, com investimentos de quase R\$ 178 milhões.

Além disso, investimos em melhorias rodoviárias e fortalecemos nossa ferrovia. O Estado executa o maior investimento de sua história em infraestrutura, com recursos que ultrapassam R\$ 4 bilhões, entre aportes próprios, da Itaipu Binacional e dos acordos de leniência das empresas de pedágio.

O planejamento tirou do papel demandas históricas, como o novo Trevo Cataratas (Cascavel), o Trevo Gauchão (Umuarama), a Boiadeira (Noroeste), as revitalizações da PR-323 e da PRC-280, a Ponte da Integração, as modernizações de rodovias estaduais como a PR-364 e PR-445, da Orla de Matinhos, e um plano de integração rodoviária na região Central.

Em obras rodoviárias, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR), foram R\$ 263,5 milhões investidos. Além disso, foram mais de R\$ 17,5 milhões em projetos, ao longo de 2020, dentro Banco de Projetos para obras de infraestrutura do Governo do Paraná.

O movimento foi acompanhado da inclusão da Ferroeste no plano de privatização, dos estudos da ferrovia que ligará Paranaguá a Maracaju (MS), e ainda, da preparação do novo Anel de Integração e da concessão de quatro aeroportos para a iniciativa privada.

Respeitar o papel estratégico da infraestrutura de transporte, dentro da cadeia logística, é investir em desenvolvimento econômico e qualidade de vida.

Sandro Alex
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Palavra do Diretor-Presidente

Os portos paranaenses consolidaram 57.339.307 toneladas de cargas movimentadas em 2020. Em meio à maior crise sanitária e econômica dos últimos 50 anos, confirmamos o melhor ano das exportações paranaenses e tivemos alta de 8% em relação ao recorde anterior.

O sucesso da atividade portuária foi conquistado pela entrega de todos: trabalhadores, operadores, empresários. Um enorme time que não deixou o Brasil parar e que foi fundamental para toda a cadeia de empregos, no campo, na indústria e no porto. Foram 15 recordes batidos, desde a movimentação anual, até o maior número de caminhões recebidos no Pátio de Triagem e o maior navio de grãos que já atracou no Paraná.

De casa, ou em serviço presencial, nossa equipe provou que a união de esforços vence todos os desafios. E ganhamos dois prêmios nacionais que destacam a excelência dos nossos serviços.

Fomos reconhecidos pelo Ministério da Infraestrutura, como a melhor gestão portuária do país e também como o porto que melhor executou os investimentos planejados.

Os números contidos neste Relatório de Administração contam uma história de esforço e dedicação conjunta. Cada avanço descrito mostra o trabalho incansável dos nossos funcionários, do operacional e do administrativo.

Contra todas as previsões pessimistas, nós avançamos. Muito obrigado!

Boa leitura!

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-presidente da Portos do Paraná

LINHA DO TEMPO 2020

- **JANEIRO**

Prevenção ao Coronavírus

Os portos do Paraná foram os primeiros do Brasil a adotar medidas para o controle da COVID-19, com protocolos especiais para embarcações e tripulantes vindos de áreas epidêmicas.

- **FEVEREIRO**

Baixo risco

Portos paranaenses receberam a classificação nível A, de menor de risco, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A empresa pública atende às normas definidas para o setor, o que dá segurança aos clientes e usuários e aumenta a confiança do mercado.

Simulado de atendimento

Realizado treinamento para equipes de saúde, vigilância sanitária e OGMO para antecipar possíveis casos de coronavírus entre tripulantes.

- **MARÇO**

Aniversário

Porto de Paranaguá completa 85 anos.

Caminhões

O Pátio de Triagem recebeu obras de recuperação de pavimento, com investimento de R\$ 1,9 milhão. Em março, o local alcançou o recorde diário de veículos: 2, 4 mil em 24 horas.

Cuidados

Equipes médicas passam a atuar nas áreas portuárias e estações de higiene são instaladas no cais, prédios administrativos e Pátio de Triagem.

- **ABRIL**

Comunidade

Empresas e sindicatos que atuam nos portos paranaenses doam R\$ 2,5 milhões para o Hospital Regional do Litoral.

Alimentação

Caminhoneiros, que enfrentavam dificuldades em encontrar restaurantes abertos devido à pandemia, recebem alimentos no Porto de Paranaguá.

Vacinação

Trabalhadores portuários são imunizados contra a Influenza.

- **MAIO**

Convênio antecipado

A União renovou com o Governo do Estado o Convênio de Delegação para a exploração dos portos de Paranaguá e Antonina por mais 25 anos.

Controle sanitário

Inaugurados novos pontos de monitoramento aos sintomas de Covid, nos silos e moegas públicas do Porto de Paranaguá.

- **JUNHO**

Correios

Porto de Paranaguá começa a receber cargas postais dos Correios. O modal marítimo surge como alternativa para a redução dos voos comerciais, afetados pela pandemia da Covid-19.

Maior navio

Paranaguá recebe o Pacific South, o maior graneleiro já recebido. A embarcação carregou um volume histórico para o segmento dos granéis sólidos nos terminais paranaenses: 103 mil toneladas de farelo de soja.

- **JULHO**

Maior Navio II

Porto de Paranaguá embarca novo volume recorde em um único navio. O E.R Bayonne carregou 104,2 mil toneladas de farelo de soja.

- **AGOSTO**

Fundación Valenciaport

Empresa pública começou a trabalhar em parceria com a fundação que é referência em pesquisa, inovação e formação do setor logístico portuário, com sede no porto de Valência, na Espanha, e atuação em portos da Europa, América Latina, Ásia e Oriente Médio. Objetivo é modernizar os portos paranaenses, com grandes projetos na área de tecnologia, inovação e qualificação humana.

Sustentabilidade

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Portos do Paraná elimina o uso de copos plásticos descartáveis. Iniciativa reforça o compromisso com o pacto Global das Nações Unidas e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Milênio.

Meio ambiente

Porto de Paranaguá atingiu marca de 99,29% em avaliação ambiental. Porto do agronegócio brasileiro, o gigante paranaense é o porto público de grande porte melhor avaliado no Índice de Desenvolvimento Ambiental da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)

- **SETEMBRO**

Exército

Operação especial recebeu tanques blindados no Porto de Paranaguá. Trinta veículos foram doados pelos Estados Unidos ao Exército Brasileiro. Os tanques que vieram de Galveston, Texas, foram levados para restauração e modernização em Curitiba para operações militares no País.

Berço 201

Obra de ampliação do cais foi inaugurada, com investimentos de R\$ 201,7 milhões.

Mais obras

Assinada a Ordem de Serviço para contratação das obras de derrocagem e a autorização de aditivo que permitem investimentos privados para ampliar a exportação de açúcar.

- **OUTUBRO**

Quitação

A Portos do Paraná fez o último pagamento e zerou a dívida histórica com o Município de Paranaguá. As pendências eram do REFIS de 2014 a 2018 e a taxa do alvará de localização.

Etilômetro

O teste do bafômetro começou a ser aplicado, por amostragem, na faixa portuária.

Dragagem simultânea

Os portos de Paranaguá e Antonina começaram o mês de outubro com o maior número de equipamentos de dragagem operando de forma simultânea no Brasil. Com investimento total de R\$ 403 milhões, foram quatro dragas em operação no mesmo período.

Manual sustentável

Sistema de Gestão Integrada propõe nova cultura corporativa, voltada para o cumprimento dos requisitos legais e o zelo pelo meio ambiente e pela saúde e segurança dos trabalhadores.

- **NOVEMBRO**

Preservação

Portos do Paraná obteve 98% de aprovação no desempenho ambiental. Avaliação feita por auditor externo na empresa pública faz parte das condições para a Licença de Operação do Porto de Paranaguá.

Prêmio

Portos do Paraná liderou premiação de melhores do Brasil. Empresa pública venceu em duas das quatro categorias do prêmio “Portos + Brasil”, entregue pelo Ministério da Infraestrutura: melhor gestão e maior execução dos investimentos planejados.

- **DEZEMBRO**

Importação de soja

Porto de Paranaguá realizou primeira operação de importação de soja da história. Navio Discoverer descarregou 30,5 mil toneladas do grão, importado dos Estados Unidos. Preço do produto no mercado internacional e vantagens cambiais fizeram com que praticamente toda a produção brasileira fosse vendida ao exterior.

Água boa

Portos do Paraná apoiou gestão da água nas comunidades caiçaras. Estiagem comprometeu o abastecimento de comunidades e ilhas. Ação é realizada no âmbito de licenciamento ambiental do Porto de Paranaguá.

Novo calado

A autoridade marítima aprovou mais 30 centímetros de calado operacional nos berços 217 e 218. O aumento significa 15% mais capacidade de movimentação.

Solidariedade

Governo do Estado, com apoio da Portos do Paraná e da Defesa Civil, entregou 3.571 cestas básicas para comunidades isoladas.

Leilão

Paraná leiloou a área PAR12, com lance de R\$ 25 milhões e investimentos previstos de R\$ 22 milhões. O certame aconteceu na Bolsa de Valores B3, em São Paulo.

Consulta pública

Abertas as consultas para novos leilões das áreas PAR32 e PAR50, no Porto de Paranaguá. Os certames devem acontecer no primeiro semestre de 2021.

Recorde

Portos de Paranaguá e Antonina movimentaram 57,3 milhões de toneladas e consolidaram marca histórica. Número é 8% maior que o recorde anterior e confirma o melhor ano das exportações paranaenses.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

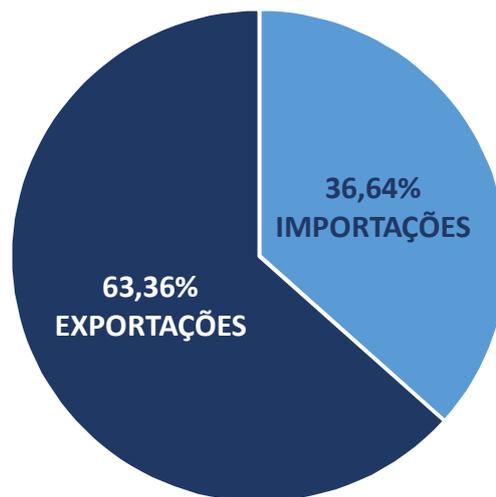
CAPÍTULO 1- MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

✓ **57.339.307 TONELADAS (8% a mais que 2019)**

NOVA MARCA HISTÓRICA

EXPORTAÇÕES – 36.329.517 MILHÕES DE TONELADAS (63,36% do total)

IMPORTAÇÕES – 21.009.790 MILHÕES DE TONELADAS (36,64% do total)



*AS EXPORTAÇÕES SUPERAM AS IMPORTAÇÕES EM UM SALDO POSITIVO DE MAIS DE
US\$6,5 BILHÕES, SEGUNDO O MDIC.*

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

✓ **PORTO DE PARANAGUÁ**

MAIS DE 11 MIL TONELADAS

MOVIMENTADAS POR METRO LINEAR DE CAIS

✓ **PORTO DE ANTONINA**

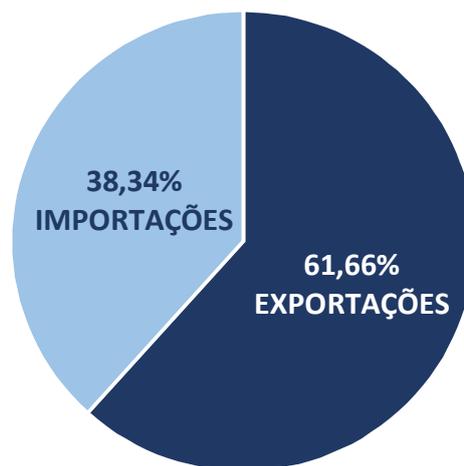
908.300 TONELADAS MOVIMENTADAS

3 % A MAIS QUE A MOVIMENTAÇÃO DE 2019

RECEITA

A Receita gerada com as exportações pelos portos do Paraná, somam
US\$17.270.429.531 (17,27 bilhões de dólares)

O valor FOB com as importações (desembarques) somam
US\$10.747.257.982 (10,74 bilhões de dólares)



* Fonte: ComexStat (Ministério da Economia)

Saldo positivo de mais de **6 bilhões de dólares.**

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ATRAÇÕES 2020	
Tipo Navio	Quantidade
GRANEL SOLIDO	971
FULL CONTEINER	777
GRANEL LIQUIDO	511
CARGA GERAL	98
RO-RO	80
PCC	24
APOIO MARÍTIMO	8
MARINHA	1
DRAGAGEM	1
APOIO PORTUÁRIO	1
RECORDE HISTÓRICO - 2.470	

*Longo curso – 2.306 / Cabotagem – 164

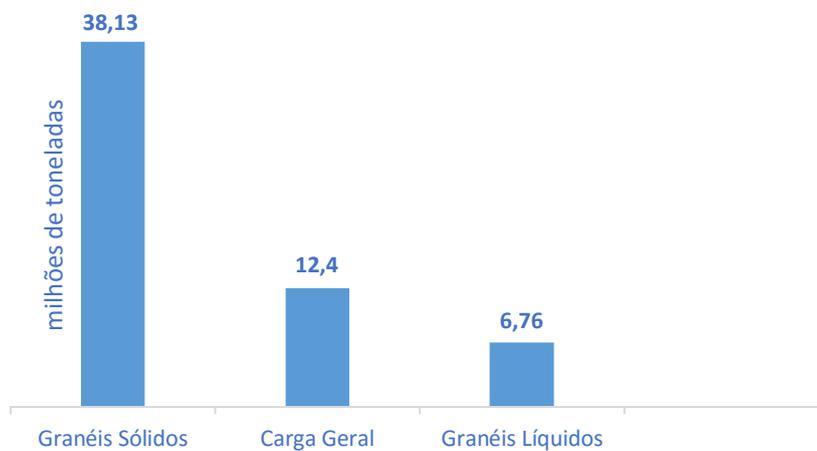
MOVIMENTAÇÃO 2020 MÊS A MÊS		
Mês	Volume (toneladas)	Atracções
Janeiro	3.446.228	174
Fevereiro	3.863.794	173
Março	5.235.158	197
Abril	5.528.124	211
Maio	5.716.477	215
Junho	4.387.554	195
Julho	5.118.798	221
Agosto	5.376.451	231
Setembro	5.261.752	229
Outubro	5.047.035	214
Novembro	4.579.371	217
Dezembro	3.778.227	193

MOVIMENTAÇÃO 2020 – POR SEGMENTO DE CARGA

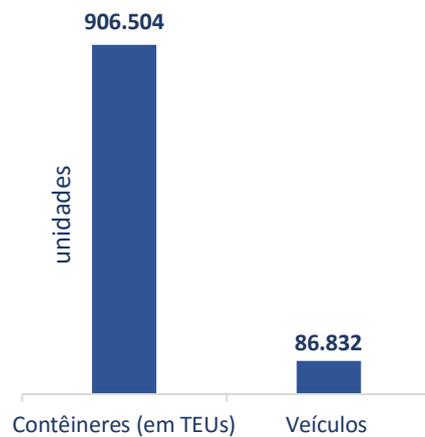
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

➤ **TOTAL**

- Granéis Sólidos – 38,13 milhões de toneladas
- Carga Geral – 12,4 milhões de toneladas
- Granéis Líquidos – 6,76 milhões de toneladas



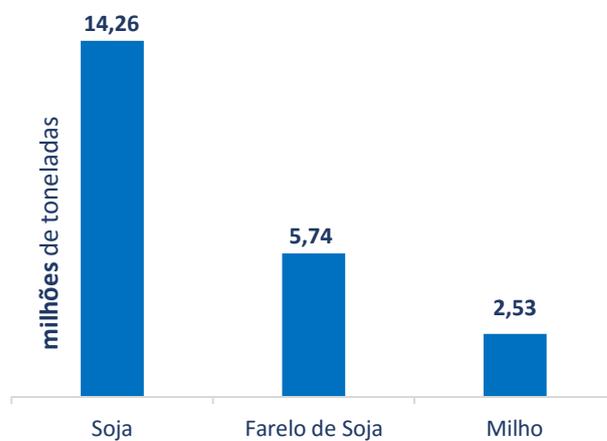
- Contêineres (em TEUs) – 906.504
- Veículos (Unidades) – 86.832



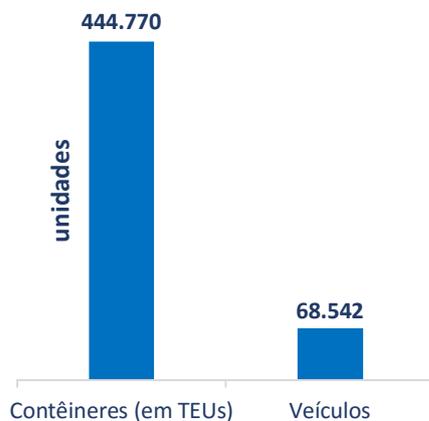
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

➤ EXPORTAÇÕES

- Soja (em toneladas) – 14,26 milhões
- Milho (em toneladas) – 2,53 milhões
- Farelo de Soja (em toneladas) – 5,74 milhões



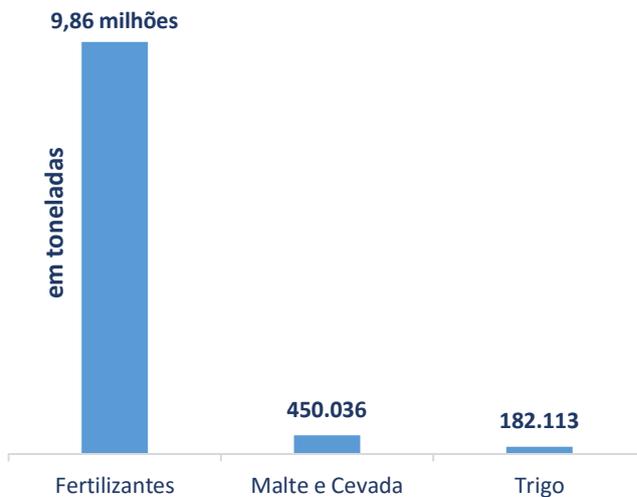
- Contêineres (em TEUs) – 444.770
- Veículos (em unidades) – 68.542



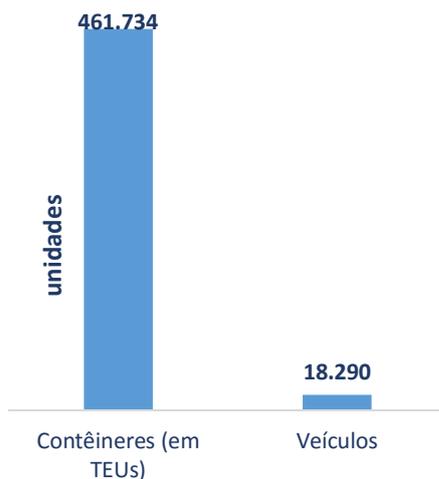
➤ IMPORTAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- Fertilizantes (em toneladas) – 9,86 milhões
- Trigo – 182.113
- Malte e Cevada – 450.036



- Contêineres (em TEUs) – 461.734
- Veículos (em unidades) – 18.290



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CORREDOR DE EXPORTAÇÃO OESTE

➤ **20,12 milhões de toneladas**

MOVIMENTO DOS CAMINHÕES NO PÁTIO DE TRIAGEM 2020:

Granéis de Exportação – total que chegou em caminhão em 2020 – 16.528.668 t.

Por produto/ Origem – o que chega para descarga por caminhão (Toneladas)

Soja	
UF	Volume (t.)
PR	9.011.708
MT	699.097
GO	453.942
MS	555.320
SC	321.251
BA	9.441
SP	358.408
RS	8.526
MG	18.703
TO	151
DF	929
TOTAL	11.437.476

Farelo de Soja	
UF	Volume (t.)
PR	2.082.590
MS	541.552
SP	19.253
GO	962.397
MT	279.254
MG	33.623
RS	3.010

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

SC	2.804
TO	35.766
RJ	142
TOTAL	3.960.391

Milho	
UF	Volume (t.)
PR	657.214
MS	96.561
SP	10.272
GO	82.638
MT	236.621,19
SC	1.478
TOTAL	1.084.783

Farelo de Milho (DDGs)	
UF	Volume (t.)
PR	373
MT	30.955
TOTAL	31.329

Trigo	
UF	Volume (t.)
PR	6.079
MS	7.957
TOTAL	14.036

MOVIMENTO DOS VAGÕES – GRANÉIS SÓLIDOS DE EXPORTAÇÃO 2020:

Granéis de Exportação – total que chegou por vagão em 2020 - 8.174.159

Por produto/ Origem – o que chega por vagão (Toneladas)

AÇÚCAR (GRANEL)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

UF	VOLUME (T.)
PR	2.979.624
MS	139.133
SP	81.905
TOTAL	3.200.663

SOJA	
UF	VOLUME (T.)
PR	2.227.519
MS	425.436
SP	13.806
GO	1.606
MT	28.240
RS	330
TOTAL	2.696.937

MILHO	
UF	Volume (t.)
PR	1.319.524
MS	93.674
MT	2.965
RS	9.806
TOTAL	1.425.969

FARELO DE SOJA	
UF	Volume (t.)
PR	783.466
MS	67.126
TOTAL	850.592

MODAIS

MODAL	MILHO	SOJA	FARELOS	FERT.	ÓLEOS VEG.	DERIV. PETROL.	CONT.	TRIGO	METANOL	AÇÚCAR	OUTRAS	TOTAL
Caminhões	38%	78%	80%	98%	100%	81%	99%	100%	100%	24%	100%	81,2%
Vagões	62%	22%	20%	2%	0%	1%	1%	0%	0%	76%	0%	17,3%

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Oleoduto	0%	0%	0%	0%	0%	18%	0%	0%	0%	0%	0%	1,6%
-----------------	----	----	----	----	----	-----	----	----	----	----	----	-------------

NOVOS PRODUTOS

Fubá em sacas

Em março de 2020, o Porto de Paranaguá fez o primeiro embarque do país de fubá ensacado. Foram seis mil toneladas da farinha de milho, produzida na região de Maringá, no Paraná, destinadas para o Congo, na África. O embarque foi na modalidade breakbulk. Ao todo, foram 240 mil sacas embarcadas. O fubá, ou farinha de milho, já era exportada em contêineres, pelo porto.

Carga postal

Na metade do ano, o Porto de Paranaguá foi escolhido para receber a primeira grande movimentação de cargas postais vindas da China para os Correios. Foram 34 contêineres desembarcados entre junho e julho. O modal marítimo surgiu como alternativa para a redução dos voos comerciais, afetados pela pandemia da Covid-19.

Soja de importação

O Porto de Paranaguá realizou, em dezembro, a primeira operação de importação de soja. Foram 30,5 mil toneladas vindas dos Estados Unidos para abastecer o mercado interno brasileiro. Apesar de ser considerado pequeno, este foi o maior volume comprado pelo Brasil dos EUA desde 1997. A descarga foi realizada com auxílio de guindaste, como acontece com cereais e demais granéis sólidos de importação.

A importação de óleo de soja também surpreendeu. Foram 111.728 toneladas importadas, no ano, do granel líquido que também costuma ser um dos principais na exportação do segmento.

Ônibus

Ao longo de 2020, o Porto de Paranaguá realizou quatro embarques de lotes históricos de ônibus. Em dezembro, foram 157 ônibus, que foi o recorde. Além deste, foram três outros grandes carregamentos de veículos de transporte público realizados no ano: em julho, 130

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ônibus foram carregados em um único navio. Em outubro, outros 110, e, em novembro, 155 ônibus carregados o que era, até o último, o maior embarque já realizado em um único lote, no porto paranaense.

Os veículos foram exportados para Boma, na República do Congo, e Luanda, em Angola. Os ônibus integram um projeto de transporte público dos países africanos. As origens dos veículos são fábricas do Rio Grande do Sul e do interior de São Paulo. Alguns, tiveram os chassis fabricados no Paraná.

TRABALHO CONJUNTO

Em um ano desafiador, a transparência, o planejamento, regras claras e consistentes ajudaram a garantir segurança para os usuários e bons resultados durante os 12 meses. A parceria com órgãos intervenientes e comunidade portuária foram fundamentais.

- A Portos do Paraná recebeu a classificação nível A, de menor de risco, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Isso significa que a empresa pública apresenta baixa possibilidade de infrações na operação de cargas e que atende às normas definidas para o setor. Os portos de Paranaguá e Antonina atingiram a marca de 94% de atendimento das notificações registradas.
- O Terminal de Contêineres de Paranaguá recebeu navios de grande porte, com capacidade para carregar 12 mil unidades de contêineres, equivalentes a 20 pés. O TCP é o primeiro terminal do Brasil com autorização para operação dos Navios New Panamax (de 368m x 52m).
- A praticagem nos Portos do Paraná investiu na aquisição de novos sensores ambientais (marégrafos, correntômetros e boias ODAS); na criação de um aplicativo para reunir os dados coletados pelos equipamentos e gerar informação mais clara e precisa aos práticos em manobra.
- Em dezembro de 2020, a Marinha do Brasil aprovou mais 30 centímetros de calado operacional para dois berços destinados às operações de contêineres – 217 e 218. A profundidade permitida passou de 11,80 metros para 12,10 metros. Com isso, é

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

possível carregar mais 120 contêineres cheios, por navio - aumento de 15% na capacidade de movimentação.



CAPÍTULO 2 – OBRAS E PROJETOS

Em 2020, a Ordem de Serviço 310/2020 deu mais transparência aos contratos, que foram disponibilizados detalhadamente para acesso público. Confira:

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

✓ **Mais de R\$ 56 milhões em investimentos previstos**

SERVIÇOS	
Intervenções de manutenção (eletromecânica) em parada programada para atendimento às necessidades do complexo do corredor de exportação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (lotes 1, 2,4 e 6)	R\$ 7.749.670,13
Fornecimento, implantação e manutenção contínua de sinalização náutica, sob a responsabilidade da APPA	R\$ 6.150.974,89
Levantamentos hidrográficos multifeixe, categorias a e b, conforme padrões estabelecidos pela NORMAM 25	R\$ 4.465.613,88
Manutenção elétrica predial, industrial preventiva e corretiva de alta e baixa tensão na APPA	R\$ 2.741.277,76
Manutenção corretiva e preventiva das coberturas das edificações da APPA	R\$ 466.906,95
Manutenção preventiva e corretiva de Grupos moto-gerador e diesel instalados nas dependências da APPA	R\$ 73.799,60
TOTAL EM SERVIÇOS EM LICITAÇÃO	R\$ 21.648.243,21

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS 2021 A 2022

Execução das Obras de dragagem e derrocamento
Projeto e execução das obras de manutenção das vias de acesso ao Porto e da Faixa Portuária
Execução das Obras no Corredor de Exportação
Execução das Obras do Moegão - Terminal exclusivo para descarga via trens e redução de interferências rodo/ferro.

A Portos do Paraná deve investir R\$ 609 milhões em obras de infraestrutura terrestre e marítima nos próximos anos. Somente no programa de dragagem continuada serão R\$ 403,3 milhões nos próximos cinco anos. Também estão em andamento o projeto executivo do novo Corredor de Exportação; a reforma do Píer de Inflamáveis (R\$ 28,5 milhões); e a derrocagem da Pedra da Palangana (R\$ 23,2 milhões), entre outros.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS

OBRAS			
Recuperação e proteção dos elementos estruturais do Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá			R\$ 28.248.913,43
Principais Obras/ Serviços realizados em 2020 – quase R\$ 361,5 milhões em investimentos realizados	Investimento	Evolução	
Ampliação do cais e a modernização do berço 201.	R\$ 177.587.412,41	100%	
Elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, visando a demolição do silo vertical de 10.000 toneladas no cais do Porto de Paranaguá	R\$ 94.542,86	100%	
LOTE 01 - Dispositivos de segurança - Aquisição de dispositivos de segurança para os equipamentos do Corredor de Exportação e Silo Vertical	R\$602.075,47	100%	
Dragagem de manutenção continuada (dentro do programa para 5 anos)	R\$ 99.414.161,23	92%	
Execução das obras de reformas e melhorias nos Terminais de passageiros e turismo de Encantadas e Nova Brasília, Ilha do Mel, Paranaguá- PR	R\$ 9.570.142,42	84%	
Execução de rede coletora de esgoto sanitário do Pátio de Triagem a APPA	R\$ 414.043,24	80%	
Levantamentos hidrográficos, topográficos, geotécnicos e elaborar projeto básico e executivo visando a derrocagem submarina do maciço rochoso da pedra da palangana e dragagem das áreas da APPA, que abrangem desde o canal de acesso (área alfa) até a área echo, em Antonina.	R\$ 5.388.605,36	70%	R\$ 1.872.292,19
Recuperação da Av. Bento Rocha	R\$ 14.665.313,88	65%	
Desobstrução de elementos de drenagem tais como: boca de lobo de tubulações e escoamento de águas pluviais, bem como remoção transporte até a destinação final de efluentes líquidos	R\$ 1.524.476,43	58%	
Desinfecção, limpeza e higienização de 46 (quarenta e seis) reservatórios de água, distribuídos em diversos setores da APPA.	R\$ 49.382,42	50%	
LOTE 1 - Serviços de Engenharia de Tráfego para a Manutenção da Sinalização Horizontal, Vertical e Dispositivos Auxiliares, nas áreas da APPA	R\$ 255.400,00	36%	
Instalação de novas defensas e manutenção das defensas de borracha dos berços de atracação da APPA	R\$ 3.120.307,80	28%	
Manutenção Civil nas instalações da APPA em 7 lotes	R\$ 8.041.339,84	19,24%	
Readequação do sistema de drenagem pluvial da faixa e do silo (5 lotes)	R\$ 17.474.001,56	2,46%	
Elaboração de Projeto Executivo, bem como a execução das Obras de Derrocamento submarino.	R\$ 23.284.711,30	1,4%	
TOTAL	R\$ 361.485.916,22		

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Construção de sete novos banheiros (edificações de apoio com sanitários) na faixa portuária do Porto de Paranaguá	
Readequação do sistema de drenagem pluvial e recomposição do pavimento e acostamento da Avenida Portuária, numa extensão aproximada de 950 metros da via, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos conforme descrito no Termo de Referência	R\$ 820.000,00
Limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e destinação final dos resíduos e efluentes	R\$ 603.983,16
Recomposição do pavimento de concreto, localizado entre os berços 205 ao 207 da Faixa Portuária do Porto de Paranaguá	R\$ 526.750,00
Adequação do Sistema de Medição e Faturamento (SMF) visando a Migração ao Mercado Livre de Energia (ACL)	R\$ 65.180,00
TOTAL EM OBRAS EM LICITAÇÃO	R\$ 32.137.118,78
PROJETOS	
Elaboração de projeto executivo de engenharia para restauração de capacidade da Av. Ayrton Senna da Silva, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-277 e o Porto de Paranaguá, totalizando 8,1 km de extensão.	R\$ 1.670.595,78
Contratação de empresa para a execução do Projeto Básico, inclusive especificações, de um novo Sistema Integrado de Exportação de Graneis Sólidos do Corredor de Exportação Leste (COREX) do Porto de Paranaguá atualizado e moderno, em substituição ao existente.	R\$ 451.301,24
Elaboração de projeto básico de engenharia para construção de seis novos trapiches nas comunidades de Piaçaguera, Eufrasina, Ilha do Teixeira, Amparo, Europinha e Vila Maciel (área de influência direta da dragagem de aprofundamento do Porto de Paranaguá-PR)	R\$ 102.401,04
Contratação de empresa para a elaboração de projeto executivo para reforma das edificações da APPA, visando atender as necessidades do Plano de segurança Portuária/2020	R\$ 119.878,56
TOTAL EM PROJETOS EM LICITAÇÃO	R\$ 2.344.176,62

Em 2020, o Núcleo de Arrendamentos da Portos do Paraná, em parceria a Diretoria Jurídica, com apoio do Ministério da Infraestrutura, pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), concluiu o leilão da área PAR 12, destinada à movimentação de veículos, e lançou o edital para o leilão de outras duas áreas: PAR 50 (líquidos) e PAR 32 (açúcar ensacado).

SUCESSO: o terminal PAR12, área greenfield, de 74,1 mil metros quadrados de área e capacidade estática para 4 mil veículos e armazenagem anual de 120 mil veículos, foi a leilão no dia 18 de dezembro, na Bolsa de Valores do Brasil (B3). A Ascensus Gestão e Participações, representada pela corretora do Itaú, arrematou a área por R\$ 25 milhões, com a obrigação de fazer investimentos de R\$ 22 milhões ao longo de 25 anos, além de pagamentos ordinários mensais pela ocupação.

Com isso, o Paraná foi o primeiro Estado do Brasil a leiloar uma área portuária, depois de receber autonomia para administrar os contratos de exploração, em agosto de 2019.

FUTURO: No último dia do ano, a empresa pública Portos do Paraná abriu consulta para os leilões de arrendamento das áreas PAR32 e PAR50, no Porto de Paranaguá. Os certames devem acontecer no primeiro semestre de 2021, com investimentos totais de R\$ 367.648.000,00.

OUTRAS CONQUISTAS - INICIATIVA PRIVADA

Em fevereiro, o Governo do Estado assinou o contrato de concessão com a Klabin, empresa ganhadora do leilão ocorrido em 2019, para administrar um terminal para movimentação de celulose (PAR 01). O aporte inicial foi de R\$ 1 milhão e a empresa pretende fazer investimentos de R\$ 130 milhões no local. O contrato de exploração de área é de 25 anos (prorrogáveis por mais 45 anos).

Em outubro, o Governo do Paraná assinou um protocolo de intenções com a Interbulk S.A, prevendo a adesão da empresa ao programa de benefícios fiscais do Estado. A empresa anunciou que pretende investir R\$ 159,09 milhões, ampliando as movimentações de graneis sólidos (fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássio) no Porto de Antonina. O grupo pretende instalar, em duas fases, uma unidade misturadora de fertilizantes, com capacidade para produzir até um milhão de toneladas por ano. O complexo será erguido a cerca de 200 metros do portão B do Terminal Portuário da Ponta do Félix.

Mais investimentos

* A Bunge investiu R\$ 30 milhões no berço 206, incluindo a instalação de um novo shiploader;

* A Rocha Terminais Portuários instalou uma nova grua móvel para desembarque de fertilizantes, nos berços 208, 209 e 211. O investimento foi de 3,6 milhões de Euros (€);

*O terminal da Fospar, operadora de graneis sólidos de importação nos berços 200 e 200A, no Porto de Paranaguá, declarou a previsão de aumento de 600 mil toneladas por ano, a partir de 2020, com a conclusão dos recentes investimentos - cerca de R\$ 225 milhões - e retomada de utilização do berço interno do píer (200A).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

* Na retroárea, um grande investimento em expansão foi realizado, no ano, pela empresa Cattalini, uma das principais operadoras dos graneis líquidos no Porto de Paranaguá. Em abril entrou em operação o novo centro de tancagem, o CT4 - de 25.700 metros quadrados, com 17 tanques e capacidade de armazenar até 91.000 m³ de líquidos. O novo CT, segundo a Cattalini, aumenta a capacidade estática da empresa em 17,5%. Com as novas instalações, a operadora dispõe de 133 tanques, 610 mil m³ para armazenagem de diversos produtos, distribuídos em cinco Centros de Tancagens (CTs) alfandegados e entrepostados.

* A TCP apresentou planejamento para investir cerca de R\$ 2,5 bilhões nos próximos anos no Porto de Paranaguá e gerar 10 mil empregos. A empresa anunciou que pretende instalar um parque logístico com capacidade para atender 200 caminhões simultaneamente, um armazém de 20 mil metros quadrados e linhas férreas. Além disso, projeta aumentar a captação de cargas do Paraguai. Segundo dirigentes da companhia, os novos investimentos vão reduzir o custo operacional para os clientes e atrair mais exportadores do Sul e Sudeste para Paranaguá.

Renovações

Em agosto, a Portos do Paraná renovou o contrato para movimentação de graneis vegetais pela Paraná Operações Portuárias (Pasa), no Porto de Paranaguá. Este foi o primeiro termo aditivo celebrado pela autoridade portuária paranaense, desde que a empresa pública recebeu autonomia para administrar contratos de exploração de áreas, em agosto de 2019. O termo aditivo, que tem a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) como órgão interveniente, é válido até 2049. Essa renovação deu segurança para a empresa anunciar investimentos de R\$ 117,7 milhões de reais, em duas fases.

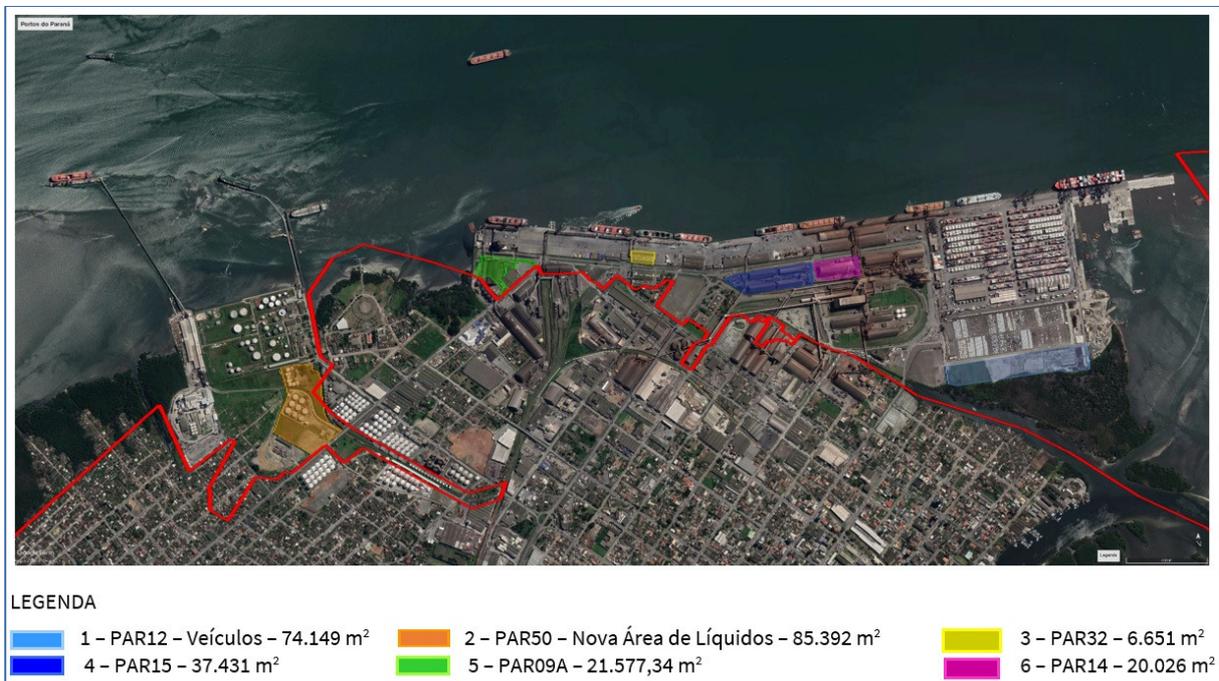
Até 2022, a PASA anunciou que deve construir uma nova linha de embarque, com a instalação de um novo shiplader, para movimentar até 2.5 mil toneladas/hora. Além disso, até 2023, será edificado um novo armazém, para 60 mil toneladas de açúcar ou 45 mil toneladas de outros graneis sólidos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Arrendamentos futuros

Outras cinco áreas seguem disponíveis para arrendamento. São elas: um terminal de líquidos (PAR 50) e um de carga geral (PAR 32), ambas com as consultas abertas, e três áreas de granel sólido para exportação. Com isso, a expectativa é ultrapassar investimentos de R\$ 1,3 bilhão e aumentar a movimentação, que já foi recorde em 2020. Confira os detalhes das novas áreas:

Lote	Investimento aproximado	Tipo de Carga	Área
PAR32	R\$ 29.456.000,00	Carga Geral	6.651 m ²
PAR50	R\$ 338.192.000,00	Granéis Líquidos	85.392 m ²
PAR09	R\$ 326.817.932,99	Granéis Sólidos Exportação	21.577 m ²
PAR15	R\$ 309.633.796,14	Granéis Sólidos Exportação	37.431 m ²
PAR14	R\$ 50.000.000,00	Granéis Sólidos Exportação	20.026 m ²



CAPÍTULO 3 – GESTÃO

A empresa Portos do Paraná tem a melhor gestão pública do País.

O reconhecimento foi feito pelo governo federal na premiação “Portos + Brasil”, entregue pelo Ministério da Infraestrutura. Vencedora em duas das quatro categorias, a empresa pública paranaense lidera o ranking nacional nas práticas de mercado e em gestão.

GESTÃO

O Paraná alcançou a maior nota no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP): 98,5 pontos. O Estado foi o primeiro e o único a receber autonomia total na administração dos contratos de exploração dos portos organizados. A descentralização foi feita em agosto de 2019 e deu mais eficiência e celeridade aos processos envolvendo os terminais paranaenses.

PLANEJAMENTO

A Portos do Paraná ainda ganhou na categoria Execução dos Investimentos Planejados, com índice de 81,8%. O conceito é importante para mensurar a proporção do orçamento de investimento disponível que foi efetivamente executada pela autoridade portuária.

TECNOLOGIA

Em 2020, a Portos do Paraná firmou acordo com a Fundación Valenciaport, um centro de pesquisa, inovação e formação do setor logístico portuário, com sede no porto de Valência, na Espanha, e atuação em várias partes do mundo.

Entre os projetos já em desenvolvimento estão a construção do Port Community System, uma plataforma de troca de dados da comunidade portuária. O PCS conecta múltiplos sistemas usados por diferentes organizações envolvidas na atividade, integrando as informações de toda cadeia logística.

A parceria também prevê o Port Collaborative Decision Making (PortCDM), que propõe um novo modelo de gerenciamento das operações marítimas, em tempo real, entre todos os agentes envolvidos nas operações de chegada e saída de navios. Além disso, a parceria

discute questões de segurança digital e tecnologia de proteção de dados e Capacitação em Gestão Estratégicas de Portos.

GOVERNANÇA

A Portos do Paraná também foi buscar junto ao Instituto Publix a expertise necessária para dar um salto administrativo interno. O cronograma de trabalho se iniciou em meados de 2020 e avança prevendo uma nova governança na empresa pública.

A discussão contou com a participação de vários grupos de empregados para avaliar a atual cultura da empresa e quais os melhores métodos para manter a empresa competitiva com os desafios futuros. Também foi elaborado um Plano de Demissão Voluntária e um Plano de Cargos e Salários, com execução prevista no primeiro semestre de 2021.

Com novo quadro funcional, Portos do Paraná garante que mais servidores de carreira ocupem cargos de chefia.

A Lei 20.284/2020 criou o Quadro de Empregos em Comissão da Portos do Paraná, com 122 cargos, sendo 24 vagas exclusivas para empregados públicos de carreira e 98 vagas a serem ocupadas por cidadãos sem vínculo com o Estado.

O quadro anterior era o mesmo desde a década de 1990 e estava em extinção.

RECURSOS HUMANOS

No enfrentamento à COVID-19, os portos do Paraná adotaram o trabalho remoto e o revezamento nas atividades presenciais. A tecnologia se tornou uma aliada e todas as cláusulas do Acordo Coletivo do Biênio 2019/2021 foram garantidas.

REFORÇO NO TIME

Em 2020, a empresa pública manteve os chamamentos de aprovados nos concursos públicos de 2016 e 2017, dentro dos prazos de validade de cada um. No total, ingressaram no quadro permanente da empresa pública 21 novos empregados. Foram seis técnicos portuários, 13 agentes portuários e dois analistas portuários.

In Memoriam

Luiz Cláudio Gomes de Souza, operador de empilhadeiras e guindastes.

Edson José Kienteka, contramestre de manutenção mecânica.

Renan André Vidal, técnico portuário.

Sérgio Pontes Ribeiro, conferente de capatazia.

David Nunes, auxiliar de serviços gerais.

Joaquim Caetano de Carvalho, fiel de armazém.

CAPÍTULO 4 – ENFRENTAMENTO À COVID

A empresa pública Portos do Paraná investiu R\$ 6,5 milhões em ações e equipamentos para proteger os trabalhadores e caminhoneiros que passam, todos os dias, pelo Porto de Paranaguá.

As estruturas de atendimento, com médicos e enfermeiros, funcionam 24 horas, todos os dias da semana. Também foram adquiridos suprimentos como álcool em gel, máscaras, luvas, novas pias, chuveiros e serviço de desinfecção.

Desde março, mais de 1,2 milhão de triagens de saúde foram realizadas, com aplicação de questionário e aferição de temperatura em todos os que entram e saem do cais, Pátio de Triagem, Silos Públicos e áreas administrativas.

Somente na faixa portuária, transitam mais de 4 mil pessoas por dia. O fluxo intenso de trabalhadores e usuários exigiu uma resposta rápida do poder público e das empresas que operam cargas. A união com o Órgão Gestor de Mão de Obra e os sindicatos das diferentes categorias, permitiu implementar mudanças significativas na rotina do porto, sem transtornos e sem paralisar a movimentação de cargas essenciais.

SEGURANÇA

Uma das preocupações era que os colaboradores e suas famílias se sentissem seguros, o que foi alcançado, segundo uma pesquisa do Órgão Gestor de Mão de Obra

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

(OGMO) junto aos Trabalhadores Portuários Autônomos (TPA). Mais de 90% disse se sentir seguro dentro do porto, com as ações adotadas.

CAMINHONEIROS

No Pátio de Triagem de Caminhões, os motoristas recebem cuidado especial. Com movimento de até 2 mil pessoas por dia, vindas de todo o Brasil, a estrutura de saúde foi importante para não sobrecarregar o sistema de saúde municipal. Com as triagens iniciais feitas no local, caminhoneiros com sintomas são atendidos por um médico de plantão, contratado pela autoridade portuária, sem precisar procurar as unidades que são usadas pela comunidade geral.

Outra preocupação foi vacinar contra o vírus influenza, entre eles H1N1 e H3N2. Em parceria com o Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e prefeitura de Paranaguá, foram disponibilizadas 5 mil doses para caminhoneiros e portuários.

Em abril, no momento mais crítico da pandemia, o Governo do Estado entregou 55 mil kits, com arroz, feijão, óleo e ovos para os motoristas, que enfrentavam dificuldades em encontrar restaurantes abertos na estrada. O investimento, da Portos do Paraná, foi de R\$1,1 milhão.

INVESTIMENTOS

Entre março e novembro, foram mais de 3,5 mil metros quadrados de área desinfetada, 3,5 mil máscaras, 10 mil litros de álcool em gel, 144 litros de sabonete antisséptico (usados em ambientes hospitalares), 5 mil pares de luvas, 10 mil unidades extras de máscaras cirúrgicas, 21 tendas e cabines elevadas, 200 metros lineares de grade de isolamento, 32 chuveiros, 60 pias e lava-pés com hipoclorito de sódio.

Comunidade portuária doa R\$ 2,5 milhões para enfrentar a doença

A comunidade portuária que atua nos portos do Paraná comprou equipamentos e insumos médicos para ajudar no tratamento de pacientes da Covid-19 no Litoral do Estado. Foram R\$ 2,5 milhões arrecadados para equipar o Hospital Regional, referência no atendimento de moradores dos sete municípios da região.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A ajuda veio de 30 empresas, sindicatos, cooperativas e outros órgãos. Os equipamentos são adquiridos conforme a necessidade da administração hospitalar.

UNIÃO - As doações, de até R\$ 100 mil, foram feitas por diferentes setores com atividades no porto. Como o Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), Cooperativas e Sindicatos de Transporte de Paranaguá, Cooperativa de Transportes de Cargas e Anexos (Coopanexo), Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens (STA), Sindicato dos Operadores Portuários (Sindop), Sindicato da Indústria e Adubos Corretivos (Sindiadubos), Sindicato das Agências de Navegação Marítima (Sindapar) e o Sindicato dos Práticos dos Portos e Terminais Marítimos do Paraná (Sinprapar).

Empresas que operam grãos no Corredor de Exportação Leste – Tibagi, Gransol, Cargill, Cimbetul, Cotriguaçu, Interalli/CBL e Centrosul – se uniram à Bunge (que opera grãos sólidos de exportação no cais oeste) e aos operadores de líquidos, Cattalini e Terin.

A Mosaic, Fortesolo, Fertipar, Copadubo, Rocha e a Harbor, que operam fertilizantes e outros grãos de importação, fazem parte do esforço junto com as empresas de transporte, como a Multitrans e a Rumo. A Marcon, que opera carga geral e veículos, integra o fundo em parceria com a Klabin (celulose e papel), Pasa (operadora de açúcar no Corredor Oeste) e TCP (contêineres).

CAPÍTULO 5 – PORTO E CIDADE

Em 2020, o Porto de Paranaguá completou 85 anos redefinindo a relação da atividade portuária com a cidade. A empresa pública iniciou o ano com a campanha “O Porto movimenta a vida de quem é daqui”. Trazendo o slogan “Quando a gente cresce, Paranaguá cresce junto”, a ação de comunicação foi uma forma de mostrar como a atividade portuária contribui com a geração de emprego e renda no Litoral do Estado.

Dados do Ministério do Trabalho apontam que cerca de 44% dos postos de trabalho criados em Paranaguá são na área de transporte e armazenagem de carga.

Todos os dias, em média, mais de quatro mil pessoas chegaram para trabalhar no Porto de Paranaguá. São funcionários da empresa pública, servidores das empresas operadoras

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

portuárias, motoristas, prestadores de serviços e trabalhadores portuários avulsos, os chamados TPAs.

O Ministério estima que a atividade portuária seja responsável por cerca de 9 mil empregos, somente no setor de armazenamento e transporte. O número é equivalente a 20% de todos os postos de trabalho registrados no município e o impacto na economia chega a R\$ 33 milhões mensais, em salários.

Ainda no ano de 2020, a empresa pública zerou a dívida com o município e repassou R\$ 25.272.837,47 aos cofres municipais. A última, das 13 parcelas que começaram a ser pagas em outubro de 2019, foi paga em 03/11/2020.

Os valores devidos eram referentes a tributos municipais que passaram a ser cobrados em 2014, quando a antiga APPA mudou a natureza jurídica de autarquia para empresa pública. Existia uma dívida ativa de R\$ 77 milhões.

Além de renegociar este valor no programa especial de Recuperação Fiscal (Refis), como explica a Diretoria Jurídica, foi dado fim a anos de litígios administrativos e chegou-se ao consenso de que parte do que era cobrado não era devido.

Zerar os débitos e ficar em dia com os pagamentos é uma forma de retribuir financeiramente com a cidade e mostrar respeito com a comunidade que acolhe a estrutura portuária. Além disso, a regularidade fiscal dá segurança aos investidores e usuários.

ISS – Além dos valores referentes ao Refis, a atividade portuária gera recurso municipal através do recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). Em Paranaguá, as empresas que atuam no Porto responderam, em 2020, por mais da metade dos valores recebidos com o tributo. O ISS incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza e a aplicação dos recursos é determinada pela Constituição Federal. Do total arrecadado, 60% são usados de forma livre, como pagamento de servidores, obras, reformas e equipamentos públicos, por exemplo. Outros 25% devem ser, obrigatoriamente, investidos em educação e 15% em saúde.

CAPÍTULO 6 – MEIO AMBIENTE

Melhor índice de desenvolvimento ambiental do Brasil

Com mais de 20 programas permanentes, os portos paranaenses encerraram 2020 como os terminais públicos de grande porte com melhor índice de desenvolvimento ambiental do Brasil, segundo a ANTAQ. Além de ter uma diretoria específica para tratar o tema, com biólogos e engenheiros ambientais no quadro fixo, a autoridade portuária paranaense conta com uma empresa contratada exclusivamente para as ações de meio ambiente. São 20 colaboradores permanentes, em Paranaguá, e mais 50 profissionais especializados.

98% de aprovação no desempenho ambiental

A Portos do Paraná alcançou 98% de conformidade na auditoria externa, que é um dos requisitos da licença para a manutenção das operações portuárias. Realizada a cada dois anos, a inspeção é realizada para avaliar o Sistema de Gestão Integrado da empresa pública, o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental.

O exame minucioso e sistemático, revisa a documentação, níveis de qualidade ambiental, ações de medicina e segurança do trabalho. A avaliação é feita por um auditor independente, habilitado e credenciado. Na avaliação da parte documental de condicionantes ambientais, os portos paranaenses atingiram 100% de pontuação.

Manual traz compromisso com a sustentabilidade

Uma cultura corporativa de segurança, saúde, proteção ao meio ambiente, eficiência e melhoria nas operações. Estas são algumas das diretrizes do Manual do Sistema de Gestão Integrada (SGI), atualizado e publicado pela Portos do Paraná durante o ano que passou. Muito além de regras, regulamentos e orientações para procedimentos operacionais, o documento aponta para o comprometimento coletivo de toda comunidade portuária.

O manual se aplica a todos os setores e diretorias e é focado em cinco pontos:

1. A saúde e segurança do ser humano, promovendo um ambiente seguro por meio da eliminação de perigos e redução de riscos;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2. O compromisso com a qualidade ambiental do seu entorno;
3. O bom desempenho e a continuidade das operações portuárias;
4. O atendimento dos requisitos legais aplicáveis em saúde, segurança e meio ambiente;
5. A promoção e participação dos agentes portuários e trabalhadores no processo de melhoria contínua do SGI.

Campanha valoriza pesca artesanal no Litoral do Estado

A pesca artesanal, que garante renda para cerca de seis mil famílias no litoral paranaense, foi tema de campanha de educação ambiental da Portos do Paraná. O objetivo é incentivar o consumo de peixes da região, para que os turistas e moradores entendam a importância de prestigiar estes trabalhadores. É uma forma de alavancar as microeconomias locais, principalmente de pescadores artesanais e caiçaras.

A ação também vai ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, dos quais a Portos do Paraná é signatária.

Gestão de resíduos na Ilha do Mel

Equipes da Portos do Paraná mobilizaram o comércio, pousadas e restaurantes da Ilha do Mel, para orientar sobre o descarte correto de resíduos sólidos. A ação faz parte do Programa de Educação Ambiental e é direcionada para as comunidades que estão na área de influência dos portos de Paranaguá e Antonina.

O monitoramento do descarte possibilitará a premiação dos comércios mais atuantes e participativos. Previamente intitulada de Selo Verde, a homenagem será concedida anualmente. O projeto também vem ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), dos quais a empresa Portos do Paraná é signatária.

Gestão da água nas comunidades caiçaras

Através do programa de Educação Ambiental, a Portos do Paraná está apoiando a gestão de abastecimento de água nas comunidades ilhadas da baía de Paranaguá, que estão na área de influência do porto.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Foi mapeada toda rede de Europinha, Eufrasina, Ilha do Teixeira e Piaçaguera, desde a captação, até as últimas casas que são atendidas, e realizado projetos de readequação dos microsistemas de abastecimento.

A execução do projeto é realizada na forma de mutirão, onde os moradores aprendem na prática técnicas de captação, preservação de nascentes e funcionamento dos sistemas.

Lançada cartilha de proteção ao boto-cinza

O cuidado com animais marinhos que vivem na área dos portos de Paranaguá e Antonina também é tema de campanha na Portos do Paraná. A empresa pública, em conjunto com a Cia Ambiental, que presta serviço na área, desenvolveu uma cartilha para orientar embarcações sobre como agir ao encontrar grupos de botos-cinza durante a navegação.

Eliminado uso de copos plásticos descartáveis

A empresa pública não vai mais comprar copos plásticos descartáveis. Todos os funcionários receberam copos sustentáveis, para uso contínuo, no ambiente de trabalho. A iniciativa é uma forma de preservar o meio ambiente e diminuir a geração de lixo.

Capacitados em informática moradores da Ponta da Pita

27 moradores da Ponta da Pita, em Antonina, receberam o certificado do curso de Internet Básica da Portos do Paraná.

Certificados pescadores de São Miguel e Teixeira

Pescadores das comunidades de São Miguel e Teixeira, no Litoral do Estado, concluíram o curso de Mecânica de Embarcações, ofertado pela Portos do Paraná. Os alunos receberam aulas sobre manutenção de motores e um kit de ferramentas para executar os consertos.

Porto em Ação oferece serviços e cuidados aos caminhoneiros

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá foi sede da primeira edição do Porto em Ação em 2020. O evento levou até os caminhoneiros serviços e cuidados com a saúde, vacinação, orientação espiritual e palestras sobre trânsito e segurança.

Palestra sobre animais peçonhentos

A Portos do Paraná promoveu no Auditório Emir Roth, no Palácio Taguaré, palestra sobre cuidados com animais peçonhentos. O evento foi voltado para as equipes municipais da Defesa Civil, Guarda Ambiental, funcionários do Porto de Paranaguá e comunidade portuária.

Mantido combate à dengue

O combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, zika, chikungunya e febre amarela, deve ser constante. Por isso, a Portos do Paraná mantém uma agenda de ações contra possíveis criadouros, dentro da área portuária. Foram recolhidos pneus inutilizados que estavam guardados, instauradas ações de higiene, pulverização em áreas portuárias com potencial de risco, monitoramento de caçamba e divulgação massiva de material informativo.

NÚMEROS

Educação Ambiental

- O Programa de Educação Ambiental promoveu 223 diálogos sobre saúde, meio ambiente e segurança com cerca de 1.582 trabalhadores.
- 6 ações de comunicação nas comunidades, com devolutivas dos diagnósticos socioambientais participativos e apresentação de novos projetos.
- 34 treinamentos relativos ao Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, com participação de 439 pessoas.
- 91 treinamentos de integração de meio ambiente e segurança do trabalho, com participação de 397 pessoas.

Meio Físico

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- 92 amostras de sedimento do leito marinho coletadas e analisadas;
- 775 amostras de água na Baía de Paranaguá;
- 40 amostras de efluente em 22 pontos diferentes em Paranaguá e Antonina.
- 3.744 horas de monitoramento da qualidade do ar em 12 pontos em Paranaguá e 3 pontos em Antonina.
- 68 medições de níveis de ruído, totalizando 50 horas de avaliação em 21 pontos de Paranaguá e 8 de Antonina, de noite e de dia.
- Inspeções rotineiras nos navios ou inspeção documental para verificação do gerenciamento da água de lastro nos navios que atracam no porto de Paranaguá.
- Levantamentos topográficos em 14 pontos distintos nas margens da baía de Paranaguá, para verificação e monitoramento da erosão costeira.

Meio biótico

- 285 dias de desembarques pesqueiros acompanhados em 7 entrepostos e 4.818 desembarques de pescadores vistoriados.
- 18 ações de limpeza de mangue no Rocio e Oceania, em Paranaguá, e na Ponta da Pita, em Antonina. - Aproximadamente 295 quilos de lixo retirados.
- 1.445 m² de áreas de manguezais monitoradas.
- 320 amostras de água coletadas para análise de plâncton e 192 amostras coletadas para análise de areia ou lodo do fundo do mar ou baía.
- 60 amostras coletadas para análise de costões rochosos e 320 amostras de berbigões, para análise de contaminação tecidual.
- 2.439km navegados, em 130 horas, para avistamento, identificação e registro de botos e tartaruga.
- 14.031 registros de aves e 77 espécies identificadas.
- Mapeamento de 430 porta-iscas instalados nas dependências da Portos do Paraná.
- 4 campanhas de avaliação da eficácia do nível de infestação de roedores e levantamento populacional de pombos.

CAPÍTULO 7 – SEGURANÇA

SEGURANÇA

A Guarda Portuária do Paraná completou 33 anos. Com um efetivo de 96 funcionários (incluindo técnicos e agentes da Unidade Administrativa de Segurança Portuária - UASP), a corporação paranaense é referência nacional e é responsável pelo policiamento ostensivo das áreas primárias e secundárias, fiscalização de cargas e controle dos acessos.

Novo protocolo de segurança

O uso de etilômetros no Porto de Paranaguá garante segurança de trabalhadores e usuários. A medida é realizada em parceria com o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO). As medições são feitas em uma sala reservada, na entrada do cais. Os trabalhadores e usuários são selecionados aleatoriamente, por sorteio eletrônico. Equipes da Guarda Portuária também fazem abordagens ao longo da faixa, com caminhoneiros.

Novos espaços

Uma sala de espera no segundo andar do Portão 4 dá mais conforto aos caminhoneiros e acompanhantes no Porto de Paranaguá. Além disso, três banheiros femininos foram instalados na faixa portuária, destinados a todas as mulheres que acessam à área alfandegada.

Patrulha marítima

As polícias Federal e Militar iniciaram em 2020 o patrulhamento conjunto da área dos portos do Paraná. A parceria, no mar, é inédita e se soma à atuação da Unidade Administrativa de Segurança Portuária (UASP) e da Guarda Portuária, principalmente no combate ao tráfico de drogas.

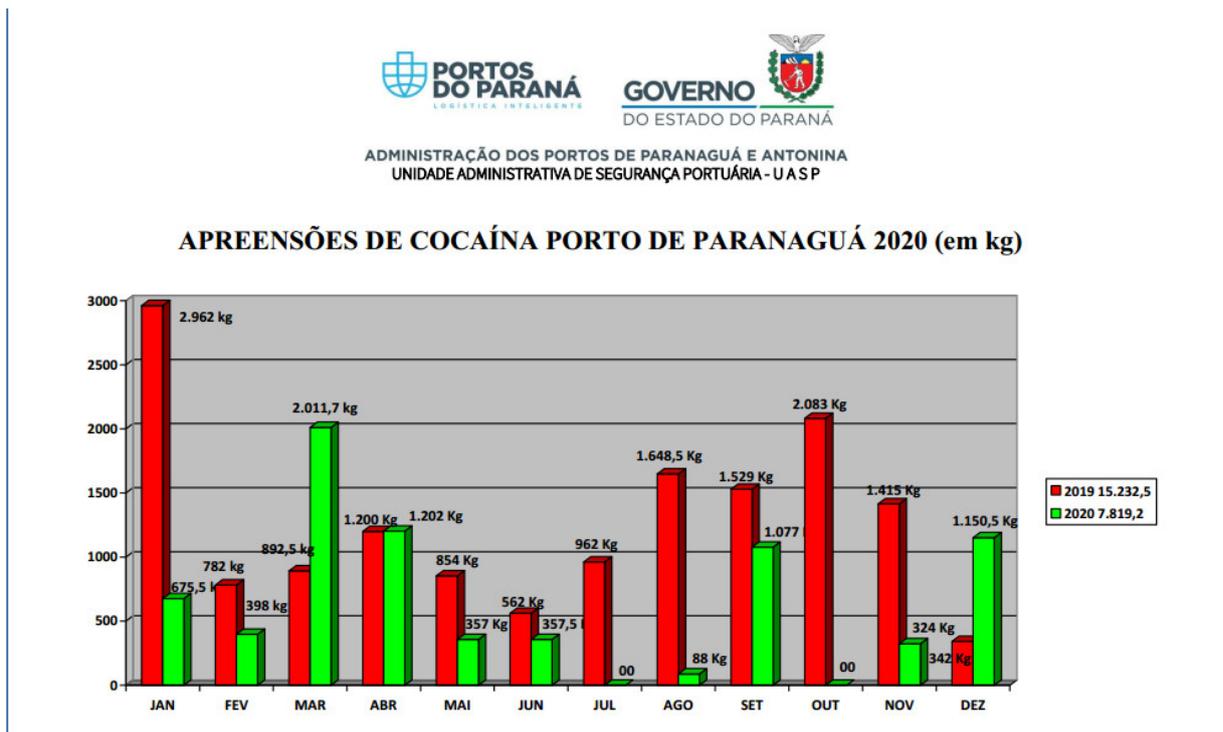
A patrulha nas áreas portuárias é diária, 24 horas. As equipes do Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom), da Polícia Federal, e da Patrulha Costeira do 9º Batalhão de Polícia Militar, atuam em turnos, cada turno com quatro policiais, no mínimo, na embarcação.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Documentos falsos

Guardas e agentes da Unidade Administrativa de Segurança Portuária (Uasp) participaram de treinamento para detectar fraudes em documentos de viagens. A capacitação foi ofertada pelo Departamento de Segurança do Corpo Diplomático dos Estados Unidos no Brasil.

O aprendizado está sendo utilizado no trabalho diário de verificação dos certificados apresentados por tripulantes, visitantes e trabalhadores, no acesso às áreas portuárias e em eventuais abordagens.



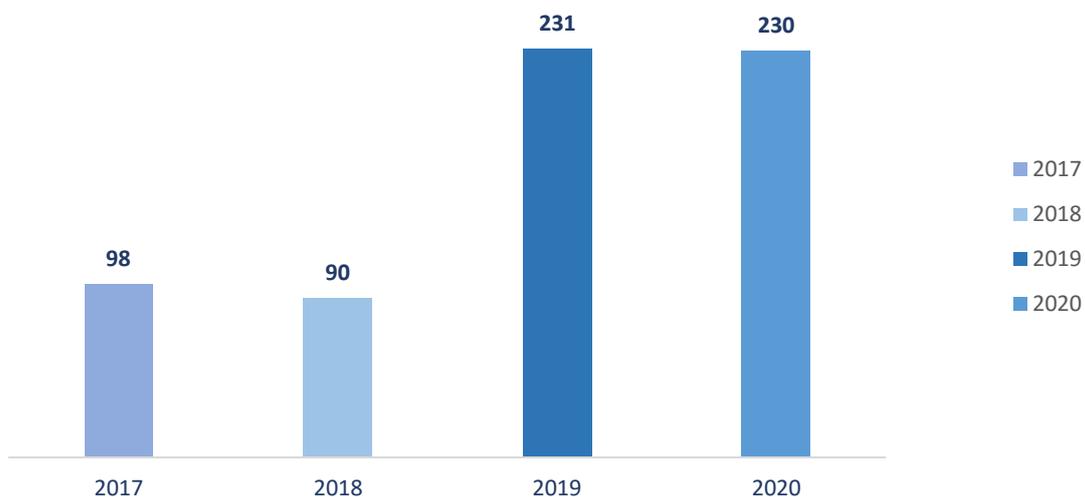
CAPÍTULO 8 – COMUNICAÇÃO

2020 foi de continuidade no processo de reposicionamento da marca Portos do Paraná.

Além do foco na mídia local, a empresa pública buscou pautar a imprensa nacional de maneira constante, como fonte de qualidade e relevância.

Produção de pautas positivas:

2017 – 98
2018 – 90
2019 – 231
2020 – 230



As menções totais aos portos de Paranaguá e Antonina, na mídia e nas redes sociais cresceram:

2019: 18,8 mil menções – aumento de 160%

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2020: 47,2 mil menções – aumento de 152%

Foram sete campanhas de divulgação das vantagens competitivas dos portos paranaenses, além das comemorações aos 85 anos do Porto de Paranaguá.

No combate à Covid, foram oito campanhas, com ações desde março na mídia regional. Todos os prédios e áreas públicas receberam nova comunicação visual, com informações em português, inglês e chinês sobre medidas de prevenção.

CAPÍTULO 9 – FUTURO

Os portos do Paraná entram em 2021 com a certeza de que o trabalho conjunto é capaz de vencer qualquer desafio.

Continuamos acreditando em um futuro promissor e, mais do que nunca, na força de nossa gente. Os cuidados com o coronavírus serão mantidos e a prioridade segue sendo a saúde e a vida dos portuários.

Pela proximidade com os maiores PIBs do continente, a localização estratégica e a infraestrutura do Estado, o Paraná está se transformando no hub logístico da América do Sul. A Baía de Paranaguá está atraindo empreendedores pioneiros, motivados por grandes projetos. E grandes projetos exigem eficiência.

O projeto de modernização e ampliação do Corredor de Exportação já está em estudo. A obra prevê novo píer, com quatro berços, ponte de acesso, oito torres pescantes e oito novas correias transportadoras – mais potentes e modernas. A capacidade de embarque será de 4 mil toneladas de grãos, por hora, em cada linha.

O modal ferroviário será fundamental e dois novos projetos preparam o porto para receber mais vagões. No Corredor Leste, uma moega exclusiva para trens vai permitir receber até 180 vagões simultâneos, graças a três linhas independentes e correias interligando cinco terminais. No Corredor Oeste, um novo terminal será criado, com conexão ao berço 201, entregue em 2019.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Novos arrendamentos darão continuidade ao programa de leilões. Além das áreas PAR 32 e PAR 50, que já estão em fase de consulta pública, serão arrendadas as áreas PAR 9, PAR 14 e PAR 15, todas voltadas para movimentação de granéis sólidos para exportação.

Para o primeiro semestre de 2021, estão previstas a entrega dos trapiches da Ilha do Mel, a retomada da dragagem de manutenção continuada e a realização da derrocagem da Pedra da Palangana. O projeto executivo da ampliação do calado para 15,5 metros fechou 2020 com 64% de execução e deve ser concluído ao longo do ano.

Nas obras terrestres, as melhorias na Avenida Ayrton Senna seguem em estudo, enquanto a Avenida Bento Rocha está em fase sinal de sinalização, devendo ser entregue ainda no primeiro trimestre pelo DER.

Os projetos de modernização operacional e de gestão, junto a Fundación ValenciaPort e Instituto Publix, serão finalizados em 2021. Os esforços voltados para a governança e transparência serão intensificados, com a adoção de práticas reconhecidas pelo mercado internacional.

Em 2021, os Portos do Paraná querem conectar grandes negócios com o mundo e se tornar uma porta para o futuro, valorizando quem trabalha e mora no Litoral, gerando emprego, renda e redefinindo a relação do porto com a cidade.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Carlos Massa Ratinho Júnior

Governador do Paraná

Sandro Alex Cruz de Oliveira

Secretário de Infraestrutura e Logística

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Fernando Garcia da Silva

Diretor-presidente da Portos do Paraná

André Luiz Pioli Bernascki

Diretor de Desenvolvimento Empresarial

Daniel Romanowski

Diretor Administrativo e Financeiro (JAN-OUT 2020)

Luciano Costenaro de Oliveira

Diretor Administrativo e Financeiro (OUT/2020)

Marcus Vinícius Freitas dos Santos

Diretor Jurídico

João Paulo Ribeiro Santana

Diretor de Meio Ambiente

Rogério Amado Barzellay

Diretor de Engenharia e Manutenção

Luiz Teixeira da Silva Júnior

Diretor de Operações Portuárias

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Piloni e Silva

Presidente do Conselho de Administração

Fernando Bueno de Castro

Membro Titular

Rafael Moura de Oliveira

Membro Titular

Giovani da Silva Ferreira

Membro Titular

Nilson Hanke Camargo

Membro Titular

Carlos Eidam de Assis

Membro Titular

Welby Pereira Sales

Membro Titular

Leandro Pazzetto Arruda

Membro Titular

CONSELHO FISCAL

Cláudio Roberto Weirich dos Santos

Presidente

Matheus Pereira de Faria

Vice- Presidente

João Evaristo Debiasi

Membro Titular

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Luciano Borges dos Santos

Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

José Guilherme Silva Vieira

Vice-Presidente

Mariana Filgueiras dos Reis

Membro Titular

5. Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	220.866	305.008	Fornecedores		9.389	14.427
Contas a receber	05	7.532	2.032	Obrigações trabalhistas	11	16.514	15.124
Tributos a recuperar	06	36.170	22.173	Tributos a recolher	12	45.830	37.935
Estoques	07	12.072	11.918	Adiantamentos de clientes	13	10.161	7.922
Despesas antecipadas		154	-	Provisões para contingências	14	-	72
Adiantamentos		976	917	Total do passivo circulante		81.984	75.480
Outros créditos		8	7				
Total do ativo circulante		277.778	342.056	Não circulante			
				Tributos a recolher	12	224.300	237.671
Não circulante				Provisões para contingências	14	446.483	510.250
Depósitos judiciais	08	407.458	401.301	Total do passivo não circulante		670.783	747.921
Tributos a recuperar	06	292	238				
Contas a receber	05	-	49	Total do passivo		752.677	823.401
Outros créditos		886	662	Patrimônio líquido			
Investimentos		-	9	Capital social	15	1.086.444	1.086.444
Imobilizado	09	568.587	573.830	Prejuízos acumulados	15	(582.311)	(588.098)
Intangível	10	1.809	3.602	Total do patrimônio líquido		504.133	498.346
Total do ativo não circulante		979.032	979.691				
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.256.810	1.321.747
Total do ativo		1.256.810	1.321.747				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

6. Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Demonstração do Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	16	376.511	341.002
Custos dos Serviços Prestados			
Operação, manutenção e conservação portuária		(127.720)	(71.335)
Custo com pessoal		(61.516)	(58.018)
Outros custos		(16.585)	(13.868)
		(205.821)	(143.221)
Lucro bruto		170.690	197.781
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com pessoal		(41.666)	(35.965)
Despesas administrativas e gerais		(48.857)	(61.207)
Depreciação/amortização		(28.617)	(25.511)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(57.598)	(76.198)
		(176.738)	(198.881)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(6.048)	(1.100)
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		14.086	28.867
Despesas financeiras		(1.337)	(2.022)
		12.749	26.845
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.701	25.745
Imposto de renda e contribuição social		-	(847)
Resultado líquido do exercício	15	6.701	24.898

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

7. Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa -)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Método Indireto)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.701	24.898
Ajustes por	35.765	28.009
Depreciações/amortizações	26.824	21.010
Ajuste de imobilizado e intangível	1.793	4.304
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(63.767)	3.853
Ajuste de exercícios anteriores	(914)	(1.158)
Aumento (redução) dos ativos	(26.250)	(94.062)
Contas a receber de clientes	(5.451)	6.961
Estoques	(154)	1.601
Tributos a recuperar	(14.051)	(17.993)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(437)	(280)
Depósitos judiciais	(6.157)	(84.351)
Aumento (redução) dos passivos	(6.957)	52.786
Fornecedores	(5.038)	(11.939)
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.817)	(10.890)
Impostos e contribuições a recolher	7.731	72.616
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	2.167	3.027
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(62.271)	11.659
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Imobilizado	(21.871)	(142.350)
Intangível	-	(592)
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(21.871)	(142.942)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(84.142)	(131.283)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	305.008	436.291
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	220.866	305.008

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

8. Dem

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.086.444	(611.838)	474.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.158)	(1.158)
Lucro líquido do exercício	-	24.898	24.926
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.086.444	(588.098)	498.346
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(914)	(914)
Lucro líquido do exercício	-	6.701	6.701
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.086.444	(582.311)	504.133

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

9. Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstrações)

**APPA – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com sede à Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II, Paranaguá, Paraná é uma empresa pública de capital fechado, parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 17.895, de 27 de dezembro de 2013, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, regendo-se pelo Estatuto publicado na edição nº 10.749 de 13 de agosto de 2020 do Diário Oficial do Estado do Paraná, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações, pela Lei nº 12.815, de junho de 2013, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e demais legislações aplicáveis. Tem prazo de duração indeterminado, sendo controlada pelo Estado do Paraná que detém 100% do seu capital social, sujeitando-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como

um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Hoje, os portos paranaenses são referência em eficiência operacional sem deixar de cuidar do meio ambiente. O Porto de Paranaguá recebeu da Antaq em 2019 a pontuação 99,29 numa escala que vai até 100 no Índice de Desenvolvimento Ambiental. E ainda em 2019 conseguiu bater o recorde de movimentação de cargas que pertencia ao ano de 2018.

Entende-se que no contexto histórico do Estado do Paraná, o porto atuou de forma direta, sendo porta de entrada para os primeiros povoados do Paraná. Colonizado por portugueses, ocupado por espanhóis, o município de Paranaguá, devido a sua condição estratégica de acesso marítimo, desempenha até hoje papel de relevância para a importação e a exportação do país.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação 37/2001 atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação vigente, como por exemplo a Lei 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº 12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

A pandemia do coronavírus (COVID-19) trouxe desafios ao planeta inteiro e nos Portos do Paraná não foi diferente. A necessidade era manter a operação a todo vapor sem deixar que a pandemia se proliferasse no cais, na área retroportuária e na cidade. Logo que a houve a confirmação de uma nova epidemia na China em janeiro de 2020, a Portos do Paraná já tomou algumas medidas sanitárias já que o comércio com o país asiático é uma das pontas mais importantes da operação. Em março após a declaração pela OMS de que estávamos em uma pandemia de escala planetária, mais medidas foram tomadas entre as principais destacamos:

- Montagem de estruturas para aferição de temperatura e assepsia dos trabalhadores nos principais acessos de pessoas e veículos, incluindo contratação de equipes de enfermagem para atendimento 24 horas em turnos;
- Criação de canais de comunicação e campanhas educativas para toda a comunidade portuária;
- Arrecadação junto aos operadores e terminais integrantes da comunidade portuária para aquisição de equipamentos e suprimentos para o Hospital Regional do Litoral do Paraná, único local para atendimento e tratamento intensivo dos casos de COVID-19;
- Distribuição de 100 mil kits de alimentos aos caminhoneiros que vinham trazer cargas de várias partes do país e que não tinham acesso a alimentação pois restaurantes nos trajetos das rodovias estavam fechados.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 10 de março de 2021.

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perda de valores não recuperáveis “*impairment*” ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Após realizados os testes de “*impairment*”, não se verificou ajustes a realizar.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o final do exercício de 2020, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
10 – INTANGÍVEL

	Softwares	Intangível em andamento	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2019	6.566	83	6.649
Construções/aquisições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	6.566	83	6.649
Amortização			
Saldo em 31/12/2019	(3.047)	-	(3.047)
Depreciação	(1.793)	-	(1.793)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	(4.840)	-	(4.840)
Valor residual líquido			
Saldo em 31/12/2019	3.519	83	3.602
Saldo em 31/12/2020	1.726	83	1.809

11 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2020	31/12/2019
Ordenados a pagar	2.832	2.785
Instituto nacional de seguro saúde - INSS	1.429	1.534
Funda de garantia por tempo de serviço - FGTS	580	603
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.780	1.850
Provisões de férias e décimo terceiro salário	9.893	8.352
Total	16.514	15.124

10. Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Relatório e Parecer do Controle Interno
Conforme IN nº 158/2021 – TCE-PR e
IN nº 03/2021 – CGE-PR

Carlos Eidam de Assis
Gestor de Controle Interno

Flávio José Lopes Galli
Coordenador de Controle Interno

Jéssica Emily Fuzick Soares
Agente de Controle Interno Avaliativo

Relatório Anual de Prestação de Contas – Exercício 2020

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Sumário

1. Apresentação da Prestação de Contas.....	3
2. Metodologia.....	3
3. Áreas Avaliadas.....	3
4. Avaliação do Cumprimento e da Execução das Metas Previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual	3
5. Avaliação dos Resultados quanto à Eficácia e à eficiência da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	4
5.1. Gestão Orçamentária.....	4
5.1.1. Eficácia da Gestão Orçamentária.....	4
5.1.2. Eficiência da Gestão Orçamentária.....	5
5.2. Gestão Financeira	11
5.2.1. Eficácia da Gestão Financeira	11
5.2.2. Eficiência da Gestão Financeira.....	12
5.3. Gestão Patrimonial	13
5.3.1. Eficácia da Gestão Patrimonial	13
5.3.2. Eficiência da Gestão Patrimonial	14
6. Ações Pontuais do Agente de Controle Interno Avaliativo	17
6.1. Introdução.....	17
6.2. Equipe Técnica.....	17
6.3. Cursos e Palestras Realizadas.....	18
6.4. Relatório do Controle Interno	19
6.5. Prestação de Contas à Controladoria Geral do Estado (CGE-PR)	19
6.6. Apoio ao Controle Externo do Estado (TCE-PR)	20
6.7. Plano de Ação 2020	21
7. Relatório da Coordenadoria de Controle Interno (ANEXO I)	23
8. Parecer do Controle Interno CONFORME Anexo III da IN 158/2021-TCE-PR	23

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

1. APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em cumprimento às determinações da instrução normativa nº 158/2021-TCE/PR, de 19 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2484, em 23 de fevereiro de 2021 p. 84-88, apresentamos o Relatório e Parecer do Controle Interno do Exercício de 2020 da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA. A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria Geral do Estado, por meio da Coordenadoria de Controle Interno, no termos do Decreto nº 2741/19, que elaborou um roteiro em atendimento às exigências da precitada Instrução Normativa. O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no artigo 11º incisos IX e suas alíneas, incisos X e XI da IN 158/2021-TCE/PR.

2. METODOLOGIA

A realização deste trabalho, considerando o escopo de atuação, baseou-se nos procedimentos e técnicas de controle, compreendendo o exame dos documentos, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, entrevista com servidores, chefes de divisão e ordenadores de despesa e análise de ambiente, com vistas a formar opinativo sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes.

3. ÁREAS AVALIADAS

As áreas e ações avaliadas no exercício de 2020 compreenderam:

1. Gestão Orçamentária
2. Gestão Financeira
3. Gestão Patrimonial
4. Procedimentos e Controles Internos de acordo com o escopo do Plano de Atividades de Controle Interno - 2020
5. Outras avaliações pertinentes à Empresa Pública.

4. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO E DA EXECUÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA-PR, por ser uma Empresa Pública independente, possui orçamento próprio, assim, ela não necessita dos

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

recursos financeiros do Estado. Dessa forma ela fixa na Lei Orçamentária Anual apenas as despesas de investimentos.

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1.1. Eficácia da Gestão Orçamentária

Consiste no pleno alcance dos objetivos e metas de desempenho previamente definido aliado a observância dos prazos estabelecidos, não possuindo relação direta com a avaliação dos custos envolvidos. Sua mensuração se faz a partir da relação entre os resultados obtidos e os previstos para as ações dentro de cada Projeto/Atividade constante na Lei Orçamentária Anual (calculado automaticamente no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – SIGAME).

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $\frac{\text{Meta realizada por Projeto Atividade}}{\text{Meta Física prevista por projeto Atividade}}$

Após o cálculo do “Coeficiente de Eficácia Individual – COI” será determinado o “Coeficiente de Eficácia Global – COG”, por meio do somatório dos coeficientes individuais de cada ação dentro do Projeto/Atividade” dividido pelo total de ações que foram objeto de mensuração (somente aqueles que possuem meta física e compuseram cada coeficiente individual).

Coeficiente de Eficácia Global (COG) = $\frac{\sum \text{COI das ações de cada Projeto/Atividade}}{\text{Quantidade de ações}}$

Para efeito de avaliação da eficácia da gestão orçamentária, foi verificado o desempenho das metas estabelecidas na Lei Orçamentaria Anual para cada “ação”, concluindo por uma das seguintes hipóteses:

→ Gestão Orçamentária Eficaz: a totalidade das ações dos “Projetos/Atividades” com meta prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficácia Global – COG” igual ou maior que 0,9 (nove décimos);

→ Gestão Orçamentária Parcialmente Eficaz: a totalidade das ações dos “projetos/Atividades” com meta física na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

de Eficácia Global – COG” igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos);

→ Gestão Orçamentária Ineficaz: hipótese em que a totalidade das ações dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficácia Global – COG” menor que 0,5 (cinco décimos).

5.1.2. Eficiência da Gestão Orçamentária

É a otimização da relação existente entre os resultados produzidos e os recursos empregados. Esta mensuração se faz a partir da comparação dos resultados obtidos e custos incorridos em face dos inicialmente previstos (“Coeficiente de Eficiência Individual – CEI”). Ou seja, despesa empenhada versus fixada (Total Orçamentário) para as ações de cada Projeto / Atividade constante da Lei Orçamentária Anual e que foram objeto de aplicação do “Coeficiente de Eficácia Individual – COI”, empregando-se o seguinte indicador:

$$\text{Coeficiente de Eficiência Individual (CEI)} = \frac{\text{Coeficiente de Eficácia Individual}}{\text{Despesa Empenhada}} \div \frac{\text{Despesa Fixada}}{\text{Total Orçamentário}}$$

O “Coeficiente de Eficácia Global” será determinado após o cálculo do “Coeficiente de Eficácia Individual – CEI”, por meio do somatório do CEI para cada Projeto/Atividade.

$$\text{Coeficiente de Eficiência Global (CEG)} = \frac{\sum \text{CEI das ações de cada Projeto/Atividade}}{\text{Quantidade de ações}}$$

Para efeito de avaliação de gestão orçamentária, sob o aspecto de sua eficiência, foi verificado o desempenho das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual para cada “Projeto/Atividade” em relação ao consumo dos recursos inicialmente previstos, concluindo por uma das seguintes hipóteses:

→ Gestão Orçamentária Eficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” igual ou maior que 0,9 (nove décimos);

→Gestão Orçamentária Parcialmente Eficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos);

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

→Gestão Orçamentária Ineficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” menor que 0,5 (cinco décimos).

I. Executar obra de Expansão da Rede de Drenagem das Áreas do Porto

Protocolo: 16.359.421-8 – Licitação Presencial nº 4/2020-APPA

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização das obras de readequação do sistema de drenagem pluvial da faixa portuária e do silo público vertical da APPA, conforme Termo de Referência e demais elementos anexados pelo setor requisitante.

Andamento: Obra em andamento, realização através dos contratos nº 090/2020 para os lotes 1 e 5 e nº 089/2020 referente aos lotes 2, 3 e 4. Autorização pela OS 224/2020 e 223/2020. Primeiro pagamento realizado em dezembro/2020.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $58 / 5.000 = 0,0116$
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $0,0116 / 0,76 = 0,01526$

Justificativa do setor técnico: Obra em andamento com vigência até 14/09/2021.

Avaliação do Controle Interno: Obra em execução normal, dividida em 5 (cinco) lotes. Para estabelecer a porcentagem de execução foi feita a média dos 5 lotes.

II. Modernizar os Berços 201 e 202

Protocolo: 14.236.639-8 – Concorrência 122/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução das obras e instalações de modernização dos berços de atracação 201 e 202 e ampliação do berço 201, composto por todas as obras e todos os equipamentos eletromecânicos, de acordo com as normas vigentes, projetos e com a competente anotação de responsabilidade técnica.

Andamento: Obra concluída.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $2000 (m^2) / 2000 (m^2) = 1$
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $1 / 0,76 = 1,3158$

Justificativa do setor técnico: Obra concluída, inauguração realizada em 22/09/2020, empreendimento se encontra operacional.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Avaliação do Controle Interno: O índice de eficácia e eficiência calculado para esta ação apresenta valor eficaz, considerando o andamento em 2020.

III. Promover a Expansão da Rede de Esgoto do Pátio de Triagem

Protocolo: 16.158.830-0 – Licitação Presencial nº 3/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a execução da rede coletora de esgoto sanitário do Pátio de Triagem de Caminhões, interligado a uma estação elevatória para levar o efluente até a rede de esgoto da concessionária do município, conforme especificações e demais elementos anexados no Termo de Referência.

Andamento: Obra em andamento com 53,14% executada. Contém um termo aditivo.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 0,5314 (un.) / 1 (un.) = 0,5314

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0,5314 / 0,76 = 0,6992

Justificativa do setor técnico: Obra em andamento normal, realização através do contrato nº 70/2020 e autorizada pela OS 285/2020. Primeiro pagamento realizado em outubro/2020.

Avaliação do Controle Interno: Obra em execução com termo aditivo de prorrogação do prazo de execução por 60 (sessenta) dias devidamente justificada pelos fiscais do contrato.

IV. Promover a Expansão do Pátio de Triagem

Andamento: Projetos finalizados, aguardando licenciamento ambiental, EIV e aprovação dos demais órgãos. Não iniciada.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 3 (km) = 0

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,76 = 0

Justificativa do setor técnico: Aguardando licença ambiental.

Avaliação do Controle Interno: Sem trâmites internos.

V. Reforçar o Pter Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Protocolo: 16.515.595-5 – Licitação Presencial nº 5/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia de obras portuárias, para Execução das obras de recuperação e proteção dos elementos estruturais do Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá, incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à completa execução dos serviços, bem como a destinação final dos materiais residuais provenientes da obra, conforme Termo de Referência e demais elementos anexados pelo setor requisitante.

Andamento: Projeto em andamento, realização através do contrato nº 123/2020 e autorizada pela Ordem de Serviço nº 303/2020. Realizado as sondagens, topografia, foi apresentado plano de trabalho e se encontra sob análise e programação dos serviços conciliando com o operacional. Primeiro pagamento ainda não realizado.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 (un.) / 1 (un.) = 0

Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,76 = 0

Avaliação do Controle Interno: Sem execução em 2020. Autorização de execução e designação dos fiscais emitida em 05 de novembro de 2020.

VI. Elaborar o Projeto Básico de Otimização do Corredor de Exportação Leste

Protocolo: 15.858.090-0 / 16.860.506-4 – Concorrência Pública nº 049/2019

Objeto: Contratação de empresa para a execução do Projeto Básico, inclusive especificações, de um novo Sistema Integrado de Exportação de Graneis Sólidos do Corredor de Exportação Leste (COREX) do Porto de Paranaguá atualizado e moderno, em substituição ao existente.

Andamento: Projeto em elaboração.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 0,1425 (un.) / 1 (un.) = 0,1425

Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0,1425 / 0,76 = 0,1875

Justificativa do setor técnico: Projeto em elaboração, através do contrato nº 083/2020 e autorizado pela Ordem de Serviço nº 139/2020.

Avaliação do Controle Interno: Projeto em andamento com 14,25% executado. Fim do prazo de execução em 01/04/2021.

VII. Elaborar o Projeto para Construção do Píer

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Protocolo: – Licitação Presencial nº

Objeto:

Andamento: Em análise interna.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 1 = 0
Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,76 = 0

Justificativa do setor técnico: Em análise interna.

VIII. Elaborar o Projeto Executivo de recuperação da Av. Ayrton Senna da Silva

Protocolo: 15.641.372-0 – Concorrência Pública nº 16/2019

Objeto: Elaboração de projeto executivo de engenharia para restauração de capacidade da Av. Ayrton Senna da Silva, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-277 e o Porto de Paranaguá, totalizando 8,1 km de extensão.

Andamento: Projeto em andamento, realização através do contrato nº 116/2020 e autorizada pela Ordem de Serviço nº 288/2020.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 1 (un.) = 0
Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,76 = 0

Avaliação do Controle Interno: Sem execução em 2020. Apesar da Concorrência Pública ter sido realizada em 2019, devido aos recursos impostos pelos participantes, conforme constatado no site Compras Paraná, o certame restou homologado apenas em abril de 2020, com ordem de serviço emitida em outubro de 2020.

IX. Construir Mirante e Centro de Convivência no Porto de Paranaguá

Andamento: Projeto suspenso.

Coefficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 1 = 0
Coefficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,76 = 0

X. Elaborar o Projeto e Execução da Derrocagem Emergencial

Protocolo: 16.100.583-5 – Licitação Presencial nº 1/2020

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Objeto: Elaboração do Projeto Executivo, bem como a Execução das Obras de derrocamento submarino de altos fundos de um maciço rochoso (Palanganas) e remoção de material até a cota de -14,60m, localizado no canal principal de acesso à Bacia de Evolução do Porto de Paranaguá

Andamento: Projeto iniciado, por meio do contrato nº 109/2020 e Ordem de Serviço nº 299/2020.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 1 (un.) = 0
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,76 = 0

Avaliação do Controle Interno: Sem entrega em 2020.

XI. Elaborar o Projeto Executivo da Pavimentação das áreas do Porto

Protocolo: – Licitação Presencial nº

Objeto:

Andamento: Em processo de licitação, aguardando autorização da ANTAQ.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 0 / 1 = 0
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0 / 0,76 = 0

XII. Reformar e Renovar os Trapiches da Ilha do Mel

Protocolo: 15.896.692-1 – Concorrência Pública nº 56/2019

Objeto: Execução das obras de reformas e melhorias nos Terminais de passageiros e turismo de Encantadas e Nova Brasília, Ilha do Mel, Paranaguá-PR, incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à completa execução dos serviços, bem como a destinação final dos materiais residuais provenientes da obra.

Andamento: Obra com 71,76% executada.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 1,4352 / 2 = 0,7176
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 0,7176 / 0,76 = 0,9442

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Justificativa do setor técnico: Obra em andamento, por meio do contrato nº 019/2020 e autorizada pela Ordem de Serviço nº 047/2020, em fase de instalação dos flutuantes. Primeiro pagamento realizado em março/2020.

Avaliação do Controle Interno: Obra em andamento com execução eficaz e eficiente, considerando COI e CEI.

Avaliação da Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária (COG e CEG)

- Coeficiente de Eficácia Global (COG): soma dos COI/nº de ações do orçamento

$$\frac{1 + 0 + 0,5314 + 0,0116 + 0 + 0,1425 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0,7176}{12} = 0,2003$$

O índice calculado, **0,2003**, demonstra uma gestão orçamentária ineficaz, pois das doze ações incluídas no planejamento, apenas cinco foram executadas no respectivo ano.

- Coeficiente de Eficiência Global (CEG): soma dos CEI /nº de ações do orçamento

$$\frac{1,3158 + 0 + 0,6992 + 0,01526 + 0 + 0,1875 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0 + 0,9442}{12} = 0,2635$$

O índice calculado, **0,2635** demonstra uma gestão orçamentária ineficiente.

5.2. GESTÃO FINANCEIRA

Na Gestão Financeira da APPA no exercício de 2020 foram analisados por este Controle Interno sob a ótica da sua eficácia e eficiência, consoante as recomendações contidas na Instrução Normativa nº 03/2021 – CGE-PR.

5.2.1. Eficácia da Gestão Financeira

O controle de saldo disponível para as obrigações da empresa tem início no orçamento das saídas financeiras e previsões de recebimento. Com este controle são tomadas as decisões para os próximos investimentos, levando em conta a expectativa futura quanto ao saldo em caixa da empresa. Para tal levantamento são gerados dois relatórios do ERP Financeiro: títulos a pagar da semana e títulos a receber.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Quando é iniciado um novo contrato, a área financeira realiza a declaração de disponibilidade financeira, adequação da despesa e a ordenação da despesa, já com sua identificação, conta financeira e valor total.

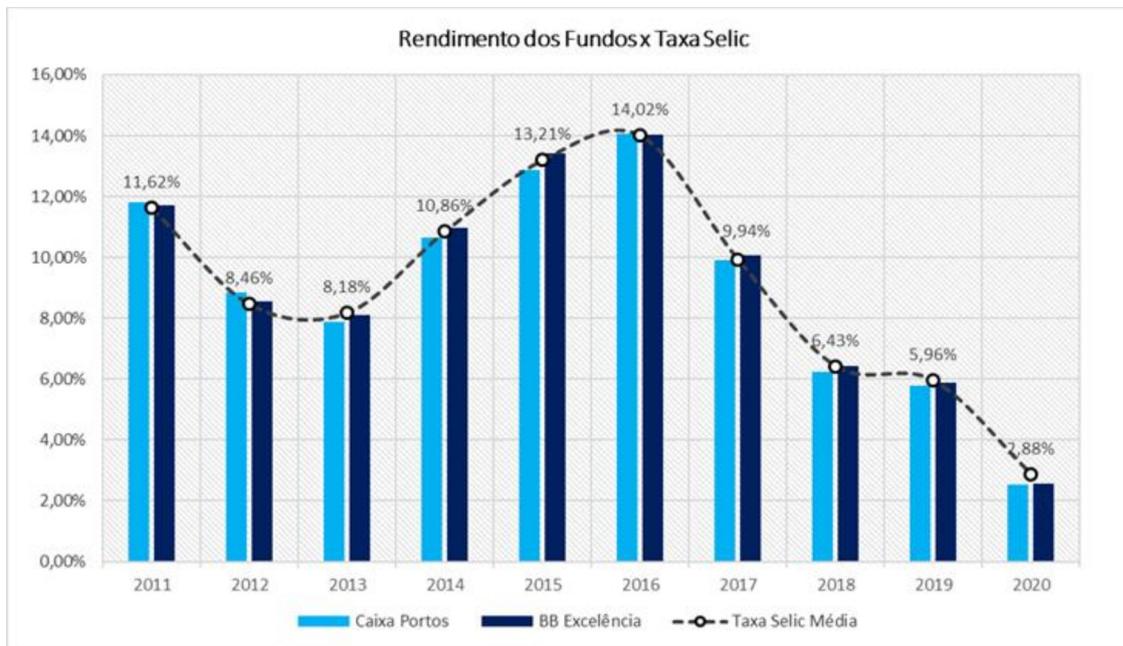
5.2.2. Eficiência da Gestão Financeira.

Ao longo do ano foram utilizados os mesmos métodos de controle dos anos anteriores. Os pagamentos são todos lançados em sistema de Gestão Empresarial (ERP), onde já são também emitidas as guias para recolhimento dos tributos das Notas Fiscais dos fornecedores. Além disso, todos os pagamentos são solicitados formalmente via e-protocolo, cujo número é inserido no sistema ERP para cada pagamento. Após o processamento dos pagamentos na instituição bancária, os comprovantes são inseridos nos protocolos digitais, e é feita a baixa dos pagamentos no sistema ERP. Além disto, também temos controle diário do fluxo de caixa, realizado em planilhas Excel, com novo controle de todos os pagamentos efetuados, junto de breve identificação dos mesmos, para duplo controle, reduzindo ao máximo as chances de erros ou fraudes nas contas a pagar.

Os pagamentos foram realizados, em sua maioria, dentro dos seus respectivos vencimentos, conforme a programação financeira que foi realizada. De acordo com o relatório de despesas financeiras a APPA pagou aproximadamente R\$ 7.600,00 de juros e multas, valor esse que corresponde a 0,0015% do total dos pagamentos feitos em 2020, que foi mais de 490 milhões, sendo assim um valor irrisório.

As aplicações financeiras da APPA, alocados majoritariamente em Fundos Exclusivos de Investimentos, renderam aproximadamente 92% do CDI em 2020, o equivalente a 2,54% ao ano. Ao longo do ano, as receitas financeiras superaram os R\$ 14 milhões de reais. Apresentamos gráfico abaixo demonstrando como o rendimento é diretamente impactado pelo comportamento da Taxa Selic.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

 SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
 Coordenadoria de Controle Interno


Avaliação do Controle Interno: De acordo com as informações expostas pelo Departamento Financeiro, pelos extratos de pagamentos do sistema ERP e o Relatório Interno de Fundos de Investimentos 2020, esta Coordenadoria de Controle Interno não pode afirmar que a gestão financeira não está adequada em todos os aspectos relevantes, sendo assim, esta Administração possui Gestão Financeira Eficaz e Eficiente.

5.3. GESTÃO PATRIMONIAL

Na Gestão Patrimonial da APPA no exercício de 2020 foram analisados por este Controle Interno sob a ótica da sua eficácia e Eficiência, consoante as recomendações contidas na Instrução Normativa nº 03/2020 – CGE.

5.3.1. Eficácia da Gestão Patrimonial

IN 03/2021 – CGE-PR. “Como correta avaliação da gestão patrimonial deve-se considerar como “eficácia” o alcance dos objetivos em razão dos quais o patrimônio se estabelece. Devem ser observadas, simultaneamente, sua utilização e sua conservação. Para tanto, deverá o Agente de Controle Avaliativo utilizar do instituto de amostragem, mediante análise do inventário, nos termos de cessão de bens, entrevistas e conferências “in loco”, observando:

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

portosdoparana.pr.gov.br

COMUNICAÇÃO INTERNA 2445/2019. Assinado por: **Jéssica Emily Fuzick Soares** em 14/04/2021 09:19, **Carlos Eidam de Assis** em 14/04/2021 09:56. Inserido ao documento **42.351** por: **Flavio Jose Lopes Galli** em: 13/04/2021 17:18. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **c41c07c28d5c10ebcaaa7717bdedc020**.

Correspondência Interna 334/2020. Assinado por: **Flavio Jose Lopes Galli** em 19/04/2021 15:34. Inserido ao documento **86.509** por: **Flavio Jose Lopes Galli** em: 19/04/2021 15:34. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **cd1f47dcd7fd2ff9361cf024c651ae6b**.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

- A adequada e pertinente utilização do patrimônio, conjugando a finalidade do Órgão/Entidade ou do Fundo com os objetivos das políticas públicas de sua responsabilidade e o fim a que se destina.

- O estado de conservação dos bens patrimoniais, de forma a permitir sua utilização otimizada.”

Acerca da eficácia da Gestão Patrimonial no exercício de 2020, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA - realizou algumas atividades a fim de otimizar a sua utilização e atingir as finalidades de políticas públicas preestabelecidas. A APPA em 2020, segundo as informações obtidas junto à Coordenadoria de Patrimônio, não realizou movimentações patrimoniais de desincorporações.

Sob o protocolo nº 16.300.023-7, está em fase externa de processo licitatório, pregão eletrônico nº 281/2021 para contratação de empresa especializada na prestação de serviço em gestão patrimonial para a realização de levantamento e avaliação dos bens móveis e imóveis, inventário, cálculo de vidas úteis e teste de *Impairment* (teste do valor recuperável) dos ativos do Complexo Portuário da APPA, incluindo auditorias das áreas arrendadas, assim como assessoria contábil para registro do resultado apresentado. Assim, com a contratação deste serviço, esperamos ter o cadastro de bens atualizado.

5.3.2. Eficiência da Gestão Patrimonial

IN 03/2021 – CGE-PR. “Considera-se como “eficiência da gestão patrimonial” o conhecimento tempestivo do patrimônio do Órgão/Entidade ou do Fundo no que se refere à sua composição e utilização. Para promover a avaliação o Agente de Controle deverá considerar a existência de mecanismos de controle que possibilitem tal conhecimento. Para tanto, deverão ser verificados:

- A correta aplicação das normas pertinentes ao controle patrimonial, em especial:
 - ✓ Decreto nº 5289 de 26 de agosto de 2009, que institui o uso da numeração única e das etiquetas com código de barras para o controle do patrimônio de bens móveis;
 - ✓ Decreto nº 1050 de 13 de abril de 2011, que estabelece o prazo de seis meses para cumprimento do Decreto nº 5289/09, que dispõe sobre doações de bens móveis de interesse social;
 - ✓ Decreto nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre doação de bens móveis de interesse social e suas alterações; e
 - ✓ Demais legislações pertinentes.
- A existência e observância de mecanismos de controle que permitam assegurar a guarda, conservação, preservação e melhor utilização do patrimônio público,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

consistentes em controle de cargas patrimoniais, elaboração de inventários com o devido ajuste das distorções identificadas, efetuados por pessoas devidamente treinadas e mediante observância do princípio de segregação de funções, guarda de bens em locais apropriados, entre outros

- Planejamento para aquisição de bens e sua observância
- Ocorrência de denúncias sobre desaparecimento ou mau uso dos bens patrimoniais
- Instauração de processos administrativos disciplinares para fins de apuração de responsáveis por desaparecimento de bens.
- Existência de conciliação e realização de ajustes dos respectivos saldos contábeis com vistas à demonstração da fidedignidade e consistência das informações sobre o patrimônio.”

Sobre a eficiência da Gestão Patrimonial, na estrutura organizacional da APPA, a Coordenadoria de Patrimônio e Seguros é responsável por todas as atividades inerentes à Gestão Patrimonial, tais como, administrar as apólices dos seguros patrimoniais e de frotas da APPA.

Todos os bens são devidamente registrados no Sistema de Gestão Patrimonial de Bens Móveis do Estado - GPM desde a sua aquisição, movimentação e desincorporação, sob a supervisão e autorização da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

As movimentações são registradas por documentos gerados automaticamente pelo sistema após a realização das movimentações, devidamente assinado pelas partes envolvidas e pelo chefe do Patrimônio e após lançado no sistema GPM. Estes documentos podem ser: termo de transferência, termo de responsabilidade, termo de incorporação, etc. Contabilmente é utilizado o sistema de gestão empresarial “Sênior” (ERP) e, em cumprimento ao Ofício Circular nº 6/2018/SRG-ANTAQ, utilizamos também o “SISPAT” (Sistema de Controle Patrimonial dos Portos Organizados), de forma a atender a Agência Reguladora de nossa atividade.

Todos os bens de alto valor agregado são segurados e ao ocorrer o sinistro o mesmo além de registrado na seguradora é registrado via Boletim de Ocorrência pela Guarda Portuária, dando início a um processo administrativo que irá registrar todos os trâmites ocorridos. No exercício de 2020, segundo a Unidade Administrativa de Segurança Portuária – UASP, tivemos as seguintes ocorrências relacionadas ao patrimônio da APPA:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

 SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
 Coordenadoria de Controle Interno

DATA	Nº B.O.	DESCRIÇÃO
01/01/2020	009	FURTO DE REFLETORES DA BALANÇA RODOVIÁRIA
09/01/2020	010	EXTRAVIO DE ESGUICHOS DE COMBATE A INCÊNDIO DO SILO VERTICAL
16/01/2020	016	FURTO DE CABO DE ENERGIA DE ALTA TENSÃO DO PÁTIO DE TRIAGEM
21/01/2020	020	AVARIAS AO PORTÃO DE FRONTEIRA COM O TCP CAUSADAS DURANTE MANOBRA DE AMARRAÇÃO
26/01/2020	024	AVARIAS À GRADE DA PASSARELA DE COLETA DE AMOSTRAS NO PÁTIO DE TRIAGEM CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
03/02/2020	029	AVARIAS À CANCELA DE SAÍDA DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
15/02/2020	038	AVARIAS À GUARITA DE SAÍDA NO PÁTIO DE TRIAGEM CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
19/02/2020	044	AVARIAS À PORTA DO ARMAZEM 06 (TEAPAR) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
09/03/2020	059	AVARIAS À GRADE PERIMETRAL DO ESTACIONAMENTO EXTERNO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
11/03/2020	062	AVARIAS À PORTA DO ARMAZEM 10A CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
27/03/2020	072	AVARIAS À TENDA DE AFERIÇÃO DE TEMPERATURA NO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
30/04/2020	095	AVARIAS À ESCADA DA PLATAFORMA DE DESCARGA DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
10/05/2020	105	AVARIAS À PORTA DO ARMAZEM 06 (TEAPAR) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
27/05/2020	128	AVARIAS À PORTA DO ARMAZEM 10A CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
29/05/2020	133	AVARIAS AO CABEÇO CAUSADAS POR COLISÃO DE EMBARCAÇÃO DURANTE ATRACAÇÃO
03/06/2020	137	AVARIAS À VIATURA DA GUARDA PORTUÁRIA CAUSADAS POR LANÇAMENTO DE OBJETO CONTRA EQUIPE
06/06/2020	139	AVARIAS À PORTA DO ARMAZEM 06 (TEAPAR) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
27/06/2020	169	AVARIAS AOS EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE ACESSO DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
27/06/2020	170	AVARIAS AO SENSOR DE SAÍDA DA BALANÇA DA MOEGA DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
07/07/2020	175	AVARIAS À CANCELA DE SAÍDA DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
16/07/2020	179	AVARIAS AO PORTÃO DE ACESSO AO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
02/08/2020	190	AVARIAS AO PORTÃO DE FRONTEIRA COM O TCP CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
08/08/2020	193	AVARIAS À GUIA DA INSTALAÇÃO DO TOMBADOR DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
28/08/2020	202	AVARIAS ÀS CERCAS E PORTAS DO ARMAZEM DA ANTIGA OFICINA DA APPA CAUSADAS POR POSSÍVEIS TENTATIVAS DE FURTO DE MATERIAL
02/09/2020	208	AVARIAS À GUIA DA INSTALAÇÃO DO TOMBADOR DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
19/09/2020	221	AVARIAS À PORTA DO ARMAZEM 06 (TEAPAR) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
09/10/2020	228	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
10/10/2020	229	AVARIAS À DUTO DE COMBATE A INCÊNDIO NO PIER DE INFLAMÁVEIS CAUSADAS POR MANOBRA DE EMBARCAÇÃO
13/10/2020	230	AVARIAS À JANELA DO PORTÃO DE ACESSO 04 CAUSADAS POR GOLPE DE MOTORISTA CONTRA O BALANCEIRO
14/10/2020	233	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
31/10/2020	245	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
09/11/2020	252	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
06/11/2020	254	AVARIAS À PORTA DA SUBSTAÇÃO DO BERÇO 206 CAUSADAS POR AÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA BUNGE
23/11/2020	260	AVARIAS NO EQUIPAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ACESSO DE VEÍCULOS DO PORTÃO 16 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
29/11/2020	261	AVARIAS NA BASE DA CANCELA DE SAÍDA DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
04/12/2020	264	AVARIAS NA CANCELA DO PORTÃO 04 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
07/12/2020	269	AVARIAS NO EQUIPAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ACESSO DE VEÍCULOS DO PORTÃO 16 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
08/12/2020	271	AVARIAS NA CANCELA DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO

Em caso de furto ou desaparecimento de bens a APPA, por meio da Unidade Administrativa de Segurança Portuária, UASP, faz boletim de ocorrência (BO) para apresentar os fatos e, logo após, dá início ao processo administrativo para apresentar as causas do desaparecimento dos bens.

COMUNICAÇÃO INTERNA 2445/2019. Assinado por: **Jéssica Emily Fuzick Soares** em 14/04/2021 09:19, **Carlos Eidam de Assis** em 14/04/2021 09:56. Inserido ao documento **42.351** por: **Flavio Jose Lopes Galli** em: 13/04/2021 17:18. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **c41c07c28d5c10ebcaaa7717bdedc020**.

Correspondência Interna 334/2020. Assinado por: **Flavio Jose Lopes Galli** em 19/04/2021 15:34. Inserido ao documento **86.509** por: **Flavio Jose Lopes Galli** em: 19/04/2021 15:34. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **cd1f47dcd7fd2ff9361cf024c651ae6b**.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

6. AÇÕES PONTUAIS DO AGENTE DE CONTROLE INTERNO AVALIATIVO

6.1. INTRODUÇÃO

O Setor de Controle Interno da APPA atua principalmente na verificação dos controles internos usados pelos vários setores para o devido cumprimento das obrigações e da gestão de risco, conforme preconiza a Lei nº 13.303 (que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas), Resolução nº 024/2017 que Regulamenta as competências dos Núcleos de Controle Interno Avaliativo dos Órgãos da Administração Direta, Indireta, nas Empresas Públicas, nas Sociedades de Economia Mista, nos serviços Autônomos e nos Órgãos de Regime – Especial, Resolução nº 009/2014 que define as competências dos Agentes de Controle Interno atuantes na Administração Direta, Indireta, nas Empresas Públicas, nas Sociedades de Economia Mista, nos Serviços Sociais Autônomos e nos Órgãos de Regime Especial e as Diretrizes e Orientações sobre Controle Interno para Jurisdicionados | 2017 – TCE-PR. A partir dessas normas, houve a criação de normativas internas (Ordem de Serviços e Portarias) que regulamentam suas atividades. Abaixo apresentam-se as Normativas do setor:

Portaria nº 026/16 – A qual institui o Sistema de Controle Interno, composto tanto pelas chefias da estrutura organizacional da APPA como o Setor de Controle Interno, e também seus objetivos e competências.

Portaria nº 143/17 – Institui o Controle Interno, vinculado à presidência, bem como objetivos, estrutura, modalidades, principais áreas de atuação, deveres, finalidades, possibilidade de assessoramento de outras áreas, contratação de empresas e profissionais especializados para auxílio nas atividades específicas, preceitos, periodicidade de relatórios e demais fatos complementares.

Portaria nº 365/19 - Designa os servidores para desempenhar as atividades de Coordenador e Agente de Controle Interno Avaliativo, bem como o Gestor do Controle Interno, composto entre servidores efetivos.

Portaria nº 423/20 – Designa servidor para atuar como Gestor do Controle Interno em substituição ao anterior, revogando o item 6 da portaria nº 365/19.

6.2. EQUIPE TÉCNICA

Conforme as Portarias supracitadas, o organograma, assim como a composição de equipe técnica, apresenta-se abaixo:

Gestor do Controle Interno:

- Carlos Eidam de Assis – Superintendente de Governança - Matrícula 1994.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Coordenador do Controle Interno:

- Flávio José Lopes Galli – Analista Portuário – Matrícula 2073.

Agente de Controle Interno Avaliativo:

- Jéssica Emily Fuzick Soares – Agente Portuário – Matrícula 2143.

6.3. CURSOS E PALESTRAS REALIZADAS

Os cursos realizados pelo Setor estão todos ligados à área de controles internos, auditoria, governança, riscos e fraudes, e objetivam um aprendizado e fundamentação sobre as atividades diárias realizadas, a fim de desenvolvê-las com maior eficiência e segurança.

A maioria dos cursos e palestras desenvolvidas estão ligadas à Escola de Gestão Pública do TCE/PR e Escola de Gestão do Paraná, considerando que o Órgão proporciona um elevado número de cursos voltados às áreas de atuação do Controle Interno, bem como profissionais capacitados nestas disciplinas.

Alguns cursos realizados em 2020:

- Auditoria Operacional – Uma breve abordagem - EGP/TCE-PR;
- Gestão de Portos – ABED;
- Planejamento para Implementação do Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União – ENAP;
- Modelo de Excelência em Gestão dos Órgãos e Entidades que Operam Transferências da União - MEG-Tr – ENAP;
- Aplicação do Instrumento de Melhoria da Gestão das Transferências da União - IMG-Tr – ENAP;
- Plano de Melhoria da Gestão das Transferências da União – ENAP;
- Validação do Relatório de Melhoria da Gestão das Transferências da União – ENAP;
- Aprimoramento em Governança para Administradores e Conselheiros Fiscais de Estatais e Sociedades de Economia Mista com carga horária de 40 horas - IBGC;
- Curso online e ao vivo Masterclass Lei Geral de Proteção de Dados – Instituto Negócios Públicos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

6.4. RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

O relatório final apresenta as atividades realizadas dentre as Diretorias desta Administração, conforme cronograma de 2020. Ele contempla as ferramentas utilizadas e as evidências de atendimento para algumas situações.

Sobre o cronograma proposto de 2020, devido a pandemia COVID-19 os trabalhos e auditorias presenciais foram suspensos, sendo assim, restou comprometido a devida execução do mesmo.

Do que foi possível verificar em 2020, relativo aos controles internos da Administração, temos a verificação dos Controles Internos do Processo de Folha de Pagamento e os Controles dos Depósitos Judiciais Trabalhistas, este último em atendimento a recomendação da 3ª ICE/TCE-PR.

Na verificação dos Controles Internos do Processo de Folha de Pagamento, esta Coordenadoria de Controle Interno emitiu a seguinte avaliação: “De acordo com as informações obtidas através do acompanhamento da execução do processo de folha de pagamento, pudemos observar que os controles adotados são adequados em todos os aspectos relevantes. Existe a preocupação de sempre conferir as informações lançadas e é mantido um histórico documental de todas as fases do processo no servidor.

De modo geral, o processo carece de um sistema ERP adequadamente parametrizado para eliminar as transações feitas manualmente e conseqüentemente reduzir a suscetibilidade de erro no processo.”

Dos Controles dos Depósitos Judiciais Trabalhistas, verificamos junto ao setor responsável que foi contratada empresa para prestação de serviços técnicos especializados de cálculos trabalhistas em processos judiciais (ações individuais e coletivas), em nome desta Administração, contrato nº 042-2020. Porém à época da verificação, os trabalhos da empresa ainda não estavam finalizados, sendo assim, o processo de verificação foi incluído no escopo de 2021 também.

6.5. PRESTAÇÃO DE CONTAS À CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-PR)

O Sistema de Controle Interno do Estado do Paraná, por meio da Controladoria Geral do Estado (CGE-PR), consiste em um plano organizacional de métodos e procedimentos, de forma ordenada, articulados a partir de um órgão central de coordenação, promovendo a eficiência operacional, assegurando a observância das leis, normas e políticas vigentes.

Ela envia ao Controle Interno da APPA, via sistema e-CGE, questionários para obter esclarecimentos das ações internas da empresa sobre as atividades realizadas em um período específico. No exercício de 2020 tivemos dois formulários e as questões foram

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

centralizadas nas atividades de Contratação Direta, GMS, COVID-19, Controle Externo, Controle Interno e Ouvidoria e Transparência.

Vale ressaltar a importância desse questionário, pois ao final de cada exercício ele deve compor a prestação de contas anual entregue ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).

Por fim, no exercício de 2020, conforme o Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas – Sistema e-CGE, todas as recomendações pertinentes foram acatadas e o respectivo Plano de Ação foi executado conforme descrito.

6.6. APOIO AO CONTROLE EXTERNO DO ESTADO (TCE-PR)

O Tribunal de Contas é um órgão de Controle Externo. Seu grande objetivo é garantir que o dinheiro público seja bem aplicado pelos gestores e retorne à comunidade por meio de serviços de qualidade.

Considerando a necessidade do Setor de Controle Interno da APPA auxiliar nas atividades do TCE-PR, rotineiramente são executadas algumas práticas ligadas ao Órgão Fiscalizador, como:

- SIT – Sistema Integrado de Transferências
- SGA - Sistema Gerenciador de Acompanhamento
- CACO – Canal de Comunicação
- SEI-CED – Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados

Acerca do Sistema Integrado de Transferências a APPA possui três convênios:

- FUNESPAR (Convênio - nº 054-2018)
- DER (Convênio nº 080/2014)
- DER (Convênio nº 01/2017)

Nesse trabalho a atividade do Controle Interno da Appa é analisar se o plano de trabalho estabelecido inicialmente está sendo cumprido, bem como se os repasses àquela instituição estão sendo realizados adequadamente. Constantemente o Controle Interno deve acessar o site do TCE-PR e verificar se as atividades estão em dia. Por fim, ao final de cada exercício, deve ser elaborado uma prestação de contas via sistema das atividades dos convênios.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

 SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
 Coordenadoria de Controle Interno

Ainda, o Tribunal de Contas do Estado emite via Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA) ou via Canal de Comunicação (CACO), diretamente ao Coordenador de Controle Interno, achados e solicitações de esclarecimentos de atividades. Vale destacar a importância da verificação diária desses sistemas, tendo em vista que, em sua grande maioria, possuem prazos curtos para que seja elaborada uma resposta.

6.7. PLANO DE AÇÃO 2020

Para o exercício de 2020 foi elaborado o Plano de Atividades do Controle Interno – PACI, através da Portaria nº 045/2020, a qual aponta, essencialmente, o cronograma de atividades que será realizado, bem como o escopo de trabalho, conforme segue:

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO - ESCOPO 2020												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Plano de Atividades de Controle Interno	XXX											
Elaboração do Relatório anual 2019 - Prestação de contas TCE-PR e CGE-PR		XXX	XXX									
Avaliação do processo de Folha de Pagamento		XXX										
1º Relatório Bimestral conforme Art. 8º da IN 02.2020 CGE-PR, protocolos nº 16.333.405-4 e 16.332.667-1. Prazo dia 10			XXX									
Processo de capacitação dos funcionários para possibilitar substituições em casos de contingências			XXX									
e-CGE: Formulário 1 - SEI-CED, Contratos de Gestão, Prestação de Contas, Regularidade, Bens Móveis e Bens Imóveis					XXX							
Processo de acompanhamento dos fiscais de contrato e gerenciamento de contratos					XXX							

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

 SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
 Coordenadoria de Controle Interno

2º Relatório Bimestral conforme Art. 8º da IN 02.2020 CGE-PR, protocolos nº 16.333.405-4 e 16.332.667-1. Prazo dia 10.		XXX					
Processo Licitatório		XXX					
e-CGE: Formulário 2 - Almoxarifado, Licitação, Central de Viagem e Regularidade.			XXX				
Processo de liberações / autorizações /acessos aos sistemas			XXX				
3º Relatório Bimestral conforme Art. 8º da IN 02.2020 CGE-PR, protocolos nº 16.333.405-4 e 16.332.667-1. Prazo dia 10.				XXX			
Processo de solicitação/utilização dos veículos oficiais e seu controle				XXX			
e-CGE: Formulário 3 - Convênios Recebidos e Concedidos, Contratos e Regularidade.					XXX		
Processo de controle de acessos às áreas restritas				XXX			
4º Relatório Bimestral conforme Art. 8º da IN 02.2020 CGE-PR, protocolos nº 16.333.405-4 e 16.332.667-1. Prazo dia 10.					XXX		
Processo de viagens e gastos corporativos					XXX		
Controle dos Depósitos Judiciais Trabalhistas (recomendação da 3ª ICE-TCE/PR)						XXX	XXX
5º Relatório Bimestral conforme Art. 8º da IN 02.2020 CGE-PR, protocolos nº 16.333.405-4 e 16.332.667-1. Prazo dia 10.							XXX
6º Relatório Bimestral conforme Art. 8º da IN 02.2020 CGE-PR, protocolos nº 16.333.405-4 e 16.332.667-1. Prazo dia 10 de Janeiro/2021							

11. Parecer do Controle Interno (X - Parecer do Controle Interno)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

7. RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO (ANEXO I)

O relatório sobre as ações da Controladoria Geral do Estado, promovidas no exercício de 2020, encontra-se anexo a este documento.

8. PARECER DO CONTROLE INTERNO CONFORME ANEXO III DA IN 158/2021-TCE-PR

PARECER DO CONTROLE INTERNO AVALIAÇÃO DA GESTÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Controle Interno sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2020, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela REGULARIDADE COM RECOMENDAÇÕES da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração.

A conclusão antes referida decorre da constatação de ocorrência nas contas da gestão em questão, conforme segue:

Referente à Gestão Patrimonial e o respectivo Termo de Inventário, esta Unidade de Controle Interno recomenda que a gestão melhore suas práticas administrativas e conseqüentemente de controle, registrando os itens patrimoniais em sua totalidade e com os valores atualizados. Porém, sabe-se que o procedimento está em fase de melhorias, com a contratação, já em fase externa, de empresa especializada para o levantamento patrimonial, e que toda a regularização, devido ao grande patrimônio desta empresa pública, demanda maior tempo.

Outrossim, recomenda-se que o planejamento das obras/ações melhore suas práticas, pois das doze (12) ações incluídas no orçamento de 2020, apenas cinco (5) foram executadas, sendo assim, caracterizando a Gestão Orçamentária como ineficaz.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Paranaguá, em 14 de abril de 2021.

(Assinado eletronicamente)
Carlos Eidam de Assis
Gestor de Controle Interno

(Assinado eletronicamente)
Flávio José Lopes Galli
Coordenador de Controle Interno

(Assinado eletronicamente)
Jéssica Emily Fuzick Soares
Agente de Controle Interno

12. Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)

Coordenadoria de Controle Interno

Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas

Sistema e-CGE

Gerado em: 16/12/2020, às 16:05h

ÓRGÃO AVALIADO:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Introdução

A Controladoria-Geral do Estado – CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno, instituída nos termos da Lei Estadual nº 17.745, de 30 de outubro de 2.013 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 2.741/2.019, tem como atribuições exercer a avaliação dos controles internos administrativos dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, a fim de obter garantia razoável de que o cumprimento da missão do Estado e dos objetivos gerais será exercido de forma organizada, ética, econômica e efetiva, em cumprimento às leis e procedimentos, com o propósito de melhorar e aprimorar a gestão.

As atividades de avaliação dos controles internos administrativos são executadas pela Coordenadoria de Controle Interno – CCI, que aprecia os processos e procedimentos adotados no Órgão/Entidade da administração pública, compondo assim o Sistema de Controle Interno do Estado do Paraná.

Objetivo

O objetivo da Controladoria Geral do Estado é realizar a avaliação, monitoramento e acompanhamento das atividades de controle de cada órgão/entidade, os quais estão estabelecidos nos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal, artigos 70 e 74, sobre as atividades e finalidades do Sistema de Controle Interno, respectivamente.
- Constituição Estadual, artigos 74 e 78, consoantes com os supracitados artigos da Constituição Federal.
- Lei Complementar nº 101/2.000, parágrafo único, artigo 54, determina que o Relatório de Gestão Fiscal seja assinado pelas autoridades responsáveis pelo controle interno, bem como o artigo 59, que define as responsabilidades do Sistema de Controle Interno quanto à fiscalização da gestão fiscal.

- Lei nº 15.524/2.007, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- Decreto nº 2.741/2.019, o qual aprova o regulamento da CGE.

Metodologia

A metodologia definida pela CGE/CCI tem como fito os procedimentos, técnicas e sistemas de controle utilizados na Administração Pública. Esses elementos são avaliados durante o exercício pelos Agentes de Controle Interno Avaliativos, que se utilizam da verificação dos documentos, da análise física de bens, da análise do ambiente, de entrevistas com servidores, chefes de divisão e ordenadores de despesa, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, por meio do sistema e-CGE.

O Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC), criado pela CGE em 2.012 com o auxílio da CELEPAR, teve como intuito alcançar os controles existentes nos órgãos e entidades do Poder Executivo, conhecer suas fragilidades e atuar de forma incisiva no fortalecimento dos controles. A partir de 2.020, adotou-se o e-CGE, nova solução para gestão corporativa da CGE, em substituição ao SIAC.

O sistema constitui um fluxo de atividades entre a Controladoria Geral do Estado, os agentes de controle interno e o titular ou dirigente do órgão/entidade. Portanto, cada formulário enviado para o órgão/entidade contempla quesitos que são indexados em três níveis de detalhamento. O menor nível está dividido em cinco áreas específicas: acompanhamento de gestão, administrativa, financeira planejamento e recursos humanos. O segundo nível de detalhamento, contempla 18 subáreas: administração de materiais e bens, deslocamento de servidores, gestão da informação e documentos, licitação e contratos, quadro funcional, entre outros. O terceiro nível subdivide-se em 44 objetos: adiantamento, almoxarifado, bens móveis, bens imóveis, entre outros.

Os quesitos são respondidos com SIM ou NÃO; cada quesito respondido negativamente deve, obrigatoriamente, estar acompanhado de motivação do fato que caracteriza a desconformidade ou a irregularidade.

O trabalho realizado pelos agentes de controle interno se baseia no levantamento de informações, documentos, processos e itens necessários para avaliar a conformidade, de acordo com cada quesito, mediante prova seletiva, a partir do estabelecimento do tamanho da amostra. Destaca-se que os documentos, que fizerem parte do escopo da investigação, deverão ser arquivados, caso seja necessário, para comprovação futura.

Realizados tais apontamentos e recomendações, direcionadas especialmente para o gestor do órgão, este, sob seus cuidados, responsabilidade e planejamento, elabora um plano de ação que terá a finalidade de cumprir as orientações exaradas pela Coordenadoria de Controle Interno, estabelecendo inclusive, prazos para cumprimento de metas.

O sistema contempla, ainda, o efetivo acompanhamento das recomendações exaradas por esta Coordenadoria de Controle Interno a partir da inclusão do Plano de Ação elaborado pelo Gestor do órgão/entidade e monitorado pelo Agente de Controle Avaliativo através do *checklist* de acompanhamento.

Equipe Responsável pela Avaliação do Controle Interno no Órgão

Agente de Controle Interno

Flavio Jose Lopes Galli

E-mail: flavio.galli@appa.pr.gov.br

Telefone: (41) 3420-1143

Ato de Designação: Portaria 365/2019

Gestor

Carlos Eidam de Assis

E-mail: carlos.assis@appa.pr.gov.br

Telefone: 41 34201395

Formulário

Form_01_2020

Período de apuração: 01/01/2020 - 30/06/2020

Data do 1º envio: 22/07/2020

Situação: Em execução

Tabela Form_01_2020

Detalhamento	Quantidade
Quesitos Enviados	51
Achados	6
Recomendações	6
Planos de Ação Gerados	1
Quesitos Já realizados	0
Quesitos Não Acatados	1
Quesitos em Acompanhamento no <i>Checklist</i>	5
Quesitos Não Realizados	0

Tramitação do Formulário Form 01 2020

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
Coordenadoria de Controle Interno	22/07/2020	11/08/2020 (concluído em 11/08/2020)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	11/08/2020	12/08/2020 (concluído em 11/08/2020)	--	Coordenadoria de Controle Interno	Avaliar postergar prazo com quantidade de dias
Coordenadoria de Controle Interno	11/08/2020	13/08/2020 (concluído em 11/08/2020)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	11/08/2020	--	--	Coordenadoria de Controle Interno	Avaliar formulário
Coordenadoria de Controle Interno	11/08/2020	18/08/2020 (concluído em 12/08/2020)	--	Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Justificar questionamentos
Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	12/08/2020	--	--	Coordenadoria de Controle Interno	Analisar Justificativas e Elaborar Recomendações
Coordenadoria de Controle Interno	12/08/2020	19/08/2020 (concluído em 14/08/2020)	--	Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Justificar questionamentos
Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	14/08/2020	--	--	Coordenadoria de Controle Interno	Analisar Justificativas e Elaborar

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
ANTONINA (APPA)					Recomendações
Coordenadoria de Controle Interno	25/08/2020	30/08/2020 (concluído em 26/08/2020)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Registrar execução de tarefas do Plano de Ação
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	26/08/2020	--	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Upload de relatório de conclusão a respeito

Tabela Área/Objeto Contemplados Form_01_2020

Área	Objeto
Acompanhamento de Gestão	GMS
Administrativa	COVID-19
Administrativa	Contratação Direta
Administrativa	GMS

Constatações

- No período de apuração não foram identificados achados relativos às rotinas de "GMS" vinculadas a área Administrativa

Acompanhamento das ações

Achado: Não constam nos contratos regidos pela Lei Federal nº 13.979/2020 a possibilidade de prorrogação do prazo enquanto perdurar o período da pandemia, considerando o art. 8º do Decreto Estadual nº 4.315/2020.

Recomendação

Tendo em vista que os contratos regidos Lei Federal nº 13.979, de 2020, conforme art. 8º do Decreto Estadual nº 4.315/2020, terão prazos de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, esta Coordenadoria de Controle Interno recomenda que, a referida informação conste nos contratos firmados com pela entidade.

Plano de Ação

Os quesitos relacionados ao COVID-19 com recomendação, serão acatados e direcionados às áreas de execução para que sejam atendidos.

Prazo de Execução

15 dias

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

Em execução

Achado: Não constam nos contratos regidos pela Lei Federal nº 13.979/2020 a previsão que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Recomendação

Tendo em vista o contido no art. 9º do Decreto Estadual nº 4.315/2020, para os contratos regidos Lei Federal nº 13.979, de 2020, esta Coordenadoria de Controle Interno recomenda que constem a referida previsão.

Plano de Ação

Os quesitos relacionados ao COVID-19 com recomendação, serão acatados e direcionados às áreas de execução para que sejam atendidos.

Prazo de Execução

15 dias

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

Em execução

Achado: Para a aquisição do enfrentamento ao coronavírus o órgão/entidade não utilizou minuta padronizada de contratos, parecer referencial e lista de verificação para a dispensa de licitação elaborados pela Procuradoria Geral do Estado.

Recomendação

Esta Coordenadoria de Controle Interno recomenda que, sejam utilizadas a minuta padronizada de contratos, parecer referencial e lista de verificação para a dispensa de licitação elaborados pela Procuradoria Geral do Estado, caso contrário, todos os processos cujo a motivação seja a aquisição de bens, serviços, engenharia, ou insumos, destinados ao enfrentamento ao coronavírus, nos moldes da Lei Federal nº 13.979/2020, dever ser devidamente encaminhados a PGE para fins de análise e manifestação, conforme preconiza Art. 13 do Decreto Estadual 4.315/2020.

Plano de Ação

Os quesitos relacionados ao COVID-19 com recomendação, serão acatados e direcionados às áreas de execução para que sejam atendidos.

Prazo de Execução

15 dias

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

Em execução

Achado: A lista de verificação elaborada pela PGE/PR não encontra-se anexada ao protocolado.

Recomendação

Esta Coordenadoria de Controle Interno recomenda que, uma vez utilizada a lista de verificação elaborada pela PGE/PR, a mesma seja devidamente anexada ao protocolado.

Plano de Ação

Os quesitos relacionados ao COVID-19 com recomendação, serão acatados e direcionados às áreas de

execução para que sejam atendidos.

Prazo de Execução

15 dias

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

Em execução

Achado: A lista de verificação não está devidamente assinada pelo responsável pela elaboração do documento.

Recomendação

Esta Coordenadoria de Controle Interno recomenda que, uma vez utilizada a lista de verificação elaborada pela PGE/PR, a mesma seja devidamente assinada pelo responsável de sua elaboração.

Plano de Ação

Os quesitos relacionados ao COVID-19 com recomendação, serão acatados e direcionados às áreas de execução para que sejam atendidos.

Prazo de Execução

15 dias

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

Em execução

Achado: A Ordem de Compra ou Ordem de Serviço não retornou devidamente assinado pelo fornecedor.

Recomendação

Visando as boas práticas de administração e com o objetivo de evitar fraudes e desvios, esta Coordenadoria de Controle Interno recomenda que, seja adotada pela entidade a pratica de que a ordem de Compra ou Ordem de Serviço, gerada pelo Sistema GMS, retorne assinada pelo fornecedor ou prestador de serviço e este seja devidamente arquivada.

Plano de Ação

Elaboração do Plano de Ação pendente

Prazo de Execução

--

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

--

Usuários envolvidos neste formulário

- Flavio Jose Lopes Galli - Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Nilson Viana - Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

Formulário

Form_02_2020

Período de apuração: 01/01/2020 - 30/10/2020
 Data do 1º envio: 13/11/2020
 Situação: Em execução

Tabela Form_02_2020

Detalhamento	Quantidade
Quesitos Enviados	30
Achados	0
Recomendações	0
Planos de Ação Gerados	--
Quesitos Já realizados	--
Quesitos Não Acatados	--
Quesitos em Acompanhamento no Checklist	--
Quesitos Não Realizados	--

Tramitação do Formulário Form_02_2020

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
Coordenadoria de Controle Interno	13/11/2020	03/12/2020 (concluído em 02/12/2020)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	02/12/2020	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar formulário
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE	07/12/2020	14/12/2020 (concluído em	--	Coordenadoria de Controle Interno	Justificar questionamentos

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)		14/12/2020)			
Coordenadoria de Controle Interno	14/12/2020	--	--	Coordenadoria de Controle Interno	Avaliar postergar prazo com quantidade de dias

Tabela Área/Objeto Contemplados Form_02_2020

Área	Objeto
Acompanhamento de Gestão	Controle Externo
Acompanhamento de Gestão	Controle Interno
Acompanhamento de Gestão	Prestação de Contas Anual
Acompanhamento de Gestão	Transparência e Ouvidoria

Constatações

- No período de apuração não foram identificados achados relativos às rotinas de "Controle Externo", "Prestação de Contas Anual", "Controle Interno" e "Transparência e Ouvidoria" vinculadas a área Acompanhamento de Gestão

Usuários envolvidos neste formulário

- Flavio Jose Lopes Galli - Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Ben Hur Juvencio Bueno - Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

Coordenadoria de Ouvidoria

Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas

Relatório de Avaliação - Janeiro a Dezembro de 2020

ÓRGÃO AVALIADO:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E
ANTONINA- APPA

Objetivo

Apresentar Relatório de Resultados em consonância com a Lei 17.745/13 e o Decreto 2.741/2019, considerando que a Coordenadoria de Ouvidoria tem, entre outras atribuições, a de coordenação e manutenção do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO, do Poder Executivo Estadual, estabelecido como canal de comunicação para o atendimento das demandas da população, visando receber e dar encaminhamento às solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre as ações e programas de governo.

Metodologia

Este trabalho evidencia os resultados dos atendimentos recepcionados pelo Órgão/Entidade, por intermédio do portal da Internet, carta, e-mail, telefone, WhatsApp ou pessoalmente, registrados no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO, no ano de 2020. Os dados coletados requerem, além da análise das informações gerais e de interesse gerencial, a especial atenção quanto à eficiência, eficácia e celeridade dos atendimentos elencados.

Natureza	Reivindicações	Porcentagem
Denúncia	27	27,3%
Solicitação	34	34,3%
Reclamação	21	21,2%
Sugestão	02	2%
Acesso à Informação	13	13,1%
Elogio	02	2%

Status	Reivindicações	Porcentagem
Encerrada	99	100%
Atribuída		
Em Andamento		

Coordenadoria de Corregedoria

Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas

Relatório de Avaliação - Janeiro a Dezembro de 2020

ÓRGÃO AVALIADO:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E
ANTONINA- APPA

Objetivo

A Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) integra a estrutura funcional da Controladoria Geral do Estado (CGE), sendo o órgão central do sistema de correição do Poder Executivo Estadual.

As atribuições da Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) estão previstas no Anexo I do Decreto nº 2.741/2019 que aprova o Regulamento da Controladoria Geral do Estado (CGE), – conforme segue:

Decreto 2.741/2019 – Anexo I – Regulamenta a Controladoria Geral do Estado.

“**Art. 16.** São atribuições da Coordenadoria de Corregedoria - CCOR:

- I.- o exercício das atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual;
- II.- o planejamento, orientação, supervisão, avaliação e controle das atividades de correição no âmbito do Poder Executivo Estadual;

- III.- a realização de inspeções, visitas e outras atividades correcionais junto às demais unidades do Sistema de Corregedoria do Poder Executivo Estadual, propondo a adoção de providências ou a correção das falhas;
- IV.- a investigação e análise de reclamações, representações, denúncias e quaisquer outras informações que noticiem irregularidades praticadas por agentes públicos e pessoas jurídicas, com a sugestão do encaminhamento devido;
- V.- a adoção de medidas pertinentes, em caso de omissão ou retardamento de providências a cargo da autoridade responsável pela instauração de procedimentos administrativos;
- VI.- a recomendação ao Controlador-Geral para que instaure ou determine a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares, investigações preliminares, procedimentos de responsabilização de pessoas jurídicas, e demais procedimentos correcionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- VII.- a apuração, concorrentemente, da responsabilidade de agentes públicos por eventual infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo ou da função em que se encontre investido;
- VIII.- a fiscalização e inspeção das atividades desenvolvidas pelos agentes públicos, podendo ainda instaurar e conduzir procedimentos correcionais;
- IX.- o recebimento, avaliação e processamento de representações fundamentadas sobre casos de irregularidades, desperdícios e demais ações administrativas lesivas ao interesse público;
- X.- a instauração e julgamento, concorrentemente, dos procedimentos de apuração de responsabilidade de pessoa jurídica;
- XI.- a invocação de procedimentos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas, realizando o exame de regularidade do procedimento, bem como recomendando a correção do seu andamento;
- XII.- a participação, no âmbito de sua competência, de negociação, formalização e assinatura de acordos de leniência;
- XIII.- o monitoramento dos acordos de leniência celebrados;
- XIV.- a normatização com vista à uniformização de entendimentos institucionais da Coordenadoria de Corregedoria;
- XV.- o desempenho de outras atividades correlatas.

Ainda realiza a orientação e a fiscalização do regular atendimento aos princípios constitucionais e ao ordenamento jurídico relativo à apuração de irregularidades cometidas por agentes públicos, bem como de pessoas jurídicas que incorram em

irregularidades descritas na Lei Federal nº 12.846/2016, regulamentada no Estado do Paraná pelo Decreto nº 11.953/2018.

Metodologia

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) da Controladoria Geral do Estado (CGE), estão relacionadas, prioritariamente, à fiscalização dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Paraná no que se refere a aspectos de ordem disciplinar, acompanhando desde a instauração até a conclusão dos processos de sindicância e dos processos administrativos disciplinares.

Faz-se importante enfatizar que a atuação da Coordenadoria de Corregedoria (CCOR), ao acompanhar uma sindicância ou um processo administrativo disciplinar, limita-se a garantir a sua regularidade legal e formal; conformidade à legislação aplicável e princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, ampla defesa e contraditório, posto que esta Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) não se manifesta quanto ao mérito dos fatos que originaram os procedimentos instaurados, exceto em situações específicas onde há clara contradição entre o que consta dos autos e sua conclusão.

São realizadas inspeções junto aos órgãos da seguinte forma:

- a) Remotas - acompanhamento dos atos relativos à instauração, processamento e conclusão de sindicâncias e processos disciplinares publicados no Diário Oficial do Estado;
- b) À distância – análise dos relatórios encaminhados pelos órgãos/entidades, por força do Decreto nº 1.195/11, como fonte complementar à pesquisa no Diário Oficial do Estado, realizada periodicamente;
- c) Pontuais – análise de processos selecionados, mediante levantamento prévio, requisitados pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR);
- d) *In loco* – análise, na sede dos órgãos/entidades, de processos selecionados e requisitados previamente.

Achados

Considerando que cabe à Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) da Controladoria Geral do Estado (CGE) a fiscalização dos órgãos do Poder Executivo, inclusive pertinente aos procedimentos disciplinares, alguns procedimentos podem ser avocados pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) e outros encaminhados para Secretarias de Estado com recomendação de verificação mais detida dos aspectos de ordem formal e materiais.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) é vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL).

Não ocorreu intervenção ou recomendação desta Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) à entidade.

Por derradeiro, informa que foi instaurado: uma Sindicância.

Coordenadoria de Transparência e Controle Social

Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas

Relatório de Avaliação - Janeiro a Dezembro de 2020

ÓRGÃO AVALIADO:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA- APPA

Objetivo

Em consonância com as Leis nº 16.595/2010 (Lei Estadual da Transparência) e 12.527/11 (Lei Federal de Acesso à Informação Pública), Decreto Estadual nº 10.285/14, Lei 19.848/2019 e Decreto Estadual 2.741/2019, que traz o regulamento da CGE, a Gestão Estratégica do Sistema da Transparência e Controle Social tem por finalidade o estabelecimento de diretrizes, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à transparência de dados e informações públicas do Poder Executivo Estadual. Visa o aprimoramento, a economia, a eficiência e eficácia de todos os procedimentos adotados pela Administração Pública, bem como, aferir e estimular o cumprimento das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, estatutos e regimentos por meio da transparência pública. Além de fomentar a iniciativa popular para participar da gestão estadual por meio do controle social, inclusive entre jovens e adolescentes, trazendo a sociedade para a análise, participação e controle das atividades dos Estado, somando-se ao controle interno e externo, a atividade do controle social, pilar basilar da democracia. Com isso, ainda buscamos a regularidade de todos os atos realizados pela administração

estadual através da transparência pública, garantindo o princípio constitucional da publicidade

Metodologia

Este relatório foi elaborado com base na análise dos dados de transparência disponibilizados nos sítios institucionais dos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo Estadual, bem como no sistema de tecnologia (Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias – SIGO) utilizado para a recepção e gerenciamento dos pedidos de acesso à informação formulados com fulcro na legislação de acesso a informações públicas. Foram verificados a observância aos requisitos definidos pela Lei de Acesso à Informação, conforme informações trazidas pelo SEI-SED e conforme diretrizes estabelecidas pela Coordenadoria de Transparência e Controle Social para o exercício de 2020, através da avaliação de informações inseridas nos Portais Institucionais conforme determina a legislação sobre o tema e avaliações do tema. Foi avaliado, ainda, o cumprimento dos pedidos formulados com base na Lei de Acesso à Informação através do cumprimento de prazos conforme legislação apresentada

Achados- Transparência Passiva

Atendimentos Recebidos	13
Atendimentos Respondidos em até 20 dias	13
Atendimentos Respondidos de 21 a 30 dias	0
Atendimentos Respondidos de 31 a 60 dias	0
Atendimentos Respondidos em mais de 60 dias	0
Atendimentos em trâmite	0

Achados- Transparência Ativa

1	s	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/estrutura-organizacional/pages/pessoal/estruturaOrganizacional/exibir_estruturaOrganizacional?windowId=769
2	s	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/relacao-servidores?windowId=49e
3	s	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/8/120?origem=4
4	s	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Meio-Ambiente#

5	s	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Relatorios
6	s	https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=14&orgaoUnidade=7731&retiraLista=true&site=1
7	s	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes?windowId=cf1
8	s	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/dispensasInexigibilidade?windowId=8e9
9	s	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/contratos?windowId=70a
10	s	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao_fornecedores?windowId=826
11	s	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Convenios-e-acordos#
12	s	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/viagens?windowId=6f6
13	s	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/FAQ-Perguntas-Frequentes

13. Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS

A
Diretoria da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina -Paranaguá -PR
CNPJ 79.621.439/0001-91

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina em 31 de dezembro de 2020, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores individuais, relativos as demonstrações contábeis de 31 de dezembro 2019, respectivamente, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, sendo que emitimos em 20 de fevereiro de 2020 relatório de auditoria sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma

de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

intencionais.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou ou cessar suas operações, para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Paranaguá – PR., 10 de março de 2021.

AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável - CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
 CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	220.866	305.008	Fornecedores		9.389	14.427
Contas a receber	05	7.532	2.032	Obrigações trabalhistas	11	16.514	15.124
Tributos a recuperar	06	36.170	22.173	Tributos a recolher	12	45.830	37.935
Estoques	07	12.072	11.918	Adiantamentos de clientes	13	10.161	7.922
Despesas antecipadas		154	-	Provisões para contingências	14	-	72
Adiantamentos		976	917	Total do passivo circulante		81.984	75.480
Outros créditos	8		7				
Total do ativo circulante		277.778	342.056	Não circulante			
Não circulante				Tributos a recolher	12	224.300	237.671
Depósitos judiciais	08	407.458	401.301	Provisões para contingências	14	446.483	510.250
Tributos a recuperar	06	292	238	Total do passivo não circulante		670.783	747.921
Contas a receber	05	-	49				
Outros créditos		886	662	Total do passivo		752.677	823.401
Investimentos		-	9	Patrimônio líquido			
Imobilizado	09	568.587	573.830	Capital social	15	1.086.444	1.086.444
Intangível	10	1.809	3.602	Prejuízos acumulados	15	(582.311)	(588.098)
Total do ativo não circulante		979.032	979.691	Total do patrimônio líquido		504.133	498.346
Total do ativo		1.256.810	1.321.747	Total do passivo e patrimônio líquido		1.256.810	1.321.747

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais - R\$)	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	16	376.511	341.002
Custos dos Serviços Prestados			
Operação, manutenção e conservação portuária		(127.720)	(71.335)
Custo com pessoal		(61.516)	(58.018)
Outros custos		(16.585)	(13.868)
		(205.821)	(143.221)
Lucro bruto		170.690	197.781
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com pessoal		(41.666)	(35.965)
Despesas administrativas e gerais		(48.857)	(61.207)
Depreciação/amortização		(28.617)	(25.511)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(57.598)	(76.198)
		(176.738)	(198.881)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(6.048)	(1.100)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	14.086	28.867
Despesas financeiras		(1.337)	(2.022)
		12.749	26.845
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.701	25.745
Imposto de renda e contribuição social		-	(847)
Resultado líquido do exercício	15	6.701	24.898



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.086.444	(611.838)	474.606
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.158)	(1.158)
Lucro líquido do exercício	-	24.898	24.926
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.086.444	(588.098)	498.346
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(914)	(914)
Lucro líquido do exercício	-	6.701	6.701
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.086.444	(582.311)	504.133

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.701	24.898
Ajustes por	35.765	28.009
Depreciações/amortizações	26.824	21.010
Ajuste de imobilizado e intangível	1.793	4.304
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(63.767)	3.853
Ajuste de exercícios anteriores	(914)	(1.158)
Aumento (redução) dos ativos	(26.250)	(94.062)
Contas a receber de clientes	(5.451)	6.961
Estoques	(154)	1.601
Tributos a recuperar	(14.051)	(17.993)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(437)	(280)
Depósitos judiciais	(6.157)	(84.351)
Aumento (redução) dos passivos	(6.957)	52.786
Fornecedores	(5.038)	(11.939)
Obrigações sociais e trabalhistas	(11.817)	(10.890)
Impostos e contribuições a recolher	7.731	72.616
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	2.167	3.027
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(62.271)	11.659
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Imobilizado	(21.871)	(142.350)
Intangível	-	(592)
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(21.871)	(142.942)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(84.142)	(131.283)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	305.008	436.291
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	220.866	305.008

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício	6.701	24.898
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado do exercício	6.701	24.898

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com sede à Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II, Paranaguá, Paraná, é uma empresa pública de capital fechado, parte integrante da administração indireta do Estado do Paraná, instituída pela Lei Estadual nº 17.895, de 27 de dezembro de 2013, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, regendo-se pelo Estatuto publicado na edição nº 10.749 de 13 de agosto de 2020 do Diário Oficial do Estado do Paraná, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações, pela Lei nº 12.815, de junho de 2013, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e demais legislações aplicáveis. Tem prazo de duração indeterminado, sendo controlada pelo Estado do Paraná que detém 100% do seu capital social, sujeitando-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracador por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio "Almirante Saldanha" da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249, efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Sendo elas, a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com graneis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Hoje, os portos paranaenses são referência em eficiência operacional sem deixar de cuidar do meio ambiente. O Porto de Paranaguá recebeu da Antaq em 2019 a pontuação 99,29 numa escala que vai até 100 no Índice de Desenvolvimento Ambiental. E ainda em 2019 conseguiu bater o recorde de movimentação de cargas que pertencia ao ano de 2018.

Entende-se que no contexto histórico do Estado do Paraná, o porto atuou de forma direta, sendo porta de entrada para os primeiros povoados do Paraná. Colonizado por portugueses, ocupado por espanhóis, o município de Paranaguá, devido a sua condição estratégica de acesso marítimo, desempenha até hoje papel de relevância para a importação e a exportação do país.

Em 11 de dezembro de 2001, o Governo do Paraná firmou o Convênio de Delegação nº.37/2001 com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização exercida pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº 12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

Com o surgimento da pandemia do coronavírus (COVID-19), em dezembro de 2019, a qual trouxe enormes desafios ao planeta, na Portos Paraná não foi diferente, que tinha necessidade de manter as operações a todo o vapor sem deixar que a pandemia se proliferasse no cais, na área retroportuária, bem como em toda a cidade. Assim, naquele momento em que houve a confirmação dos primeiros casos na China, a Portos Paraná imediatamente tomou algumas medidas de prevenção sanitárias, sendo que existiam importantes operações comerciais entre o porto e aquele País.

Em março/2020 após declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) que estávamos numa pandemia de escala planetária, mais medidas foram

tomadas, entre as principais destacamos:

- Montagem de estruturas para aferição de temperatura e assepsia dos trabalhadores nos principais acessos de pessoas e veículos, incluindo contratação de equipes de enfermagem para atendimento 24 horas em turnos;
- Criação de canais de comunicação e campanhas educativas para toda a comunidade portuária;
- Arrecadação junto aos operadores e terminais integrantes da comunidade portuária para aquisição de equipamentos e suprimentos para o Hospital Regional do Litoral do Paraná, único local para atendimento e tratamento intensivo dos casos de COVID-19;
- Distribuição de 100 mil kits de alimentos aos caminhoneiros que vinham trazer cargas de várias partes do país e que não tinham acesso a alimentação pois restaurantes nos trajetos das rodovias estavam fechados.

02 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- Valor justo de instrumentos financeiros; e
- Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 26 de fevereiro de 2021.

03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
 CNPJ 79.621.439/0001-91



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

c. Ativos circulante e não circulante
- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perda de valores não recuperáveis "impairment" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Após realizados os testes de "impairment", não se verificou ajustes a realizar.

Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o final do exercício de 2019, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

f. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação

da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	19.570	8.292
Bancos conta vinculada	827	-
Aplicações financeiras (i)	289.033	395.122
Aplicações financeiras (ii)	(88.564)	(98.406)
Total	220.866	395.008

(i) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB, poupança e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 6,40% ou 100% ao CDI.

(ii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações em andamento. O saldo total do fundo é de R\$236.260 (R\$335.637 em 31 de dezembro de 2019).

05 – CONTAS A RECEBER

A APPA, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR, para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS. O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2020 é de R\$7.532 (R\$2.032 em 31 de dezembro de 2019). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	1.353	1.274
Vencidos até 30 dias	2.490	322
Vencidos de 30 a 180 dias	264	1
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.425	435
Total	7.532	2.032
Parcela do circulante	7.532	2.032
Parcela do não circulante	-	-
Total	7.532	2.032

	31/12/2020	31/12/2019
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	242.606	215.833
Provisão para perda (Ofício 170/17 (TCE))	(242.606)	(215.833)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.498	21.498
Provisão para perda	(21.498)	(21.498)
Total	-	-

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma

Cliente	Valor original
Term. Port. Ponta do Felix	3.187
Fortesolo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	190
Total	3.425

(ii) O montante classificado nesta rubrica se refere ao processo judicial nº 1749/2007, no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, ingressou com uma ação para discutir um aumento tarifário praticado pela APPA. O departamento jurídico da APPA entrou com uma medida judicial e o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a APPA emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da APPA em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)


ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que os mesmos não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A APPA optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.

(iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	292	238
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	21.914	16.024
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	7.889	5.758
Programa de Integração Social – PIS	1.139	72
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.228	319
Total	36.462	22.411

07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens, produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da APPA ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2020 é de R\$12.072 e em 31 de dezembro de 2019 é de R\$11.918.

09 – IMOBILIZADO

	Terrenos	Edifíc. e benfeitorias	Instalações	Máq. e equip.	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. proces. de dados	Equip. de medição	Imobilizado em andamento	Total
Custo										
Saldo em 31/12/2019	135.254	633.196	90.064	133.078	32.380	5.030	7.538	42	170.872	1.207.454
Construções/aquisições	-	14.976	5.192	-	912	-	791	-	-	21.871
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	51.041	-	119.757	-	-	-	-	(170.798)	-
Saldo em 31/12/2020	135.254	699.213	95.256	252.835	33.292	5.030	8.329	42	74	1.229.325
Depreciação										
Saldo em 31/12/2019	-	(495.388)	(21.420)	(73.308)	(31.370)	(4.755)	(7.367)	(16)	-	(633.624)
Depreciação	-	(9.207)	(8.851)	(8.476)	(220)	(186)	(170)	(4)	-	(27.114)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	-	(504.595)	(30.271)	(81.784)	(31.590)	(4.941)	(7.537)	(20)	-	(660.738)
Valor residual líquido										
Saldo em 31/12/2019	135.254	137.808	68.644	59.770	1.010	275	171	26	170.872	573.830
Saldo em 31/12/2020	135.254	194.618	65.985	171.051	1.702	89	792	22	74	568.587
Taxas de depreciação média		4%	10%	10%	10%	20%	20%	10%		

08 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a APPA é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a APPA. Os depósitos estão classificados conforme o quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas (i)	29.286	26.343
Tributário (ii)	270.903	240.004
Energia Elétrica – COPEL (iii)	-	17.024
Outros (iv)	107.270	117.930
Total	407.459	401.301

(i) O valor se refere a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a APPA ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a APPA a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.

(iii) Após a transformação da APPA em empresa pública a COPEL empresa responsável pela distribuição de energia no Paraná passou a realizar a cobrança de ICMS nas faturas. Este destaque não ocorria enquanto o regime jurídico da APPA era Autarquia. Deste modo, a Autoridade Portuária ingressou no judiciário com uma ação (006354-02.2015.8.16.0129) pela equiparação da Companhia em relação aos demais órgãos públicos que não possuem destaque de ICMS (imposto estadual) em suas faturas de energia elétrica. Inicialmente era depositado em juízo todo o valor da fatura de energia, porém em 2015 a COPEL passou a emitir de forma segregada consumo e imposto. A fatura referente ao consumo foi paga diretamente a Copel e a do imposto permaneceu sendo depositada judicialmente até o trânsito em julgado da ação ocorreu em Agosto de 2020, pelo qual a sentença decidiu pela continuidade do pagamento do ICMS calculado na tarifa de energia.

(iv) O valor de R\$98.406 em 31 de dezembro de 2019 e R\$88.563 para 31 de dezembro de 2020 registrado em Outros, se refere ao bloqueio da aplicação financeira da APPA conforme mencionado na nota explicativa nº 4.


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
 CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O capital social da APPA é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foi um lucro de R\$6.701 e para o mesmo período no exercício de 2019 a Companhia registrou um lucro contábil de R\$24.898. Os lucros auferidos pela APPA deverão ser utilizados em investimentos que beneficiem o próprio porto organizado conforme determinado no convênio de Delegação.

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da APPA para 31 de dezembro de 2020 é de R\$582.311 e para o período findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$588.098.

16 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
INFRAMAR	170.015	155.402
INFRACAIS	11.954	11.553
INFRAPORT	72.247	127.070
Arrendamentos	118.366	44.375
Outros serviços	46.326	43.727
Soma	418.908	382.127
(-) Deduções da receita	(42.397)	(41.125)
Receita operacional líquida	376.511	341.002

e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo os valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da APPA, os mesmos estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a APPA apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

As receitas da APPA são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias

17 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2020	31/12/2019
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	4.646	418
Rendimento de aplicação financeira	9.440	28.448
Outros juros recebidos e descontos obtidos	-	1
Total	14.086	28.867
Despesa financeira		
Juros pagos	(1.299)	(1.984)
Tarifas de TED/DOC	(8)	(7)
Tarifas de cobrança	(30)	(31)
Total	(1.337)	(2.022)
Variação Cambial Líquida	-	-
Resultado financeiro	12.749	26.845

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A APPA, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos, os processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A APPA está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da APPA, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais como também as receitas de apoio e armazenagem são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representa cerca de 11% do faturamento total da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 30 de junho de 2019 está demonstrado a seguir:

	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa	220.866
Contas a receber	7.532
Total	228.398

a) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

b) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a APPA possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

c) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2025. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Paranaguá, 01 de março de 2021.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



ANEXO I DA ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 25 de março de 2021

CLAUDIO ROBERTO WEIRICH GOMES DOS SANTOS
Presidente

MATHEUS PEREIRA DE FARIA
Vice-Presidente

JOÃO EVARISTO DEBIASI
Membro Titular

ANEXO I ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 26 de março de 2021.

DIOGO PILONI E SILVA
Presidente do Conselho de Administração
ASSINADO DIGITALMENTE

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente da APPA
ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO BUENO DE CASTRO
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

CARLOS EIDAM DE ASSIS
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

NILSON HANKE CAMARGO
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

WELBY PEREIRA SALES
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

GIOVANI DA SILVA FERREIRA
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

74727/2021



Como publicar no Diário Oficial:

Para enviar a matéria, o arquivo deve estar salvo na extensão RTF ou PDF.
A formatação deve obrigatoriamente ser na fonte Arial ou Times New Roman, com corpo na medida 7.
A disposição tem que ser feita em coluna na medida de 8 cm (equivalente a 1 coluna) ou 17 cm (equivalente a 2 colunas).

Envio para usuários particulares

- Acesse o endereço <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/>
- Na página inicial, no campo **PUBLICAÇÕES OFICIAIS**, selecione **ENVIO AVULSO**.

Envio para secretarias e demais órgãos do Governo

- Acesse o endereço <http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/>
- Na página inicial, no campo **PUBLICAÇÕES OFICIAIS**, selecione **ENVIO GOVERNO**.

14. Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer dos Auditores Independent)

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

À

Diretoria da

APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

CNPJ 79.621.439/0001-91

Paranaguá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina**, referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina** em 31 de dezembro de 2020, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores individuais, relativos as demonstrações contábeis de 31 de dezembro 2019, respectivamente, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, sendo que emitimos em 20 de fevereiro de 2020 relatório de auditoria sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – PR., 10 de março de 2021.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

15. Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho Fiscal)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91- NIRE 41207943005

**ANEXO I DA ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 26 de março de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE

DIOGO PILONI E SILVA

Presidente do Conselho de Administração

ASSINADO DIGITALMENTE

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente da APPA

ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO BUENO DE CASTRO

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

CARLOS EIDAM DE ASSIS

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

NILSON HANKE CAMARGO

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

WELBY PEREIRA SALES

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

GIOVANI DA SILVA FERREIRA

Membro Titular

**ANEXO I DA ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 25 de março de 2021.

Claudio Roberto Weirich Gomes dos Santos

Presidente

Matheus Pereira de Faria

Vice-Presidente

João Evaristo Debiasi

Membro Titular

16. Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro)

Balancete Mensal

Página: 1

Período: 12/2020

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

0010 APPA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	1	ATIVO	1.290.925.789,38D	200.247.008,43	234.362.366,33	1.256.810.431,48D
1.1	6	ATIVO CIRCULANTE	310.860.743,74D	193.558.713,81	226.641.466,41	277.777.991,14D
1.1.01	7	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	242.439.859,88D	163.494.601,07	185.068.483,32	220.865.977,63D
1.1.01.02	15	BANCOS C/MOVIMENTO	17.153.115,73D	162.775.989,66	160.359.227,54	19.569.877,85D
1.1.01.02.002	21	Contencioso Trabalhista 5336-8	69.443,15D	512.496,05	492.746,78	89.192,42D
1.1.01.02.010	30	BB - Movimento 67383-8	16.290,15D	28.416.245,32	28.398.193,14	34.342,33D
1.1.01.02.018	39	BB - Cartão Corpor	54.667,61D	3,85	54.671,46	0,00
1.1.01.02.020	42	CEF - Movimento	9.522.166,68D	52.529.936,70	49.668.933,99	12.383.169,39D
1.1.01.02.023	49	CEF - Folha de Pagto 5656-1/905656-7	4.630,32D	6.216.618,45	6.219.025,05	2.223,72D
1.1.01.02.024	51	CEF - Faturamento 5657-0/905657-7	1.212.433,18D	63.182.413,21	64.392.551,71	2.294,68D
1.1.01.02.025	52	CEF - Caução 5658-8/905658-3	6.273.484,64D	11.907.973,78	11.122.803,11	7.058.655,31D
1.1.01.02.027	59	CEF - Créditos Especificos 5760-6/905760-1	0,00	10.302,30	10.302,30	0,00
1.1.01.03	31	BANCO CONTAS VINCULADAS	810.051,72D	17.091,28	0,00	827.143,00D
1.1.01.03.002	45	Vinculada a Contratos	810.051,72D	17.091,28	0,00	827.143,00D
1.1.01.04	40	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	224.476.692,43D	701.520,13	24.709.255,78	200.468.956,78D
1.1.01.04.003	56	Aplicação BB - Fundo Exclusivo	260.343.833,91D	620.445,26	24.703.904,71	236.260.374,46D
1.1.01.04.004	58	Aplicação CEF - CDB	21.625.476,42D	35.673,80	5.351,07	21.655.799,15D
1.1.01.04.006	44	Aplicação CEF - Fundo Exclusivo	28.826.337,26D	42.120,83	0,00	28.868.458,09D
1.1.01.04.008	48	(-)Redutora Aplicação BB - Fundo Exclusivo - Bloqueio Judicial	88.563.863,56C	0,00	0,00	88.563.863,56C
1.1.01.04.009	54	Aplicação CEF - Fundo Imob. ANTAQ	2.244.908,40D	3.280,24	0,00	2.248.188,64D
1.1.02	65	DIREITOS A RECEBER	68.420.883,86D	30.064.112,74	41.572.983,09	56.912.013,51D
1.1.02.01	67	CLIENTES A RECEBER - CR	12.928.145,73D	27.029.233,08	32.425.783,69	7.531.595,12D
1.1.02.01.001	68	Clientes a Receber - CR	12.928.145,73D	27.029.233,08	32.425.783,69	7.531.595,12D
1.1.02.04	81	ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	2.123.861,00D	1.930.896,83	3.078.324,30	976.433,53D
1.1.02.04.001	82	Adiantamentos Salários	0,00	854.828,86	854.828,86	0,00
1.1.02.04.002	83	Adiantamento 13 Salário	1.825.567,90D	0,00	1.825.567,90	0,00
1.1.02.04.003	84	Adiantamento Férias	286.552,30D	1.076.067,97	397.927,54	964.692,73D
1.1.02.04.004	85	Adiantamento para Viagens	11.740,80D	0,00	0,00	11.740,80D
1.1.02.05	89	OUTROS CRÉDITOS	5.808,91D	1.923,31	0,00	7.732,22D
1.1.02.05.003	92	Outros Creditos	5.808,91D	1.923,31	0,00	7.732,22D
1.1.02.07	105	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	37.952.024,91D	754.428,01	2.536.074,77	36.170.378,15D
1.1.02.07.001	110	IRPJ a Recuperar	16.023.984,47D	0,00	0,00	16.023.984,47D
1.1.02.07.002	111	CSLL a Recuperar	5.757.884,85D	0,00	0,00	5.757.884,85D
1.1.02.07.003	112	COFINS a Recuperar	6.693.605,44D	619.854,37	2.085.386,72	5.228.073,09D
1.1.02.07.004	113	PIS/PASEP a Recuperar	1.455.593,85D	134.573,64	450.688,05	1.139.479,44D
1.1.02.07.005	114	Provisão IRPJ a Recuperar	5.889.650,96D	0,00	0,00	5.889.650,96D
1.1.02.07.006	116	Provisão CSLL a Recuperar	2.131.305,34D	0,00	0,00	2.131.305,34D
1.1.02.08	115	ALMOXARIFADO	15.106.408,45D	347.631,51	3.382.453,73	12.071.586,23D
1.1.02.08.001	120	Estoque / Almojarifado	15.106.408,45D	347.631,51	3.382.453,73	12.071.586,23D
1.1.02.09	125	DESPESAS ANTECIPADAS	304.634,86D	0,00	150.346,60	154.288,26D
1.1.02.09.002	131	Seguros Veiculos	7.883,35D	0,00	1.970,83	5.912,52D
1.1.02.09.006	137	Seguro Comp. Operador Portuário	209.191,71D	0,00	104.595,85	104.595,86D
1.1.02.09.007	138	Seguro de Responsabilidade Civil	87.559,80D	0,00	43.779,92	43.779,88D
1.2	135	ATIVO NÃO CIRCULANTE	980.065.045,64D	6.688.294,62	7.720.899,92	979.032.440,34D
1.2.01	136	DIREITOS REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	406.680.381,08D	3.786.256,99	1.829.791,29	408.636.846,78D
1.2.01.01	139	DEPÓSITOS JUDICIAIS	405.507.693,79D	2.431.577,26	480.462,63	407.458.808,42D
1.2.01.01.001	140	Trabalhistas	27.374.829,29D	2.391.677,56	480.462,63	29.286.044,22D
1.2.01.01.002	141	Cíveis	18.690.842,87D	0,00	0,00	18.690.842,87D
1.2.01.01.003	142	Pis e Cofins ã Cumulativo Judicial	162.617.241,29D	0,00	0,00	162.617.241,29D
1.2.01.01.006	145	Imposto de Renda Retido na Fonte	17.052.339,96D	39.899,70	0,00	17.092.239,66D
1.2.01.01.009	148	Bloqueio Judicial - Aplicação BB - Fundo Exclusivo	88.563.863,56D	0,00	0,00	88.563.863,56D

Balancete Mensal

Página: 2

Período: 12/2020

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARAGUÁ E ANTONINA

0010 APPA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.2.01.01.010	154	Tarifa de Água	14.779,02D	0,00	0,00	14.779,02D
1.2.01.01.011	155	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	67.162.505,39D	0,00	0,00	67.162.505,39D
1.2.01.01.012	156	Contribuição Social Lucro Liq	24.031.292,41D	0,00	0,00	24.031.292,41D
1.2.01.02	149	CONVÊNIOS E PROJETOS	885.838,51D	0,00	0,00	885.838,51D
1.2.01.02.001	150	Convênio 54/2018 APPA-FUNESPAR	885.838,51D	0,00	0,00	885.838,51D
1.2.01.03	151	CLIENTES A RECEBER - LP	0,00	1.349.328,66	1.349.328,66	0,00
1.2.01.03.001	152	Clientes - Dep. Judicial (Proc. 1749/07)	241.256.492,25D	1.349.328,66	0,00	242.605.820,91D
1.2.01.03.002	153	(-)Provisão de Crédito c/Liquidação Duvidosa	241.256.492,25C	0,00	1.349.328,66	242.605.820,91C
1.2.01.03.003	73	Clientes a Receber Histórico	21.709.109,26D	0,00	0,00	21.709.109,26D
1.2.01.03.004	71	(-) PCLD Clientes a Receber - Histórico	21.709.109,26C	0,00	0,00	21.709.109,26C
1.2.01.04	158	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR - LP	286.848,78D	5.351,07	0,00	292.199,85D
1.2.01.04.001	160	Provisão de IRRF s/ aplicações	286.848,78D	5.351,07	0,00	292.199,85D
1.2.02	165	INVESTIMENTOS	9.384,77D	0,00	9.384,77	0,00
1.2.02.02	320	OBRAS DE ARTE/OUTROS	9.384,77D	0,00	9.384,77	0,00
1.2.02.02.001	321	Obras de Arte/Outros	9.384,77D	0,00	9.384,77	0,00
1.2.03	322	ATIVO IMOBILIZADO	571.417.186,76D	2.902.037,63	5.732.419,50	568.586.804,89D
1.2.03.01	168	TERRENOS	135.254.300,00D	0,00	0,00	135.254.300,00D
1.2.03.01.001	169	Terrenos	135.254.300,00D	0,00	0,00	135.254.300,00D
1.2.03.02	170	CONSTRUÇÕES	214.397.937,45D	0,00	0,00	214.397.937,45D
1.2.03.02.001	171	Construções	214.397.937,45D	0,00	0,00	214.397.937,45D
1.2.03.04	204	INSTALAÇÕES	92.568.060,15D	2.687.965,98	0,00	95.256.026,13D
1.2.03.04.001	205	Instalações	92.568.060,15D	2.687.965,98	0,00	95.256.026,13D
1.2.03.05	219	MAQUINAS APARELHOS E EQUIPAMENTOS	252.834.648,51D	0,00	0,00	252.834.648,51D
1.2.03.05.001	220	Shiploaders	63.854.252,21D	0,00	0,00	63.854.252,21D
1.2.03.05.002	221	Maquinas Aparelhos e Equipamentos	188.980.396,30D	0,00	0,00	188.980.396,30D
1.2.03.06	225	VEICULOS	5.029.770,60D	0,00	0,00	5.029.770,60D
1.2.03.06.001	230	Veículos	5.029.770,60D	0,00	0,00	5.029.770,60D
1.2.03.07	235	MOVEIS UTENSÍLIOS	33.292.225,83D	0,00	0,00	33.292.225,83D
1.2.03.07.001	240	Móveis e Utensílios	33.292.225,83D	0,00	0,00	33.292.225,83D
1.2.03.08	245	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA	8.189.056,89D	139.870,00	0,00	8.328.926,89D
1.2.03.08.001	250	Equipamentos de informática e tecnologia	8.189.056,89D	139.870,00	0,00	8.328.926,89D
1.2.03.09	266	EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS	484.815.113,50D	0,00	0,00	484.815.113,50D
1.2.03.09.001	267	Edificações e Benfeitorias	484.815.113,50D	0,00	0,00	484.815.113,50D
1.2.03.10	209	EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO	42.037,32D	0,00	0,00	42.037,32D
1.2.03.10.001	210	Equipamentos de medição	42.037,32D	0,00	0,00	42.037,32D
1.2.03.98	255	IMOBILIZACOES EM ANDAMENTO	2.687.965,98D	74.201,65	2.687.965,98	74.201,65D
1.2.03.98.026	437	Implantação de Solução de Ambiente de Apresentação Multimidia	2.687.965,98D	0,00	2.687.965,98	0,00
1.2.03.98.027	438	Derrocamento Submarino	0,00	74.201,65	0,00	74.201,65D
1.2.03.99	270	(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	657.693.929,47C	0,00	3.044.453,52	660.738.382,99C
1.2.03.99.001	280	Depreciação Edificações e Benfeitorias	325.315.585,31C	0,00	643.265,78	325.958.851,09C
1.2.03.99.003	282	Depreciação Instalações	29.511.060,00C	0,00	759.947,01	30.271.007,01C
1.2.03.99.004	283	Depreciação Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	80.488.131,40C	0,00	1.295.970,24	81.784.101,64C
1.2.03.99.005	284	Depreciação Veículos	4.934.177,04C	0,00	7.353,32	4.941.530,36C
1.2.03.99.006	285	Depreciação Móveis e Utensílios	31.567.031,82C	0,00	22.460,93	31.589.492,75C
1.2.03.99.007	286	Depreciação Equipamentos de Informática e Tecnologia	7.511.360,15C	0,00	26.250,32	7.537.610,47C
1.2.03.99.009	888	Depreciação Equipamentos de medição	19.442,91C	0,00	308,49	19.751,40C
1.2.03.99.010	886	Depreciação Construções	178.347.140,84C	0,00	288.897,43	178.636.038,27C
1.2.04	287	INTANGÍVEL	1.958.093,03D	0,00	149.304,36	1.808.788,67D
1.2.04.01	288	BENS INTANGÍVEIS	6.566.348,62D	0,00	0,00	6.566.348,62D
1.2.04.01.001	290	Software	6.566.348,62D	0,00	0,00	6.566.348,62D
1.2.04.02	298	AMORTIZAÇÃO DO INTANGÍVEL	4.691.205,59C	0,00	149.304,36	4.840.509,95C

Balancete Mensal

Página: 3

Período: 12/2020

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

0010 APPA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.2.04.02.001	299	Amortização do Intangível	4.691.205,59C	0,00	149.304,36	4.840.509,95C
1.2.04.03	307	INTAGÍVEIS EM ANDAMENTO	82.950,00D	0,00	0,00	82.950,00D
1.2.04.03.002	306	Intangível em andamento - Gestão de pessoas MD	82.950,00D	0,00	0,00	82.950,00D
2	289	PASSIVO	1.341.621.028,58C	132.919.889,54	41.408.488,54	1.250.109.627,58C
2.1	294	PASSIVO CIRCULANTE	107.829.190,27C	67.343.157,58	41.408.488,54	81.894.521,23C
2.1.01	295	OBRIGAÇÕES C/ TERCEIROS, FISCAIS E TRABALHISTAS	107.829.190,27C	67.343.157,58	41.408.488,54	81.894.521,23C
2.1.01.01	296	OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	17.938.240,28C	10.869.127,36	5.656.179,83	12.725.292,75C
2.1.01.01.001	300	Folha a Pagar	2.770.357,86C	4.222.732,55	4.009.272,80	2.556.898,11C
2.1.01.01.002	301	Provisão p/Férias e Encargos	9.800.856,11C	700.489,36	792.302,22	9.892.668,97C
2.1.01.01.003	302	Provisão para 13º Salário e Encargos	5.078.516,70C	5.578.930,42	500.413,72	0,00
2.1.01.01.005	305	Consignações Folha	182.235,27C	182.235,27	177.563,60	177.563,60C
2.1.01.01.006	313	Pensões a Pagar	106.274,34C	184.739,76	176.627,49	98.162,07C
2.1.01.02	309	OBRIGACOES COM ENCARGOS TRABALHISTAS	3.080.679,71C	5.188.802,33	5.897.097,27	3.788.974,65C
2.1.01.02.001	310	FGTS a Pagar	402.832,76C	625.925,77	802.774,86	579.681,85C
2.1.01.02.002	311	INSS a Pagar	1.474.456,52C	3.793.359,43	3.748.293,37	1.429.390,46C
2.1.01.02.003	312	IRRF s/ FOLHA	1.194.023,19C	764.833,51	1.340.838,61	1.770.028,29C
2.1.01.02.005	328	IRRF s/ Jeton	9.367,24C	4.683,62	5.190,43	9.874,05C
2.1.01.03	314	OBRIGACOES TRIBUTÁRIAS	46.555.485,57C	4.566.943,76	3.841.101,38	45.829.643,19C
2.1.01.03.001	315	IRPJ a Pagar	5.889.645,30C	0,00	0,00	5.889.645,30C
2.1.01.03.002	316	CSLL a Pagar	2.131.305,34C	0,00	0,00	2.131.305,34C
2.1.01.03.003	317	PIS a Pagar	3.794.106,51C	450.688,05	450.688,05	3.794.106,51C
2.1.01.03.004	318	COFINS a Pagar	17.613.419,53C	2.085.386,72	2.085.386,72	17.613.419,53C
2.1.01.03.006	323	INSS a Recolher (Ret. terc.)	492.614,48C	493.861,73	252.365,15	251.117,90C
2.1.01.03.007	324	ISS a Recolher (Ret. terc.)	983.147,97C	982.898,84	374.195,89	374.445,02C
2.1.01.03.008	325	IRRF a Recolher (Ret. terc.)	391.591,90C	404.342,53	171.979,81	159.229,18C
2.1.01.03.009	326	PIS/COF/CSLL a Recolher (Ret. terc.)	1.400.218,57C	149.765,89	506.485,76	1.756.938,44C
2.1.01.03.010	327	INSS/SEFA Parcelamento - CP	13.859.435,97C	0,00	0,00	13.859.435,97C
2.1.01.04	329	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	30.884.198,91C	41.156.852,81	19.661.895,51	9.389.241,61C
2.1.01.04.001	330	Fornecedores	30.884.198,91C	41.156.852,81	19.661.895,51	9.389.241,61C
2.1.01.06	349	CREDITOS DE CLIENTES/FORNECEDORES	9.370.585,80C	5.561.431,32	6.352.214,55	10.161.369,03C
2.1.01.06.001	350	Credores por Depósitos Caucionados	6.060.047,96C	5.561.431,32	6.335.123,27	6.833.739,91C
2.1.01.06.002	351	Depósitos Diversos	2.500.486,12C	0,00	0,00	2.500.486,12C
2.1.01.06.003	358	Caução - Garantia de Contratos	810.051,72C	0,00	17.091,28	827.143,00C
2.2	355	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	736.360.134,05C	65.576.731,96	0,00	670.783.402,09C
2.2.03	375	OBRIGACOES FISCAIS E TRABALHISTAS	225.469.743,81C	1.169.665,18	0,00	224.300.078,63C
2.2.03.01	376	OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS	225.469.743,81C	1.169.665,18	0,00	224.300.078,63C
2.2.03.01.001	377	INSS/SEFA parcelamento - LP	1.087.590,61C	1.169.665,18	0,00	82.074,57D
2.2.03.01.002	381	IRPJ a pagar (NC)	61.272.450,88C	0,00	0,00	61.272.450,88C
2.2.03.01.003	333	CSLL a pagar (NC)	21.899.987,07C	0,00	0,00	21.899.987,07C
2.2.03.01.004	334	PIS a pagar (NC)	24.967.681,96C	0,00	0,00	24.967.681,96C
2.2.03.01.005	335	COFINS a pagar (NC)	116.242.033,29C	0,00	0,00	116.242.033,29C
2.2.04	385	OBRIGACOES PROVISIONADAS	510.890.390,24C	64.407.066,78	0,00	446.483.323,46C
2.2.04.01	386	PROVISOES	510.890.390,24C	64.407.066,78	0,00	446.483.323,46C
2.2.04.01.001	390	Prov p/Ações Judiciais-Trabalhistas	121.909.368,39C	0,00	0,00	121.909.368,39C
2.2.04.01.002	391	Prov p/Ações Judiciais-Civis	92.555.563,75C	64.407.066,78	0,00	28.148.496,97C
2.2.04.01.004	399	Precatórios Alimentar	26.886.274,15C	0,00	0,00	26.886.274,15C
2.2.04.01.005	878	Precatórios Não Alimentar	487.268,78C	0,00	0,00	487.268,78C
2.2.04.01.007	419	Prov p/ Ações Judiciais-Administrativas	269.051.915,17C	0,00	0,00	269.051.915,17C
2.4	388	PATRIMÔNIO LIQUIDO	497.431.704,26C	0,00	0,00	497.431.704,26C
2.4.01	389	CAPITAL SOCIAL	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.4.01.01	392	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C

Balancete Mensal

Página: 4

Período: 12/2020

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARAGUÁ E ANTONINA

0010 APPA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2.4.01.01.001	393	Estado do Paraná	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.4.04	371	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	588.097.891,11D	0,00	0,00	588.097.891,11D
2.4.04.01	372	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	588.097.891,11D	0,00	0,00	588.097.891,11D
2.4.04.01.001	373	Lucros/ (-) Prejuízos Acumulados	588.097.891,11D	0,00	0,00	588.097.891,11D
2.4.05	733	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	914.266,01D	0,00	0,00	914.266,01D
2.4.05.01	734	Ajuste Exercícios Anteriores	914.266,01D	0,00	0,00	914.266,01D
3	374	RECEITAS	365.928.792,76C	2.578.621,50	27.972.538,06	391.322.709,32C
3.1	378	RECEITA OPERACIONAL	352.060.753,77C	2.578.621,50	27.029.233,08	376.511.365,35C
3.1.01	379	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	391.878.801,46C	0,00	27.029.233,08	418.908.034,54C
3.1.01.01	380	RECEITA COM TAXAS E TARIFAS	279.430.770,69C	0,00	21.111.123,80	300.541.894,49C
3.1.01.01.001	400	INFRAPORT	61.928.876,82C	0,00	10.317.872,96	72.246.749,78C
3.1.01.01.002	401	INFRACAIS	11.211.871,87C	0,00	742.271,45	11.954.143,32C
3.1.01.01.003	402	INFRAMAR	161.787.739,72C	0,00	8.226.983,56	170.014.723,28C
3.1.01.01.004	403	Serviços de Apoio	12.223.641,38C	0,00	161.709,55	12.385.350,93C
3.1.01.01.005	404	Serviços Acessórios	28.822.446,62C	0,00	1.427.889,76	30.250.336,38C
3.1.01.01.006	405	Armazenagem	2.020.960,28C	0,00	95.868,44	2.116.828,72C
3.1.01.01.099	406	Outras Receitas	1.435.234,00C	0,00	138.528,08	1.573.762,08C
3.1.01.02	410	RECEITA PATRIMONIAL	112.448.030,77C	0,00	5.918.109,28	118.366.140,05C
3.1.01.02.001	411	Aluguéis e Arrendamentos	112.448.030,77C	0,00	5.918.109,28	118.366.140,05C
3.1.02	412	DEDUÇÕES DAS RECEITAS	39.818.047,69D	2.578.621,50	0,00	42.396.669,19D
3.1.02.01	413	DEDUÇÕES DAS RECEITAS	35.962.253,28D	2.492.211,09	0,00	38.454.464,37D
3.1.02.01.002	421	PIS	6.414.888,43D	444.556,57	0,00	6.859.445,00D
3.1.02.01.003	422	COFINS	29.547.364,85D	2.047.654,52	0,00	31.595.019,37D
3.1.02.02	424	VENDAS CANCELADAS	3.855.794,41D	86.410,41	0,00	3.942.204,82D
3.1.02.02.001	425	Vendas Canceladas	3.855.794,41D	86.410,41	0,00	3.942.204,82D
3.2	426	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	13.868.038,99C	0,00	943.304,98	14.811.343,97C
3.2.01	427	RECEITAS FINANCEIRAS	13.142.912,49C	0,00	943.304,98	14.086.217,47C
3.2.01.01	428	RECEITAS FINANCEIRAS	13.142.912,49C	0,00	943.304,98	14.086.217,47C
3.2.01.01.001	430	Juros Recebidos ou Auferidos	4.643.610,72C	0,00	2.920,17	4.646.530,89C
3.2.01.01.002	431	Descontos Obtidos	3,23C	0,00	0,79	4,02C
3.2.01.01.003	432	Rendimento de Aplicação Financeira	8.499.298,54C	0,00	940.384,02	9.439.682,56C
3.2.02	441	RECEITAS NÃO RECORRENTES	725.126,50C	0,00	0,00	725.126,50C
3.2.02.01	442	RECEITAS NÃO RECORRENTES	725.126,50C	0,00	0,00	725.126,50C
3.2.02.01.001	445	Receitas Não Recorrentes	83.858,14C	0,00	0,00	83.858,14C
3.2.02.01.005	444	Recuperação de Depósitos Judiciais	641.268,36C	0,00	0,00	641.268,36C
4	423	CUSTOS	188.861.349,19D	19.536.938,31	2.577.627,80	205.820.659,70D
4.1	429	CUSTOS DOS SERVIÇOS PORTUARIOS	188.861.349,19D	19.536.938,31	2.577.627,80	205.820.659,70D
4.1.01	448	CUSTO COM PESSOAL	56.430.774,63D	6.748.909,55	1.664.001,97	61.515.682,21D
4.1.01.01	449	CUSTO COM PESSOAL	35.067.537,03D	3.004.968,31	119.966,80	37.952.538,54D
4.1.01.01.001	450	Salários	13.200.957,94D	1.144.303,87	10.186,87	14.335.074,94D
4.1.01.01.002	451	Adicional Noturno	3.103.318,53D	275.521,69	0,00	3.378.840,22D
4.1.01.01.003	452	Adicional de Tempo de Serviço	3.247.415,63D	291.731,95	0,00	3.539.147,58D
4.1.01.01.004	453	Adicional Risco/Insalubridade	6.590.844,43D	588.993,77	0,00	7.179.838,20D
4.1.01.01.006	455	Horas Extras	1.034.326,56D	0,00	0,00	1.034.326,56D
4.1.01.01.007	456	13 Salário	2.602.127,56D	227.233,88	78.114,27	2.751.247,17D
4.1.01.01.008	457	Férias	3.839.992,95D	340.428,93	31.665,66	4.148.756,22D
4.1.01.01.010	459	Cargo de Confiança	1.448.553,43D	136.754,22	0,00	1.585.307,65D
4.1.01.02	469	ENCARGOS SOCIAIS	10.600.126,03D	1.743.794,01	852.632,83	11.491.287,21D
4.1.01.02.001	470	INSS	7.659.084,01D	1.273.784,49	601.556,82	8.331.311,68D
4.1.01.02.002	471	FGTS	2.714.605,19D	366.058,78	131.923,73	2.948.740,24D
4.1.01.02.003	478	INSS Férias	130.530,56D	76.718,04	95.353,43	111.895,17D

Balancete Mensal

Página: 5

Período: 12/2020

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARAGUÁ E ANTONINA

0010 APPA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
4.1.01.02.004	488	FGTS Férias	95.906,27D	27.232,70	23.798,85	99.340,12D
4.1.01.04	479	CUSTOS ASSISTENCIAIS	10.763.111,57D	2.000.147,23	691.402,34	12.071.856,46D
4.1.01.04.001	480	Vale Alimentação	3.819.452,31D	1.059.880,45	377.957,37	4.501.375,39D
4.1.01.04.002	481	Vale Transporte	840.646,97D	108.999,97	36.049,91	913.597,03D
4.1.01.04.003	482	Assistência Médica	5.455.092,87D	778.379,81	277.395,06	5.956.077,62D
4.1.01.04.005	484	Treinamento	105.184,18D	6.930,00	0,00	112.114,18D
4.1.01.04.008	487	Seguro de Vida em Grupo	458.557,70D	41.288,02	0,00	499.845,72D
4.1.01.04.009	489	Auxílio Creche	84.177,54D	4.668,98	0,00	88.846,52D
4.1.02	490	CUSTO OPERACIONAL	132.430.574,56D	12.788.028,76	913.625,83	144.304.977,49D
4.1.02.01	491	MATERIAIS P/ OPERAÇÕES	835.982,86D	489.828,08	154.816,34	1.170.994,60D
4.1.02.01.001	500	Combustíveis	93.066,73D	11.199,38	0,00	104.266,11D
4.1.02.01.005	504	Material de Sinalização	742.916,13D	478.628,70	154.816,34	1.066.728,49D
4.1.02.02	509	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO	3.892.521,12D	2.252.088,61	45.270,06	6.099.339,67D
4.1.02.02.001	510	Mat. para Manut. de Equip.	2.247.899,48D	2.146.228,89	41.252,48	4.352.875,89D
4.1.02.02.002	511	Mat. para Manut. Predial	1.644.621,64D	105.859,72	4.017,58	1.746.463,78D
4.1.02.03	519	SERV. MANUTENÇÃO REPAROS	101.353.170,02D	7.738.769,24	628.989,69	108.462.949,57D
4.1.02.03.001	520	Serv. Manut. Rep. Maq. Equipamentos	2.814.245,63D	160.927,77	11.808,43	2.963.364,97D
4.1.02.03.002	521	Serv. Manut. Rep. Predial	2.155.841,46D	506.396,58	0,00	2.662.238,04D
4.1.02.03.003	522	Serv. Manut. Rep. Veículos	186.773,30D	7.851,69	0,00	194.624,99D
4.1.02.03.004	523	Serv. Manut. Repar. Civis	6.655.604,22D	440.532,25	4.548,13	7.091.588,34D
4.1.02.03.005	524	Serv. Manut. Canal de Acesso (Dragagem)	89.540.705,41D	6.623.060,95	612.633,13	95.551.133,23D
4.1.02.04	529	SERVIÇOS OPERACIONAIS	10.859.973,57D	1.132.486,50	5.720,52	11.986.739,55D
4.1.02.04.001	530	Aluguéis de Equipamentos e Máquinas	1.093.630,51D	26.027,63	2.407,56	1.117.250,58D
4.1.02.04.002	531	Locação de Veículos	65.749,92D	32.874,96	0,00	98.624,88D
4.1.02.04.004	533	Levantamento Hidrográfico e Batimetria	631.293,52D	56.185,48	0,00	687.479,00D
4.1.02.04.005	534	Serviços de Gestão Ambiental	8.969.006,53D	981.582,63	0,00	9.950.589,16D
4.1.02.04.006	535	Inspeção de Cargas	100.293,09D	35.815,80	3.312,96	132.795,93D
4.1.02.05	537	UTILIDADES E SERVICOS	14.427.201,84D	1.068.289,65	78.829,22	15.416.662,27D
4.1.02.05.001	540	Água	4.150.507,50D	216.081,74	0,00	4.366.589,24D
4.1.02.05.002	541	Energia Elétrica	10.276.694,34D	852.207,91	78.829,22	11.050.073,03D
4.1.02.06	544	SEGUROS DIVERSOS	1.061.725,15D	106.566,68	0,00	1.168.291,83D
4.1.02.06.001	545	Seguro Portuário	1.045.958,50D	104.595,85	0,00	1.150.554,35D
4.1.02.06.002	546	Seguro Veículos	15.766,65D	1.970,83	0,00	17.737,48D
5	550	DESPESAS	227.762.682,77D	16.158.982,67	65.120.419,72	178.801.245,72D
5.1	551	DESPESAS GERAIS	188.062.134,41D	14.166.043,58	65.119.229,25	137.108.948,74D
5.1.01	552	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	37.723.863,02D	4.599.990,16	657.312,81	41.666.540,37D
5.1.01.01	553	DESPESAS C/PESSOAL	21.649.015,69D	2.239.241,57	107.776,91	23.780.480,35D
5.1.01.01.001	560	Salários	5.162.569,01D	541.874,18	470,05	5.703.973,14D
5.1.01.01.002	561	Adicional Noturno	43.136,42D	3.486,47	0,00	46.622,89D
5.1.01.01.003	562	Adicional de Tempo de Serviço	905.903,21D	86.871,21	0,00	992.774,42D
5.1.01.01.004	563	Adicional Insalubridade	4.800.580,42D	509.570,48	0,00	5.310.150,90D
5.1.01.01.006	565	Horas Extras	5.681,55D	0,00	0,00	5.681,55D
5.1.01.01.007	566	13 Salário	1.792.196,74D	155.298,87	98.691,74	1.848.803,87D
5.1.01.01.008	567	Férias	2.760.581,02D	271.693,27	8.615,12	3.023.659,17D
5.1.01.01.010	569	Cargo de Confiança	5.978.585,48D	655.233,35	0,00	6.633.818,83D
5.1.01.01.011	570	Estagiários	199.781,84D	15.213,74	0,00	214.995,58D
5.1.01.02	579	DESPESAS C/ DIRETORIA	2.763.806,22D	251.124,81	0,00	3.014.931,03D
5.1.01.02.001	580	Pro-Labore Diretoria	2.326.007,02D	207.344,89	0,00	2.533.351,91D
5.1.01.02.003	582	Seguro de Responsabilidade Civil	437.799,20D	43.779,92	0,00	481.579,12D
5.1.01.03	589	ENCARGOS SOCIAIS	6.826.333,89D	1.188.788,94	471.629,30	7.543.493,53D
5.1.01.03.001	590	INSS	4.900.910,53D	868.302,33	371.260,24	5.397.952,62D

Balancete Mensal

Página: 6

Período: 12/2020

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

0010 APPA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
5.1.01.03.002	591	FGTS	1.689.016,10D	244.257,33	72.811,73	1.860.461,70D
5.1.01.03.003	598	INSS Férias	150.638,20D	56.169,75	21.584,71	185.223,24D
5.1.01.03.004	612	FGTS Férias	85.769,06D	20.059,53	5.972,62	99.855,97D
5.1.01.05	599	DESPESAS ASSISTENCIAIS	5.547.506,69D	821.688,94	73.222,85	6.295.972,78D
5.1.01.05.001	600	Vale Alimentação	1.938.557,52D	377.957,37	0,00	2.316.514,89D
5.1.01.05.002	601	Vale Transporte	291.855,39D	45.126,28	16.898,57	320.083,10D
5.1.01.05.003	602	Assistência Médica	2.798.684,29D	274.279,23	0,00	3.072.963,52D
5.1.01.05.006	605	EPI	30.989,49D	12.161,26	15.036,26	28.114,49D
5.1.01.05.007	606	Seguro de Vida em Grupo	236.720,30D	64.172,00	41.288,02	259.604,28D
5.1.01.05.009	608	Passagens Aéreas	62.570,88D	31.405,80	0,00	93.976,68D
5.1.01.05.010	609	Diárias	76.169,45D	10.764,00	0,00	86.933,45D
5.1.01.05.012	611	Deslocamentos	5.341,92D	0,00	0,00	5.341,92D
5.1.01.05.013	613	Auxílio Creche	90.457,45D	5.823,00	0,00	96.280,45D
5.1.01.05.014	614	Auxílio Funeral	16.160,00D	0,00	0,00	16.160,00D
5.1.01.06	619	ORGÃOS COLEGIADOS	937.200,53D	99.145,90	4.683,75	1.031.662,68D
5.1.01.06.001	620	Jetons Conselheiros	781.000,44D	83.402,16	4.683,62	859.718,98D
5.1.01.06.002	621	INSS - Conselho	156.200,09D	15.743,74	0,13	171.943,70D
5.1.02	627	DESPESA C/MATERIAL	1.215.492,52D	629.329,05	13.961,08	1.830.860,49D
5.1.02.01	628	MATERIAIS DE USO E CONSUMO	1.215.492,52D	629.329,05	13.961,08	1.830.860,49D
5.1.02.01.001	630	Material de Escritório	33.091,12D	39.394,34	9.887,64	62.597,82D
5.1.02.01.002	631	Material de Informática	25.937,29D	6.672,20	2.622,50	29.986,99D
5.1.02.01.005	636	Copa e Cozinha	735.181,23D	568.081,26	367,06	1.302.895,43D
5.1.02.01.008	637	Outros Materiais	421.282,88D	15.181,25	1.083,88	435.380,25D
5.1.03	638	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	37.992.132,71D	4.695.884,99	0,00	42.688.017,70D
5.1.03.01	639	HONORÁRIOS E CONSULTORIAS	10.098.245,32D	1.303.295,98	0,00	11.401.541,30D
5.1.03.01.001	640	Auditoria Externa	73.250,00D	21.975,00	0,00	95.225,00D
5.1.03.01.003	642	Consultoria Jurídica - PJ	1.800,00D	0,00	0,00	1.800,00D
5.1.03.01.005	644	Serv. Tec. de Informática	7.525.242,93D	1.048.145,34	0,00	8.573.388,27D
5.1.03.01.006	645	Manutenção Informática	170.322,90D	22.875,00	0,00	193.197,90D
5.1.03.01.007	646	Consultorias Especializadas	2.327.629,49D	210.300,64	0,00	2.537.930,13D
5.1.03.02	649	PRESTADORAS DE SERVIÇOS	27.893.887,39D	3.392.589,01	0,00	31.286.476,40D
5.1.03.02.001	650	Limpeza e Dedetização	6.983.047,95D	611.421,32	0,00	7.594.469,27D
5.1.03.02.002	651	Segurança e Vigilância	2.121.550,15D	183.518,38	0,00	2.305.068,53D
5.1.03.02.004	653	Serv. Prestados P. Jurídica	82.269,17D	59.605,22	0,00	141.874,39D
5.1.03.02.005	654	Eventos	8.471,10D	2.889,70	0,00	11.360,80D
5.1.03.02.006	655	Publicidade/Divulgação/Propaganda	4.233.227,68D	217.001,46	0,00	4.450.229,14D
5.1.03.02.007	656	Publicações Gerais	565.599,34D	20.840,67	0,00	586.440,01D
5.1.03.02.008	657	Estudos e Projetos - Engenharia	3.869.065,22D	1.132.364,56	0,00	5.001.429,78D
5.1.03.02.011	660	Repasses Convênios APPA/DER	3.163.568,22D	72.733,13	0,00	3.236.301,35D
5.1.03.02.012	661	Reforma de Trapiches	6.867.088,56D	1.092.214,57	0,00	7.959.303,13D
5.1.04	668	UTILIDADES E SERVIÇOS	1.242.914,50D	102.530,45	0,00	1.345.444,95D
5.1.04.01	669	UTILIDADES E SERVIÇOS	1.242.914,50D	102.530,45	0,00	1.345.444,95D
5.1.04.01.003	672	Telefonia e Internet	1.222.917,36D	100.987,11	0,00	1.323.904,47D
5.1.04.01.004	673	Correios	19.997,14D	1.543,34	0,00	21.540,48D
5.1.05	675	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	25.464.392,05D	3.193.757,88	40.888,58	28.617.261,35D
5.1.05.01	676	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	25.464.392,05D	3.193.757,88	40.888,58	28.617.261,35D
5.1.05.01.001	680	Depreciação	23.820.381,41D	3.044.453,52	40.888,58	26.823.946,35D
5.1.05.01.002	788	Amortização	1.644.010,64D	149.304,36	0,00	1.793.315,00D
5.1.06	677	OUTRAS DESPESAS	146.671,44D	7.648,89	0,00	154.320,33D
5.1.06.01	678	OUTRAS DESPESAS	146.671,44D	7.648,89	0,00	154.320,33D
5.1.06.01.001	681	Serviços de Cópias e Encadernações	33.925,57D	990,00	0,00	34.915,57D

Balancete Mensal

Página: 7

Período: 12/2020

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

0010 APPA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
5.1.06.01.002	682	Assinatura de Periódicos	4.230,80D	0,00	0,00	4.230,80D
5.1.06.01.004	684	Custas Processuais	46.915,07D	1.058,89	0,00	47.973,96D
5.1.06.01.006	695	Mensalidades	61.600,00D	5.600,00	0,00	67.200,00D
5.1.07	679	AÇÕES JUDICIAIS	84.276.668,17D	936.902,16	64.407.066,78	20.806.503,55D
5.1.07.01	629	AÇÕES JUDICIAIS	84.276.668,17D	936.902,16	64.407.066,78	20.806.503,55D
5.1.07.01.001	686	Ações Judiciais Trabalhistas	37.990.663,11D	936.902,16	0,00	38.927.565,27D
5.1.07.01.003	688	Ações Judiciais Cíveis	46.286.005,06D	0,00	64.407.066,78	18.121.061,72C
5.2	634	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	26.813.491,88D	1.349.328,66	0,00	28.162.820,54D
5.2.01	635	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	26.813.491,88D	1.349.328,66	0,00	28.162.820,54D
5.2.01.01	689	DESPESAS NAO DEDUTIVEIS	26.813.491,88D	1.349.328,66	0,00	28.162.820,54D
5.2.01.01.001	690	Auto de Infração	107.284,15D	0,00	0,00	107.284,15D
5.2.01.01.002	691	Outras Despesas Não Dedutíveis	1.071.352,61D	0,00	0,00	1.071.352,61D
5.2.01.01.004	698	Provisão para Créditos de Liq Duvidosa	210.973,00D	0,00	0,00	210.973,00D
5.2.01.01.006	723	PCLD Dep. Judicial Proc. 1749/07 Desp. não dedutível	25.423.882,12D	1.349.328,66	0,00	26.773.210,78D
5.3	692	DESPESAS FINANCEIRAS	1.333.492,12D	4.222,26	1.190,32	1.336.524,06D
5.3.01	693	DESPESAS FINANCEIRAS	1.333.492,12D	4.222,26	1.190,32	1.336.524,06D
5.3.01.01	694	DESPESAS FINANCEIRAS	1.333.492,12D	4.222,26	1.190,32	1.336.524,06D
5.3.01.01.001	700	Despesas Bancárias	38,70D	0,00	0,00	38,70D
5.3.01.01.002	701	Juros Pagos ou Incorridos	1.298.559,58D	0,00	0,00	1.298.559,58D
5.3.01.01.004	709	Tarifa TED/DOC	6.867,32D	1.484,62	650,26	7.701,68D
5.3.01.01.005	702	Tarifa de Cobrança	28.026,52D	2.737,64	540,06	30.224,10D
5.4	706	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	8.758.916,96D	595.435,71	0,15	9.354.352,52D
5.4.01	707	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	10.622,18D	9.384,77	0,00	20.006,95D
5.4.01.01	708	PERDAS/GANHOS DE CAPITAL	10.622,18D	9.384,77	0,00	20.006,95D
5.4.01.01.003	712	Ajuste de Imobilizado/Investimento	10.622,18D	9.384,77	0,00	20.006,95D
5.4.02	801	PLANO EMERGENCIAL COVID19	8.748.294,78D	586.050,94	0,15	9.334.345,57D
5.4.02.01	802	PLANO EMERGENCIAL COVID-19	8.748.294,78D	586.050,94	0,15	9.334.345,57D
5.4.02.01.001	803	Materiais Plano Emergencial	825.262,11D	10.246,11	0,15	835.508,07D
5.4.02.01.002	804	Serviços Plano Emergencial	5.330.913,48D	208.508,66	0,00	5.539.422,14D
5.4.02.01.003	805	Repasse OGMO Port 46/20-Minfra	2.592.119,19D	367.296,17	0,00	2.959.415,36D
5.5	716	DESPESAS FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	2.794.647,40D	43.952,46	0,00	2.838.599,86D
5.5.01	717	IMPOSTOS E TAXAS	2.794.647,40D	43.952,46	0,00	2.838.599,86D
5.5.01.01	718	IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS	2.183.501,96D	88,78	0,00	2.183.590,74D
5.5.01.01.003	722	Impostos e Taxas Diversas	2.183.501,96D	88,78	0,00	2.183.590,74D
5.5.01.02	727	IMPOSTOS E TAXAS FEDERAIS	611.145,44D	43.863,68	0,00	655.009,12D
5.5.01.02.003	732	PIS s/ Receita Financeira	85.428,93D	6.131,48	0,00	91.560,41D
5.5.01.02.004	729	COFINS s/ Receita Financeira	525.716,51D	37.732,20	0,00	563.448,71D

17. Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Gerencia de Gestão de Pessoas

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92

Declaro, para os devidos fins, que o Gestor das Contas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina no **exercício de 2020**, Srs. **Luiz Fernando Garcia da Silva**, está em dia com a obrigação de apresentação da declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047, de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivadas nesta Unidade de Pessoal.

Paranaguá, 16 de abril de 2021.

MELISSA DE PAULA

Gerente de Gestão de Pessoas

Assinado Eletronicamente

18. Termo de Distribuição



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2006/2021

Processo Nº: 245959/21

Data e hora da distribuição: 26/04/2021 18:07:29

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Interessado: LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Exercício: 2020

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Impedimentos: